



IRAILDES CALDAS TORRES  
MICHEL JUSTAMAND  
THARCÍSIO SANTIAGO CRUZ

ORGANIZADORES

# faas 30

Fazendo Antropologia  
NO ALTO SOLIMÕES



EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

ALEXA  
CULTURAL

# COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

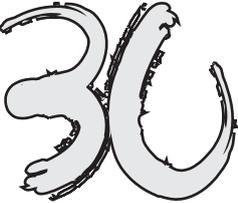
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)  
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)  
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)  
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Grazielle Acçolini (UFGD – Dourados/MS)  
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)  
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo – São Paulo/SP)  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
Maria Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)  
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)  
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)  
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)  
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)  
Rosemara Staub de Barros (UFAM - Manaus/AM)  
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Iraildes Caldas Torres  
Michel Justamand  
Tharcisio Santiago Cruz  
(Organizadores)

Fazendo  
Antropologia no  
Alto Solimões

A large, stylized number '30' in a light gray, hand-drawn style with irregular, sketchy edges. The '3' is on the left and the '0' is on the right, both overlapping the text 'Antropologia no' and 'Alto Solimões'.

A presente obra foi financiada pela



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## CONSELHO EDITORIAL

### **Presidente**

Henrique dos Santos Pereira

### **Membros**

Antônio Carlos Witkoski

Domingos Sávio Nunes de Lima

Edleno Silva de Moura

Elizabeth Ferreira Cartaxo

Spartaco Astolfi Filho

Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

### **COMITÊ EDITORIAL DA EDUA**

Louis Marmoz Université de Versailles

Antônio Cattani UFRGS

Alfredo Bosi USP

Arminda Mourão Botelho Ufam

Spartacus Astolfi Ufam

Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra

Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3

Cesar Barreira UFC

Conceição Almeida UFRN

Edgard de Assis Carvalho PUC/SP

Gabriel Conh USP

Gerusa Ferreira PUC/SP

José Vicente Tavares UFRGS

José Paulo Netto UFRJ

Paulo Emílio FGV/RJ

Élide Rugai Bastos Unicamp

Renan Freitas Pinto Ufam

Renato Ortiz Unicamp

Rosa Ester Rossini USP

Renato Tribuzy Ufam

### **Reitor**

Sylvio Mário Puga Ferreira

### **Vice-Reitor**

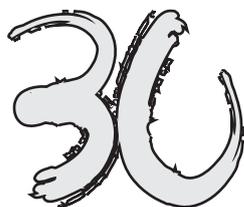
Jacob Moysés Cohen

### **Editor**

Sérgio Augusto Freire de Souza

Iraildes Caldas Torres  
Michel Justamand  
Tharcisio Santiago Cruz  
(Organizadores)

**Fazendo  
Antropologia no  
Alto Solimões**



**UFAM**

**ALEXA**

Embu das Artes - SP  
2020



© by Alexa Cultural

**Direção**

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Capa**

K Langer

**Foto de capa**

Daiane de Moraes Coelho

**Revisão Técnica**

Michel Justamand, Adailton da Silva e Tharcísio Santiago Cruz

**Revisão de língua**

Antônia Marinês Goes, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina C. de Andrade

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T963i - TORRES, Iraildes Caldas  
J276m - JUSTAMAND, Michel  
C579t - CRUZ, Tharcísio Santiago

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 30, Iraildes Caldas Torres, Michel Justamand, Tharcísio Santiago Cruz, Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020

14x21cm -208 páginas  
ISBN 978-65-87643-70-0

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610  
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

**Alexa Cultural Ltda**

Rua Henrique Franchini, 256  
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140  
alex@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br  
www.alexaloja.com

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,  
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM  
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio  
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte  
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290  
E-mail: ufam.editora@gmail.com

*Agradecemos*  
*À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM - pelo apoio financeiro.*  
*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - pela contribuição na expansão e consolidação do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA.*  
*Ao PPGSCA pela construção e divulgação do edital de coletâneas.*



*Nós dirigentes da coleção, partícipes da comissão editorial da obra, organizadores, autoras e autores: Homenageamos a todas e todos que, infelizmente, morreram em batalha contra a COVID-19 na Tríplice Fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), na região do Alto Solimões, no Amazonas, no Brasil e em outras partes do mundo.*

*Nos solidarizamos com as famílias desses, que partiram sem nenhuma, necessidade!*



## Ampliando horizontes e pontes na pesquisa do Alto Solimões – FAAS 30

*Iraildes Caldas Torres*<sup>1</sup>

*Michel Justamand*<sup>2</sup>

*Tharcísio Santiago Cruz*<sup>3</sup>

A Coleção *Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS* completa mais um ano de produções em 2020. Temos agora 8 anos de trabalhos produzidos. Nesse período apresentamos para o público 29 volumes escritos. Aqui são apresentados temas variados e complexos. Tratam de educação, saúde, matemática, engenharia, biologia, história, arqueologia, entre outras temáticas e, áreas do conhecimento científico e da sabedoria popular. Mas, essencialmente, abordam temáticas relacionadas com as demandas humanas. A Antropologia foi quem ofereceu o caminho teórico e metodológico para inúmeras dessas produções.

A compilação é dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand desde 2012. Mas, é partilhada por mais dois colegas Adailton da Silva e Tharcísio Santiago Cruz. Os quatro debatem e indicam os trajetos que a coleção deve seguir. Decisões editoriais são tomadas por esse coletivo. Outros dois colegas participavam desses momentos, Cristian Faria Martins (saiu da UFAM, em 2020) e Rafael Pessôa São Paio (*in memoriam*). Nos momentos iniciais, não tínhamos clareza do que seria. Não sabíamos que a produção aca-nhada de um livro, desprezioso, como foi o *Fazendo Antropologia no Alto Solimões*, hoje, o volume 1 da coleção, viesse a se tornar o ponta pé inicial dessa, já prestigiosa, coleção na região.

A ideia inicial de construção do FAAS partiu dos docentes do curso de Antropologia no Alto Solimões, como possibilidade de

1 Doutora em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP. Professora Titular da UFAM/Manaus.

2 Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP. Professor Associado II da UNIFESP/Guarulhos.

3 Doutorando em Antropologia no PPGAS/UFAM-Manaus. Professor Assistente da UFAM/Benjamin Constant.

difusão de ideias, a partir de estudos, pesquisas e elaborações teóricas, ou seja, são textos fundamentados na grande área de Ciências Humanas que alcançaram outros olhares e discussões no Brasil e, em países da América Latina como: Argentina, Colômbia, Costa Rica e Peru.

A coletânea já foi organizada, inicialmente, por docentes do Instituto de Natureza e Cultura – INC, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em Benjamin Constant, onde tivemos nosso vínculo institucional. Egressos do curso de Antropologia e de outros cursos da unidade do Alto Solimões (Administração e as Licenciaturas em Ciências Biológicas e Químicas, Pedagogia, Letras e em Ciências Agrárias) também ofereceram suas contribuições tanto na organização quanto com escritos/artigos que se transformaram em capítulos. Além, desses, técnicos da instituição ofereceram suas contribuições nos volumes como organizadores e ou com tópicos.

Nós, Iraildes Caldas Torres, Michel Justamand e Tharcisio Santiago Cruz, os organizadores, da presente obra, temos o prazer de tornar público o novo volume da coleção FAAS, o 30. Esse conta com 12 (doze) artigos. Os escritos foram baseados em convites que os organizadores lançaram em suas listas nas redes sociais que participam. Dali surgiram mais de 40 artigos. Desses foram selecionados os que seguem. Informamos que, os outros muitos, já foram publicados nas edições anteriores, desse ano, são elas: 26, 27, 28 e 29. Publicadas a partir de agosto do corrente ano.

A nossa ideia enquanto organizadores é apresentar para o público em geral uma obra que seja baseada no local, mas que se comunique com o externo. Por isso, partimos da interdisciplinaridade e da ampliação da abrangência geográfica das temáticas. As edições têm manifestado diálogos permanentes com outras regiões e até com temas de outros países.

Assim, vejamos os temas abordados...

Versam sobre, a princípio, jornalismo ambiental, poluição e garimpo; Educação de Jovens e Adultos e suas dinâmicas metodológicas; A agricultura familiar no estado do Amazonas; A região Amazônica, seus limites fronteiriços, terras indígenas e seus resguardos; Covid 19 no Alto Solimões e na Tríplice Fronteira; PIX, a revo-

lução 4.0, as transações financeiras e o Banco Central; Acessibilidade e a mobilidade em Manaus; Formação de tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS/LIBRAS) no Amazonas; Educação patrimonial, o Projeto Escolas na Ilha do Campeche; a Pandemia de Covid-19; o trabalho docente no Alto Solimões/AM; a legislação trabalhista; e, finalmente, o último tema, a memória coletiva Xetá, transfiguração epistemológica e dispersão.

Feitas as devidas apresentações dos porquês do livro e como surgiu, mais as suas temáticas... Desejamos a todas e todos, ótima leitura e que das reflexões perpetradas surjam ideias uteis para as suas vidas!

Esses são os nossos mais sinceros votos!

*Dezembro de 2020*

*Atibaia/Manaus*



Apresentação

Ampliando horizontes e pontes na pesquisa do  
Alto Solimões – FAAS 30

Iraildes Caldas Torres, Michel Justamand e Tharcisio Santiago Cruz

- 11 -

Carta aos Missionários

Banda Uns e Outros

- 19 -

O jornalismo ambiental no Jornal Folha de Boa Vista e a poluição  
dos rios pelo garimpo ilegal

Antonia Costa da Silva e Joel Gonzaga de Souza

- 21 -

Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Antoniél Neves Cruz

- 35 -

Entre a força do agronegócio e as adversidades climáticas:  
a resistência da agricultura familiar no estado do Amazonas

Antonio Carlos Batista de Souza e Manuel de Jesus Masulo da Cruz

- 49 -

Terras indígenas demarcadas e resguardos: conceitos jurídicos e  
territoriais indígenas na fronteira amazônica entre Tabatinga,  
Amazonas, Brasil e Leticia, Amazonas, Colômbia.

Valery Nicolas de Brito Bacellar, Diego Coelho de Souza,

Andrés Giovanni Cortés Bernal e Jefferson Rodrigues de Quadros

- 61 -

Pandemia da Covid 19 no Alto Solimões e na Tríplice Fronteira

Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Michel Justamand

- 77 -

PIX: A revolução 4.0 no novo sistema de transferências e  
pagamentos do Banco Central

Kamilla Ingrid Loureiro e Silva e João Clovis de Oliveira Costa

- 99 -

Acessibilidade e mobilidade urbana: um estudo de  
caso de calçadas na cidade de Manaus - AM

Lupuna Corrêa de Souza, Gercicley Rodrigues dos Santos e Ronald Rosa de Lima  
- 113 -

A formação do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais  
(TILS/LIBRAS) no estado do Amazonas e no município de Tabatinga

Maria Francisca Nunes de Souza  
- 125 -

Educação Patrimonial na Ilha do Campeche diante da  
pandemia de Covid-19: perspectivas e resistências

Mariane Júlia dos Santos e Andreoara Deschamps Schmidt  
- 139 -

Em defesa do trabalho docente no Alto Solimões

Tharcisio Santiago Cruz  
- 153 -

A rigidez da legislação trabalhista em debate: um estudo comparati-  
vo entre o Brasil, os países da América Latina e da OECD

Juan Lucas Santiago de Souza, Luciano Balbino dos Santos e  
Kamilla Ingrid Loureiro e Silva  
- 165 -

A construção vivencial de um quadro conceitual para a pesquisa  
com povos tradicionais sob invisibilização:  
O povo Xetá e sua memória coletiva atual

Maria Angelita Silva e Nerli Nonato Ribeiro Mori  
- 179 -

Sobre as e os autoras (es)

- 191 -

Sugestões de leitura

- 199 -

Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões

*Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand*  
- 199 -

*Fazendo antropologia no Alto Solimões - 30*

Coleção FAAS TESES

Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

*Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand*

- 200 -

Coleção Arqueologia Rupestre

*Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand*

- 201 -

Coleção Diálogos Interdisciplinares

*Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand*

- 202 -



## **Carta aos Missionários**

*Banda Uns e Outros*

Missionários de um mundo pagão, proliferando ódio e  
destruição  
Pelos quatro cantos da terra  
A morte, a discórdia, a ganância e a guerra... e a guerra.

Missionários e missões suicidas  
Crianças matando crianças inimigas  
Generais de todas as nações, fardas bonitas, condecorações  
Documentam na nossa história  
O seu rastro sujo de sangue e glória.

Vindo de todas as partes, indo pra lugar algum  
Assim caminha a raça humana, se devorando um a um  
Gritei para o horizonte, e ele não me respondeu  
E então fechei os olhos, sua voz  
Assim me bateu.



## **O jornalismo ambiental no Jornal Folha de Boa Vista e a poluição dos rios pelo garimpo ilegal**

*Antonia Costa da Silva<sup>1</sup>*

*Joel Gonzaga de Souza<sup>2</sup>*

### **Introdução**

O tema do trabalho é o jornalismo ambiental no jornal Folha de Boa Vista, na forma como o jornal aborda a temática, especificamente no que diz respeito à poluição dos rios pelo garimpo ilegal. As questões ambientais são de interesse de todos. Elas dizem respeito ao bem estar das pessoas. Acontecimentos locais relacionados ao meio ambiente influenciam a humanidade como um todo, seja na produção de alimentos, na qualidade do ar e da água, enfim, à sobrevivência do ser humano e de todos os seres vivos. Desta forma, ao analisar localmente um meio de comunicação como o jornal a Folha de Boa Vista, formador de opinião, acaba-se por contribuir na construção de um conhecimento do saber ambiental que relaciona teoria com a prática do jornalismo ambiental.

A motivação para a pesquisa se dá, justamente, pela preocupação com o jornalismo ambiental e o seu poder de influência que pode levar a denúncias ou omissões sobre questões de saúde e de direitos das pessoas. A questão é de urgência perante a situações como de garimpos ilegais e a utilização de mercúrio, poluindo rios e toda a fauna e flora que acaba se alimentando deles. Ribeirinhos e indígenas são os mais afetados diretamente, mas as consequências acabam sendo também para os seres humanos em geral com a degradação do meio ambiente.

Assim, o jornalismo ambiental se mostra como fundamental para evidenciar, denunciar, refletir, etc., sobre os rumos do meio ambiente em Roraima, no Brasil e no mundo. Especificamente nes-

---

1 Doutora em comunicação pela Unisinos. Professora do curso de Comunicação Social – UFRR.

2 Mestrando em Comunicação pela UFRR. Jornalista.

ta pesquisa, a contribuição está na análise do jornalismo ambiental produzido no Jornal Folha de Boa Vista a partir das matérias publicadas acerca da contaminação dos rios pelo garimpo ilegal e as consequências para as populações afetadas.

A problemática da pesquisa diz respeito, justamente, na forma como o jornalismo ambiental é desenvolvido na Folha de Boa Vista, especificamente em relação à contaminação dos rios pelo garimpo ilegal. As perguntas que procuramos responder são: como o jornal Folha de Boa Vista produz o conteúdo ambiental em relação à contaminação dos rios pelo garimpo ilegal? Como é valorizado o ponto de vista dos lutadores sociais reportados? Como a informação e a linguagem acerca do garimpo ilegal e da poluição dos rios chegam aos leitores? E de que forma são comunicados? Quais são as vozes predominantes na cobertura das pautas que tratam do garimpo ilegal?

Diante disso, o artigo analisa como o jornalismo ambiental é produzido no Jornal Folha de Boa Vista a partir das matérias publicadas enfocando a temática da contaminação dos rios pelo garimpo ilegal e as consequências para as populações afetadas.<sup>3</sup> Busca compreender o que é o jornalismo ambiental e contextualizá-lo no jornal Folha de Boa Vista.

A pesquisa é bibliográfica porque busca na literatura publicada subsídios para compreender a temática e para auxiliar na interpretação dos dados apresentados na pesquisa. Gil (2010) entende que esta modalidade de pesquisa envolve material impresso e eletrônico, como revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. O jornal de referência é a Folha de Boa Vista.

A pesquisa foi apresentada no XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de junho de 2019.

## **O jornalismo ambiental**

O direito à comunicação é um direito à cidadania, afirma Peruzzo (2004). Esse direito de se comunicar é fundamental para

3 Cabe mencionar que Roraima é banhada por vários rios, sendo o maior o Rio Branco, formado pelos rios Tacutu e Uraricoera. Possui afluentes como o Mucajáí. O Rio Branco desagua no Rio Negro, no Amazonas. O garimpo ilegal ocorre, principalmente, nos rios Uraricoera e Mucajáí.

evidenciar a sua voz, a voz daqueles que são marginalizados e/ou oprimidos. A mídia ser, portanto, para isso, para dar voz e vez. Silverstone (2002) afirma que a mídia filtra e modela realidades. Isso a torna poderosa. Ela é onipresente, ainda mais em tempos das tecnologias da comunicação.

É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência também, de quando em quando, para as intensidades da experiência. (SILVERSTONE, 2002, p. 12).

O poder da imprensa adentra ao que Pierre Bourdieu (2010) chama de poder simbólico, pois “[...] pode fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo”. (2010, p. 14). Assim, o consumo da mídia se mostra complexo. Cabe ao leitor a tarefa de ler e filtrar as notícias. Para isso, necessita conhecer o meio de comunicação que está lendo. Esse conhecimento deve ser crítico em relação também ao jornalista. No entendimento de Beltrão, a

Comunicação é o problema fundamental da sociedade contemporânea – sociedade composta de uma imensa variedade de grupos, que vivem separados uns dos outros pela heterogeneidade de cultura, diferença de origens étnicas e pela própria distância social e espacial (BELTRÃO, 2004, p. 27).

Para o jornalismo ambiental e a pesquisa que se propõe, a variedade étnica é evidente, desde os pescadores e indígenas que são afetados diretamente em sua localidade, bem com a humanidade em geral, afetada pela degradação contínua do meio ambiente. Por isso que o jornalista é pessoa importante na construção da notícia. Silva (2015) expõe que o jornalista é quem acaba por constituir o acontecido pela enunciação uma vez que é ele quem detém o poder de consagrar pessoas e instituições. Trata-se da produção da notícia, e a conseqüente intenção ou objetivo que está por trás. A produção da notícia é baseada no acontecimento, este entendido por Alsina (2009) como algo maravilhoso das sociedades democráticas. Alsina auxilia a compreender todo esse processo de construção da notícia.

Especificamente no que diz respeito ao jornalismo ambiental, Girardi (2011) defende que os interesses econômicos não podem ser valorados no sentido de coloca-los à frente da qualidade do exercício profissional e, acrescenta-se, como também à frente da própria causa ambiental. Por isso, o jornalismo ambiental deve divulgar informações que contribuam com a educação ambiental da população, menciona Girardi (2011).

Silva (2015) menciona que o termo Jornalismo Ambiental é conceituado como a especialização da profissão jornalística nos fatos relativos ao meio ambiente, à ecologia, à fauna, à flora e à natureza em geral, sobretudo, no que se refere às consequências de iniciativas de desenvolvimento no meio ambiente e na biodiversidade.

Bueno (2005), por sua vez, destaca que o jornalismo ambiental extrapola o conceito de jornalismo científico tradicional e desempenha funções tanto informativas, como pedagógicas e políticas. Desta forma, mostra que o jornalismo ambiental possui grande responsabilidade com o bem estar das pessoas. Deve estar acima de interesses particulares.

O jornalismo ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta maneira conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses. (BUENO, 2008, p. 112).

Além das obras de Bueno, Enrique Leff (2001; 2002) é autor indispensável para a temática. Leff parte da compreensão do que é ambiente, sobre como o ambiente é ensinado e aprendido, e os princípios sobre os quais se funda um saber ambiental. Ele desenvolve defende uma epistemologia ambiental, ou seja, uma complexidade na construção do conhecimento para se saber o que é o ambiente: “O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento.” (LEFF, 2002, p. 17).

Conforme André Trigueiro (2005, p. 77), o “[...] meio ambiente é ainda uma questão periférica, porque não alcançou esse sentido mais amplo, que extrapola a flora e fauna.” É nesse sentido que a

pesquisa se propõe a refletir acerca do meio ambiente, do jornalismo que o consagra ou inferioriza, e de evidenciar que todos têm a perder. Afinal, conforme Jean Chesneaux (1996), todos estão no mesmo *Titanic*, mesmo que uns estejam na primeira classe.

## O jornal folha de Boa Vista

O Jornal Folha de Boavista menciona que as denúncias quanto à atuação de garimpeiros no alto do Rio Mucajaí são noticiadas quase que com frequência pelo Grupo Folha BV. Menciona que se trata de “[...] uma situação que vem piorando nos últimos anos. Nem mesmo o rigor no combate a esse tipo de atividade está conseguindo inibir os criminosos, causando enorme prejuízo ao ecossistema da região.” (LOPES, 2019). Esta menção faz parte de uma notícia que é uma denúncia de um morador às margens do Rio Mucajaí. Segundo o morador, a água na sede do município chega tratada, mas nos rios “é de dar pena” porque o rio “estaria perdendo toda a sua vitalidade em razão da ação de garimpagem ilegal na região.” (LOPES, 2019).

Esta denúncia é recorrente, como mostra matéria de janeiro de 2019, que destaca o garimpo sendo praticado há mais de um ano.

O Rio Mucajaí é o que abastece a sede do município de mesmo nome, serve como fonte de renda para pescadores e ainda é filtrado pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caerr) para distribuição às casas da região. As atividades estão ameaçadas, pois, segundo denúncias, as margens do rio estão sendo utilizadas para garimpo há pelo menos um ano.

A consultora de pescadores da região, Ana Valéria, explicou que passou o fim de ano fazendo uma trilha nas margens do rio e que a cor barrenta da água e o pH ácido elevado percebido por ela são indícios de atividades suspeitas, como o garimpo ilegal.

“Como o objetivo das máquinas de garimpo é tirar o barro nas margens e jogar no rio, todo o ecossistema da região fica ameaçado. Ao contrário de vezes anteriores, precisamos levar garrafas d’água para beber e percebemos que a nossa pele ficou áspera no contato com a água. Dá para ver a água barrenta até de cima da ponte do rio”, comentou. (BARBOSA, 2019).

A mesma situação é reportada em relação aos rios Uraricoera e Amajari, nos quais a pesca está prejudicada devido à água barrenta

e aos produtos químicos que são despejados constantemente. A figura 1 mostra a prática do garimpo ilegal no Rio Uraricoera:



Figura 1 – Garimpo ilegal no Rio Uraricoera  
Fonte: FOLHAWEB, 2017

A Figura 1 mostra o garimpo denominado Mutum, que fica no alto Rio do Uraricoera, em Roraima, em terras Yanomami, quase chegando na Venezuela. Trata-se de um dos lugares mais ermos do Brasil, de difícil acesso, onde não há estrada. Em entrevista ao Folha de Boa Vista, o General Gustavo Dutra disse que havia mais de mil pessoas trabalhando neste garimpo e

[...] que contavam com a estrutura de uma pequena cidade, com salão de beleza e duas mercearias. Tinha até cerveja gelada. O Exército estima que o garimpo ilegal produzia cerca de R\$ 8 milhões por semana. Segundo o General Dutra, o garimpo se instalou na área nos primeiros meses deste ano. O comandante disse que a maioria dos garimpeiros saíram do local. (FOLHAWEB, 2017).

Enquanto a pesca é para sobrevivência dos ribeirinhos, o garimpo ilegal enriquece poucos. Devido a esse garimpo ilegal e que despeja mercúrio nos rios, os pescadores estão deixando a atividade, denuncia o presidente da Colônia de Pescadores:

“Na Colônia ouço muitos relatos de pescadores que pretendem vender suas canoas, pois a atividade não garante mais o sustento das famílias. Além disso, essa exposição frequente a produtos químicos pode nos matar. Acredito que estejamos em um ponto sem retorno, onde a situação só tende a piorar”, concluiu. (FOLHAWEB, 2018).

Além de serem cada vez mais raros, os peixes não atingem o peso normal. As denúncias são constantes por parte dos moradores, utilizando, inclusive, as redes sociais para divulgar imagens da poluição.

Um grupo de pescadores divulgou um vídeo nas redes sociais denunciando a poluição advinda de uma área de garimpo ilegal na divisa dos rios Amajari e Uraricoera, no município de Amajari, norte do Estado. O local é próximo a BR-174 e RR 342. “É o encontro de águas aqui em Roraima, é a poluição do garimpo, os pescadores não pegam mais nada aqui no Uraricoera, só no Amajari” relatou. Segundo eles, muitos ribeirinhos que utilizam a água para beber e banho estão reclamando da situação. “Olha a cor da água, tá feio demais, como é que fica a natureza?” [...] IBAMA - A Folha procurou o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) que informou não ter conhecimento do fato e que irá enviar um fiscal para averiguar a situação para saber se trata-se de poluição ou um fenômeno natural. (FOLHAWEB, 2018).

Além da pesca, a poluição atinge também o turismo. O que mais impressiona é que em alguns casos se trata de uma garimpagem legal, conhecida ao garimpo artesanal. A Figura 2 mostra a prática do garimpo ilegal artesanal:



Figura 2 – Garimpo ilegal artesanal  
Fonte: FOLHAWEB, 2019.

## Conforme a Folha de Boa Vista,

Embora muitos não saibam, não é proibido garimpar no ponto turístico mais visitado por turistas locais e de outros Estados, no Município de Amajari, Norte de Roraima. A Portaria número 143, de 31 de janeiro de 1984, do Ministério de Minas e Energia, reconheceu a garimpagem de ouro e diamante na Serra do Tepequém como tradicional. Mas a exploração só pode ocorrer de forma artesanal, por garimpeiros da comunidade, por meio de fiação e cata. (FOLHAWEB, 2019).

A situação se torna ainda mais complicada porque este garimpo artesanal é a fonte de renda de muitos moradores. Assim como os turistas, também os moradores estão à mercê da poluição, especificamente do mercúrio:

O mercúrio, além de contaminar o solo, pode provocar graves complicações à saúde de garimpeiros ou de outras pessoas indiretamente. Conforme pesquisas, o metilmercúrio se acumula na cadeia alimentar se fixando na natureza. Mesmo que jogado fora dos leitos dos igarapés e rios, com a chuva o material pode cair em um curso de água. Nos seres humanos, é conhecido por causar enfermidades neurológicas graves, como ocorreu na década de 1980, durante a intensa corrida pelo ouro na Serra Pelada, no Pará. Garimpeiros que inalaram o mercúrio sofreram sérias complicações de saúde e até morreram. (FOLHAWEB, 2019).

Porém, o Yanomami Davi Kopenawa afirma que o garimpo ilegal praticado dentro da terra indígena é o principal responsável pela contaminação (ROCHA, 2016). Ribamar Rocha, repórter da Folha de Boa Vista, destaca o nível elevado de mercúrio entre os povos das etnias Yanomami e Ye'kuana, apontado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cuja contaminação se dá através da ingestão de peixes, provocando sérios problemas de saúde nos indígenas. “O nível de mercúrio nas pessoas estudadas chegou a 92,3%, conforme a pesquisa. Em entrevista à Folha, à época, o líder Yanomami Davi Kopenawa afirmou que o garimpo ilegal praticado dentro da terra indígena é o principal responsável pela contaminação.” (ROCHA, 2016).

Rocha menciona ainda o professor do Curso de Geologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Wladimir Souza, e seus alertas acerca da contaminação indígena através dos peixes con-

taminados próximos a garimpos. Menciona, também, lixões a céu aberto e sem critérios de uso. (ROCHA, 2016).

## **Análise dos Resultados**

O jornal Folha de Boa Vista cumpre, a princípio, sua função de denunciar a poluição pelo garimpo ilegal, não simplesmente reportando a situação, mas procurando informações mais consistentes, seja com lideranças indígenas, pesquisadores (da UFRR e Fio-cruz), além dos próprios moradores. Acaba fazendo aquilo que Leff menciona como o reativamento constante de princípios e valores ambientais, que

[...] estão sendo sistematizados por conceitos e teorias que os articulam com as bases materiais de uma nova racionalidade produtiva, [...] através de instrumentos técnicos, normas jurídicas, políticas científicas, movimentos sociais e estratégias políticas que constituem uma racionalidade ambiental (LEFF, 2001, p. 95).

O Jornal Folha de Boavista acaba unindo a informação com a busca de um conhecimento mais amplo, justificando a informação e a denúncia.

Numa pesquisa básica no *google*, com os termos garimpo ilegal, são as reportagens da Folha de Boa Vista que aparecem. Isso mostra o quanto o jornal se dedica à questão do garimpo ilegal.

No entanto, não é possível afirmar que o jornalismo ambiental na Folha de Boa Vista se dá a partir da especialização da profissão jornalística dos seus repórteres, conforme aponta Silva (2015). Mas se dá extrapolando o conceito do jornalismo ambiental científico tradicional, desempenhando funções tanto informativas, como pedagógicas e políticas, conforme aponta Bueno (2008) ao definir o jornalismo ambiental.

Ao apontar a contaminação com mercúrio a partir do consumo do peixe, dos turistas ao visitarem as margens do rio (bem como os próprios moradores), além da dialética da garimpagem artesanal (com a necessidade de sobreviver com o garimpo, mas ao mesmo tempo se contaminando), pode-se apontar para Enrique Leff e seu conceito mais complexo sobre o ambiente, nas suas relações de poder.

Há que se mencionar que o Jornal Folha de Boa Vista valoriza o ponto de vista dos lutadores sociais. A abertura se dá a todas as pessoas prejudicadas pelo garimpo ilegal, bem como às instituições de fiscalização, como o IBAMA. A informação e a linguagem são objetivas, além de imagens ilustrativas.

Por fim, a forma de comunicação é a via impressa, porém, todas as reportagens são encontradas na sua forma *online*. Porém, apesar das denúncias, o garimpo ilegal permanece, ou seja, a ambição econômica está acima do bem estar do ser humano e do meio ambiente em geral.

### Considerações Finais

Diante dos últimos desastres ocorridos, desde Mariana<sup>4</sup> até Brumadinho<sup>5</sup>, sem esquecer as enxurradas como a ocorrida no Rio de Janeiro<sup>6</sup>, o Brasil acumula tragédias ambientais em sequência. Essa “rotina” pode levar a uma banalização das questões relativas ao meio ambiente, assim como já ocorre com a violência urbana.

Por isso, é urgente que o Brasil esteja amparado pelo jornalismo ambiental, tanto o científico, como o mero informativo. Científico no sentido de estar estreitamente relacionado e em diálogo com a academia, estudando os fenômenos ocorridos, apontando as causas e instruindo para a mitigação das consequências para as pessoas.

O Jornal Folha de Boa Vista cumpre esta função na medida em que dá voz àqueles que sofrem com a poluição dos rios com o mercúrio utilizado no garimpo ilegal. O rol de reportagens evi-

4 “O Desastre de Mariana ocorreu em 5 de novembro de 2015 e foi a maior tragédia ambiental da história do Brasil. O acidente foi provocado pelo rompimento da Barragem do Fundão, usada para guardar os rejeitos de minério de ferro explorados pela empresa Samarco. O evento causou a destruição do meio-ambiente, contaminação do rio, do solo e um saldo de 19 mortos.” Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/desastre-de-mariana/>>. Acesso em 30 abr. 2019.

5 Com mais de uma centena de mortes, “A Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, rompeu-se, desencadeando uma avalanche de lama, a qual destruiu a comunidade próxima e construções da própria Vale.” Disponível em: <<https://mundoeeducacao.bol.uol.com.br/biologia/desastre-ambiental-brumadinho.htm>>. Acesso em 30 abr. 2019.

6 Inundações, desabamentos e deslizamentos deixaram dez mortos no Rio de Janeiro, em abril de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/09/chuva-rio-de-janeiro-mortos-temporal.htm>>. Acesso em 30 abr. 2019.

dência, no entanto, que a prática permanece no decorrer dos anos, apesar das denúncias. Porém, isso não significa que esteja sendo ineficaz, mas sim que as relações de poder são mais fortes por parte de quem pratica o garimpo ilegal.

Assim, há que se continuar a fazer o jornalismo ambiental e trazê-lo para a comunidade em geral, em linguagem simples e direta, incentivando as denúncias e instruindo para melhorar as condições dos rios que sofrem também com o lixo urbano.

## **Referências**

- ALSINA, Miquel. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARBOSA, Pedro. Garimpo no rio Mucajái prejudica pesca e saúde da população. Boa Vista, 05 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Garimpo-no-rio-Mucajai-prejudica-pesca-e-saude-da-populacao/48310>. Acesso em 29 abr. 2019.
- BELTRÃO, Antônio F. G. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Método, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. In: Desenvolvimento e meio ambiente, UFPR, n. 15, p. 33-44, jan/jun 2007.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (Orgs). Jornalismo Ambiental: desafios e reflexão. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 105-118.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: navegando por um conceito e por uma prática. S/d. Disponível em: <http://jornalismoambiental.org.br/1148/jornalismo-ambiental-navegando-por-um-conceito-e-por-uma-pratica.html>. Acesso em 01 jun. 2014.
- CHESNEAUX, Jean. Modernidade-Mundo. Petrópolis: Vozes, 1996.

FOLHAWEB. Mercúrio põe em risco turistas e moradores. Folha de Bia Vista, Boa Vista, 25 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Mercurio-poe-em-risco-moradores-e-turistas/49074>. Acesso em 28 abr. 2019.

FOLHAWEB. Garimpo ilegal prejudica pesca. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 12 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Garimpo-ilegal-prejudica-pesca/36790>. Acesso em 29 abr. 2019.

FOLHAWEB. Garimpo ilegal faturava R\$ 8 milhões por semana, estima Exército. Folha de Boa Vista, 17 de julho de 2017. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Garimpo-ilegal-faturava-R--8-milhoes-por-semana--estima-Exercito/30279>. Acesso em 30 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRARDI, Ilza. Jornalismo ambiental e a paz na natureza. Agência da Boa Notícia, Fortaleza, 25 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.boanoticia.org.br/jornalismo-ambiental-e-a-paz-na-natureza-ilza-maria-tourinho-girardi/>. Acesso em 01 jan. 2019.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOPES, Minervaldo. “Rio Mucajá está morrendo”, denuncia morador. Folha de Boa Vista, Boa Vista, 11 de abril de 2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/-Rio-Mucajai-esta-morrendo---denuncia-morador/52129>. Acesso em 30 abr. 2019.

PERUZZO, Cecília M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). Comunicação Pública. Campinas: Alínea, 2004.

ROCHA, Ribamar. Professor da UFRR faz alerta para risco de contaminação por mercúrio. Folha de Boa Vista. Boa Vista, 26 de maio de 2016. <https://www.folhabv.com.br/noticia/Professor-da-UFRR-faz>

-alerta-para-risco-de-contaminacao-por-mercurio-/16755. Acesso em 06 jan. 2019.

SILVA, Antonia Costa da. Jornalismo ambiental na Rede de Notícias da Amazônia: estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013). Tese de Doutorado. 2015. 331 fls. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2015.

SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia? São Paulo: Loyola, 2002.

TRIGUEIRO, André. Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

TRIGUEIRO, André. Quando o Mundo Sustentável é Notícia. Mundo Sustentável, maio de 2006. <http://www.mundosustentavel.com.br/2006/05/quando-o-mundo-sustentavel-e-noticia/>. Acesso em 02 abr. 2020.



## **Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**

*Antoniél Neves Cruz<sup>1</sup>*

### **Introdução**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil sempre foi marcada por diversas dificuldades e preconceitos que a longo prazo causaram uma imagem negativa de inutilidade a esta modalidade de ensino, desprezando o seu potencial educacional e tornando-se apenas uma atividade exigida por lei.

Nesta produção serão apresentados os principais problemas enfrentados pelos estudantes da EJA, destacando a questão financeira como fator precursor da evasão escolar nesta modalidade de ensino. Em seguida será traçado o perfil dos professores, visto que muitos deles não possuem formação específica nesta área de ensino ou desenvolvem trabalhos de alfabetização relacionados a projetos religiosos desprezando a necessidade de formação acadêmica.

O educador Paulo Freire será o personagem mais famoso a ser apresentado, pois seu legado na educação trouxe diversos benefícios para os jovens e adultos que decidiram continuar os estudos. O método utilizado pelo autor e os resultados alcançados, serão detalhados no desenvolvimento deste artigo.

No último subtítulo do desenvolvimento será apresentada uma proposta de intervenção sugerindo a divisão da EJA em dois grupos (pré-alfabetizados e não alfabetizados) e em dois cursos, um de educação para o campo e outro de educação para a cidade, reduzindo assim o tempo de formação desta modalidade para no máximo três anos de curso.

Espera-se com esta produção mostrar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA, identificar o perfil dos professores, exaltar as contribuições de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos e apresentar uma solução para os problemas existen-

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia pela UNIP.

tes nessa modalidade de ensino, para evitar que mais sonhos sejam interrompidos pela desistência.

## **Os Discentes da EJA**

Os discentes são em sua maioria de famílias carentes, moradores da zona rural ou da periferia, que precisam trabalhar durante o dia para promoverem o sustento familiar e estudar a noite para conseguirem uma formação objetivando procurar um novo emprego capaz de suprir as necessidades básicas pessoais e do lar. Esses estudantes desprovidos de grande poder aquisitivo levam para a sala de aula diversas preocupações do dia a dia, como o medo de perderem o emprego, a angústia de não conseguirem associar o trabalho com os estudos, deixando que o cansaço vença a vontade de estudar e a possibilidade de não conseguirem acompanhar os colegas, culminando na evasão escolar.

Os autores Basegio e Medeiros (2012) apresentam ainda mais algumas características dos alunos da EJA que podem ser facilmente encontradas nas salas de aula desta modalidade em todas as regiões do país:

Na grande maioria das vezes, esses estudantes possuem uma condição diferente daquela apresentada pelos alunos do diurno, pois são, em geral, trabalhadores e, em grande parte, já possuem um histórico de fracasso ou abandono escolar. A amplitude da faixa etária dos educandos que compõem as turmas de EJA demonstra outra especificidade, pois, em decorrência disso, vemos que muitos possuem famílias, no sentido de terem conjugues e filhos. (BASEGIO e MEDEIROS, 2012, p. 83).

A citação acima resume bem o dilema da maioria dos estudantes desta modalidade, pois além de conciliar o trabalho com os estudos, ainda há a questão das responsabilidades familiares, visto que quando não há filhos para cuidar, há a necessidade de resolver atividades do lar ou o aluno é também o principal gerador da renda que sustenta a família. Dessa forma, se tiver que escolher entre estudar e realizar as demais atividades, a primeira opção será sempre deixada de lado porque não promove a geração de capital em curto prazo.

Outro grande problema enfrentado pelos alunos da EJA

que foi duramente criticado pelo educador brasileiro Paulo Freire e até hoje é recorrente nesta modalidade de ensino em muitas escolas do país é a infantilização dos conteúdos por parte dos professores. Sobre isso, em seu livro intitulado *Ação Cultural para a Liberdade*, o autor enfatiza que:

Em geral, porém, tanto as palavras quanto os textos das cartilhas nada têm que ver com a experiência existencial dos alfabetizando. E, quando o têm, se esgota esta relação ao ser expressada de maneira paternalista, do que resulta serem tratados os adultos de uma forma que não ousamos sequer chamar de infantil (FREIRE, 1981, p. 12).

Jovens e adultos que procuram a EJA muitas vezes são colocados em um patamar inferior, como tábuas rasas que nada sabem, desprezando assim o senso comum, que é o aprendizado adquirido com as experiências da vida.

Esse é sem dúvidas um grande absurdo porque os discentes dessa modalidade já possuem um conhecimento prévio das atividades estudadas por causa das práticas já vivenciadas e complementadas pelos avanços tecnológicos, como a televisão, a internet, as redes sociais, os smartphones, entre outros meios de comunicação que produzem informações constantemente, estimulando assim a leitura e a escrita de todas as pessoas, mesmo que não sejam alfabetizadas ainda.

## **A Origem das Mazelas**

Para entender de onde surgem as dificuldades da EJA na atualidade, é necessário voltar no tempo e entender como surgiu a educação no país, o que levaram os jovens a desistirem de estudar pela primeira vez e hoje tentam dar continuidade ao sonho de concluir os estudos. O autor Ghiraldelli (2008), expressa suas contribuições sobre o tema ao afirmar que:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de domínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil -1808- 1821 (GHIRALDELLI, 2008, p. 24).

Ghiraldelli (2008) enfatiza a educação regular porque no

período colonial, os governantes não reconheciam a necessidade de alfabetização dos jovens e adultos. Esta modalidade só se consolidou muitos anos após a Independência do Brasil. O que chama a atenção na educação do período colonial é o objetivo do educar. Primeiro vieram os jesuítas que buscavam catequisar principalmente os índios e realizar uma educação religiosa, visando apenas à formação de fiéis católicos.

Em seguida, a mando do rei Dom José I de Portugal, chegou ao Brasil Sebastião José de Carvalho e Melo popularmente conhecido como o Marquês de Pombal que expulsou os jesuítas do país acusando os de incitar a revolta dos indígenas contra os portugueses e acabou com as formas de educação gratuita da nação, trabalhando com um sistema de aulas avulsas, onde a coroa portuguesa administrava os conteúdos que deveriam ser ensinados.

Em 1808, com a chegada de D. João VI no Brasil, a educação foi direcionada para a formação de militares e médicos, pois se acontecesse alguma guerra, haviam soldados preparados para guerilhar e os médicos poderiam cuidar dos militares, caso algum se machucasse. Foram abertas diversas escolas e cursos superiores, mas só a aristocracia possuía o direito de estudar.

Vê-se neste período que a população negra e os indígenas só participaram do programa de educação proposto pelos jesuítas porque estes educadores queriam disseminar o catolicismo e não necessariamente educar os escravos e nativos. Infelizmente, o propósito da educação não era formar cidadãos e seres pensantes, mas sim, soldados para a defesa da colônia ou religiosos para a defesa da fé.

Mais de dois séculos depois se comparar a população prejudicada com a má qualidade da educação no período colonial com os altos índices de analfabetismo por etnia atualmente, é possível observar que os indígenas e afrodescendentes ainda correspondem aos maiores números de analfabetos no país. Desde o Brasil colônia até os dias atuais, esses grupos de pessoas estão às margens da sociedade e para diminuir estes índices avassaladores de analfabetismo, muitos procuram a educação de jovens e adultos.

Esses estudantes possuem uma vida difícil, marcada por carências e dificuldades a serem enfrentadas para permanecer estu-

dando na EJA, como afirma Arroyo (2001):

A educação de jovens e adultos (EJA) tem sua história muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e se cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos. O tema nos remete á memória das últimas quatro décadas e nos chama para o presente: a realidade dos jovens e adultos excluídos. Os olhares tão conflitivos sobre a condição social, política e cultural desses sujeitos têm condicionado as concepções diversas de educação que lhes é oferecida. [...] A história oficial da EJA se confunde com a história do lugar social reservado aos setores populares (ARROYO, 2001, p.10).

Ao falar em interesses menos consensuais o autor refere-se ao fato de que não há grandes expectativas quanto aos estudantes da EJA em comparação com a modalidade regular. Neste sentido, é comum esperar de um aluno da educação regular que ao terminar o ensino médio, matricule-se em um curso superior para ingressar na área de direito, educação, saúde ou segurança. No entanto, essa não é a mesma expectativa para os discentes da EJA, que buscam essa modalidade de ensino apenas com o intuito de concluir um sonho que foi interrompido no passado.

A idade se torna o primeiro preconceito enfrentado quando o estudante desta modalidade em questão ingressa na escola. A discriminação parte do próprio educando que imagina frequentar por tantos anos a escola e sair de lá com um certificado que não lhe garante a conquista de um emprego formal imediato. Sendo assim, o que motiva muitos estudantes a permanecerem na escola é a realização do sonho que foi interrompido no passado e não o diploma propriamente dito.

Passada a fase de autocrítica do discente, vem à realidade social, que muitas vezes é omitida ou maquiada pelas autoridades com discursos antirracistas e igualitários, desmascarados na educação de jovens e adultos. Na sala de aula o perfil dos estudantes, que Arroyo (2001, p. 10) define como: “*trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos*”, evidenciam um grupo de pessoas desfavorecidas pelas circunstâncias históricas e pessoais que são vistas como incapazes de realizar grandes feitos para a sociedade e,

portanto, não merecem atenção.

Neste sentido, não há políticas públicas por parte do governo que busque resolver essa discriminação com os jovens e adultos. Há leis que garantem a continuidade desta modalidade, mas não deixam claro como as aulas devem acontecer ou quem pode ensinar para motivar os estudantes e mudar essa visão negativa de seres incapazes ao qual são vistos. Sobre isso, as autoras Oliveira e Paula (2012) afirmam que:

A formação dos educadores de jovens e adultos pouco escolarizados tem se caracterizado principalmente como aquela que acontece em serviço, após a formação inicial. Outro aspecto característico da EJA diz respeito ao campo da educação popular, em que a maioria dos educadores é considerada leiga do ponto de vista da escolaridade. Em geral, são pessoas da comunidade que desenvolvem trabalho voluntário em programas de alfabetização. (OLIVEIRA e PAULA, 2012, p. 63).

Para as autoras o problema está na pouca escolaridade dos educadores, pois a maioria não possui formação especializada para trabalhar com a EJA ou são leigos que desenvolvem atividades voluntárias em projetos de alfabetização e não conhecem a metodologia adequada para esta modalidade.

Um professor mal preparado para lecionar traz consequências devastadoras para seus alunos, como já mencionadas anteriormente, podendo infantilizar os conteúdos da alfabetização na educação de jovens e adultos gerando assim o desinteresse gradativo por parte dos discentes, até chegar á evasão escolar, acabando de uma vez por todas com o sonho de concluir os estudos na educação básica.

Para os professores que já trabalham na área da educação de jovens e adultos, a maior dificuldade apontada é fazer com que os alunos permaneçam na escola, pois além das adversidades propostas pela rotina diária que já foram expostas nesta produção, há também o desinteresse em sala de aula porque os conteúdos não abrangem a realidade de todos os alunos visto que a sala de aula da EJA é heterogênea, ou seja, há alunos de diferentes idades, etnias, culturas e ocupações, e não homogênea como o governo acredita ser.

Observamos que os professores, de um modo geral, falham na prática docente diária [...] principalmente por não conseguirem manter os educandos frequentando as aulas e tornar significativos os conteúdos ministrados na EJA, de acordo com a realidade desses estudantes. (BASEGIO; MEDEIROS, 2012, p.84)

Trazer a realidade dos estudantes para a sala de aula, de modo que venha a contribuir com a formação é um assunto debatido constantemente por educadores de todo país. No entanto, a experiência mais concreta sobre o assunto foi realizada por Paulo Freire e sua equipe de educadores nos anos 60. O método utilizado para alfabetizar os trabalhadores é chamado de Método Paulo Freire de Alfabetização.

### **O Método Paulo Freire de Alfabetização**

Este método foi criado com o objetivo de acabar com o analfabetismo no país que, naquela época, atingia mais de 50 % da população com idade de 15 anos ou mais. Esse problema era visto como uma doença que causava o subdesenvolvimento do Brasil e precisava ter fim o quanto antes.

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbal preguiça”. (FREIRE, 1981, p.11)

Nesta perspectiva, Freire (1981) criticava o modelo de educação pautado na repetição de palavras e controlado pelo governo, onde os estudantes só poderiam aprender o que era favorável para a elite, distanciando da realidade dos educandos e colocando-os como seres de pouca inteligência ou incapazes de aprender. Para atender a essa população menos favorecida, Paulo Freire e sua equipe de educadores criaram o método que é dividido em três etapas: Investigação, tematização e problematização.

Na etapa de investigação por meio de conversas com grupos de trabalhadores, os educadores identificavam quais eram os temas mais frequentes na vida dos alunos, ou seja, quais assuntos os interessavam mais. Feito isso, passavam para a etapa seguinte que era a tematização. Nesta etapa, os educadores refletiam sobre os temas anotados, a partir das informações dos trabalhadores. Dessa forma, poderiam pensar em como converter esses assuntos em formação de pensamento crítico dos educandos.

Na etapa da problematização os educadores escolhem um tema identificado na etapa anterior e levanta questionamentos acerca dele, fazendo os estudantes pensarem mais e de forma crítica, visto que este método pretende não apenas ensinar a ler e escrever, mas ensinar a pensar e fazer isso de forma crítica, analisando a realidade da maneira que ela é sem ideias sistematizadas que eram comuns na época.

Feito isso, o educador iniciava a aplicação do método, com a formação da palavra geradora (Palavra mais importante para os alunos) que foi retirada da etapa da problematização. Esta palavra era colocada em um cartaz ou slide ao lado do objeto ou imagem correspondente a ela. Em seguida, após o estudante ler a palavra completa, acontecia a silabação, ou divisão da palavra em sílabas.

Cada sílaba era estudada a parte e depois estudada no grupo a que pertence, como no caso da palavra TERRA. Estudava-se as sílabas TER e RA, depois em grupo (TA, TE, TI, TO, TU) e (RA, RE, RI, RO, RU). Além de ler, os discentes escreviam no caderno essas sílabas e como tarefa de casa deveriam criar novas palavras a partir dos grupos de sílabas. No outro dia, compartilhavam as palavras com os colegas e o docente. A palavra mais repetida seria a próxima geradora.

A parte final do método era a conscientização, onde os educadores questionavam os educandos sobre a importância de aprender aquela palavra e de maneira geral o que eles haviam aprendido sobre os temas debatidos. Depois, avaliavam de forma qualitativa, observando se os estudantes estavam mais conscientes sobre a realidade a sua volta e deixados de lado pensamentos tradicionalistas

e sistematizados que culpavam Deus e o destino pelos fracassos da vida.

Primeiro foi feita uma pequena experiência na casa que o MCP conseguiu arrumar numa periferia de Recife. Foram 5 alfabetizados. Dois saíram, ficaram 3. De lá a equipe realizou as primeiras experiências mais amplas em Angicos e Mossoró, no Rio Grande do Norte, e em João Pessoa, na Paraíba, com o pessoal da CEPLAR. Lavradores do Nordeste foram os primeiros homens a viverem a experiência nova do “círculo de cultura”. Foram os primeiros a serem alfabetizados de dentro para fora, através de seu próprio trabalho. [...] Os resultados obtidos — 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias — impressionaram profundamente a opinião pública. Decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do Governo Federal. (BRANDÃO, 1981, p. 8).

Brandão (1981) descreve os resultados da pequena experiência realizada em uma casa cedida pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, movimento este, que também já vinha realizando projetos culturais no município, no intuito de promover a valorização da cultura regional e apoiar o método de alfabetização.

No entanto, o que chama a atenção é a quantidade de trabalhadores alfabetizados em 45 dias. Foram 300 cortadores de cana-de-açúcar alfabetizados no município de Angicos, estado do Rio Grande do Norte, em apenas 40 horas. Esse fato evidenciou a eficácia do Método Paulo Freire de Alfabetização para a sociedade brasileira e permitiu que outros trabalhos nesta modalidade de ensino fossem realizados posteriormente, reduzindo assim as taxas de analfabetismo no país, como mostra a tabela a seguir.

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total	Analfabeta	Taxa de analfabetismo
1900	9728	6348	65,3
1920	17564	11409	65
1940	23648	13269	56,1
1950	30188	15272	50,6
1960	40233	15964	39,7
1970	53633	18100	33,7
1980	74600	19365	25,9
1991	94891	18682	19,7
2000	119533	16295	13,6

Tabela 1- Taxas de analfabetismo no Brasil  
 Fonte: Adaptado de Brasil, 2003, p. 06.

Analisando os dados da tabela é possível observar que os índices de analfabetismo da população de 15 anos ou mais diminuíram rapidamente após o ano de 1960. Neste ano, Paulo Freire e sua equipe já realizavam estudos sobre a questão do analfabetismo no país e estudavam a criação do famoso Método que em 1963 foi colocado em prática pela primeira vez na cidade Angicos, no Rio Grande do Norte.

Paulo Freire tornou-se então referência na educação brasileira, não só no que diz respeito á alfabetização, mas também na forma de pensar. O ato de estudar deixou de ser apenas uma sequência de decodificação de palavras e sílabas e passou a ser o principal caminho para a formação cidadã. Sobre este autor, os autores Basegio e Medeiros (2012) afirmam que:

O legado freireano é, em todos os sentidos, inovador. É vanguardista e antecipa corajosamente a possibilidade da mudança. É solidário e inclusivo ao acolher e respeitar o outro na diferença. É sustentável ao propor o bem comum.

A importância de Paulo Freire para a educação brasileira e para o Brasil é inestimável. Ele foi capaz de aliar a crítica do seu tempo às atitudes e princípios que transformam a sua militância em uma luta

pacífica, cujas armas principais eram o diálogo, a reflexão e a proposição sempre criativa, fundadas na liberdade e no respeito ao outro (BASEGIO e MEDEIROS, 2012, p. 84).

De acordo com a citação é notável que Paulo Freire fez mais que educar, ele transformou a forma de pensar dos brasileiros e mudou os rumos da educação, principalmente na modalidade destinada aos jovens e adultos. O fato de criticar a postura passiva aos quais os estudantes eram submetidos estimulou os trabalhadores a lutarem por seus direitos, tanto educacionais, que culminaram na criação dos cursos noturnos e supletivos da EJA, quanto sociais, como a Reforma Agrária.

As diversas Leis e movimentos criados após o Método Paulo Freire, como a Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 que regulamentou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a fundação EDUCAR, que em 1985 substituiu o MOBRAL, a Constituição Federal de 1988 que prevê a modalidade de educação de jovens e adultos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que regulamenta essa modalidade de ensino proposta pela Constituição, garantiram a existência da EJA até os dias atuais, mas nenhuma das leis ou movimentos conseguiu evitar que a evasão escolar continuasse presente nesta modalidade.

### **Uma Proposta Inovadora**

A evasão na EJA ainda é frequente porque os alunos são em sua maioria trabalhadores com jornadas de trabalho longas e cansativas, provedores da família, ou seja, já possuem cônjuge ou filhos e por isso possui responsabilidades com o lar ou possuem um histórico de vida difícil, devido à pobreza. No entanto este perfil tende a mudar, pois as causas que levam a evasão escolar na juventude, atualmente são outras.

A gravidez na adolescência, as drogas e a violência, seja ela física ou verbal (Bullying), também são apontadas por Politize (2017) como causas da evasão escolar na juventude a partir de uma pesquisa realizada pelo projeto Galeria de Estudos e Avaliação de Iniciativas Públicas (GESTA). Neste sentido, esses jovens que desistem da escola agora, futuramente poderão retornar com os estudos

na modalidade EJA e por isso faz se necessário conhecer as causas da primeira evasão para planejar ações e evitar que aconteça uma segunda desistência.

Sendo assim, faz se necessário à criação de um novo modelo de Educação de Jovens e Adultos pensando em utilizar a metodologia freireana de alfabetização em poucos dias para os alunos analfabetos e a adaptação de cursos de formação técnica para os discentes já alfabetizados. Para tanto será preciso dividir as turmas da EJA por nível de instrução e aptidões de qualificação profissional.

Primeiro os alunos serão divididos quanto ao índice de alfabetização, sendo os que não concluíram o ensino fundamental I em uma sala e os alunos do fundamental II e médio em outras. O curso de alfabetização deve ter duração de no máximo um ano, pois se o método Paulo Freire foi eficaz em poucos dias, alguns meses serão suficientes para debater os assuntos da realidade dos estudantes, trabalhar a criação da palavra geradora, silabação e formação de novas palavras a partir das sílabas.

Esse processo de alfabetização será concluído com um debate sobre os temas propostos e avaliação com escrita de textos e resolução de questões simples de português e matemática para testar o nível de aprendizado dos alunos e identificar o curso técnico mais adequado a cada um deles. Neste processo, o ideal é que ao invés de livros didáticos, o professor produza uma apostilha com o conteúdo simples e direto, objetivando não fugir dos temas da realidade dos alunos.

Nas demais salas, os alunos serão divididos quanto ao curso técnico ao qual desejam ingressar, sendo uma turma para a educação no campo, com ênfase no desenvolvimento de técnicas de agropecuária e culinária, e outra turma para educação na cidade, com conteúdos voltados para os serviços de beleza, construção civil e educação para o trânsito.

Os cursos técnicos devem ter duração de até dois anos e os conteúdos serão programados pelos próprios professores de acordo com a realidade de cada município. A avaliação neste caso será feita por disciplina podendo ser realizada a cada bimestre, trimestre ou

semestre, de acordo com a quantidade de disciplinas propostas para cada região. Tanto o curso de alfabetização quanto os de nível técnico devem gerar certificado comprovando a formação do discente.

Diante dos estudos realizados nessa produção fica claro que a longa duração dos cursos da EJA e a proposta de conteúdos distantes da realidade dos educandos são os maiores desmotivadores dos estudantes nesta modalidade e por isso a criação de um novo curso que garanta um certificado não só de concluinte de educação básica, mas já de nível técnico aumenta consideravelmente as chances dos alunos conseguirem um trabalho mais rápido em sua área de especialização.

### **Considerações Finais**

Para os jovens e adultos que sonham em cursar o nível superior, esta proposta de renovação da EJA diminuirá o tempo de espera para a realização do ingresso em uma faculdade. Além do mais, os cursos técnicos tendem a preparar melhor os estudantes para a universidade que o ensino médio, porque em nível técnico há uma especialização do conhecimento, diferente da outra opção que é mais ampla e não prepara o educando para uma área específica.

A educação de jovens e adultos deve ser repensada e reformulada para se adaptar a realidade da sociedade atual e se preparar para o futuro, visto que já foi projetado quem serão os discentes da próxima geração e por isso menos tempo e mais conhecimento é um lema para ser seguido, ainda mais com o auxílio das tecnologias que tendem a facilitar a produção das aulas e os estudos, permitindo que mesmo sem ter frequentado a escola, muitos alunos já possuam conhecimento prévio, precisando apenas direcioná-los ao caminho correto.

A educação de jovens e adultos precisa ser melhorada porque se ainda há evasão é sinal que não atende aos anseios de todas as pessoas e por isso as autoridades governamentais precisam ouvir as propostas e projetos que são criados no intuito de contribuir para esta transformação.

Estudos nesta área devem ser incentivados, pois ideias inovadoras estão surgindo há todo momento e devem ser analisadas

com atenção pois cada um possui uma visão diferente sobre o tema e pode apresentar soluções eficazes para o problema da evasão escolar e das demais dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA que foram apresentadas nesta produção.

A educação é um processo que vai sendo construído aos poucos, preservando o que é útil para a nova geração, renovando o que pode ser adaptado às novas tendências e recriando na medida em que novas ideias vão surgindo. Mudar não significa apagar o passado, mas sim fazer dele a base sólida para construir um novo presente e projetar um futuro melhor.

### **Referências**

14 Causas do Abandono Escolar no Brasil. Politize, 2017. Disponível em: < [https://www .politize.com.br/abandono-escolar-causas/](https://www.politize.com.br/abandono-escolar-causas/)>. Acesso em: 8 out. 2020

ARROYO, Miguel G. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania: Revista de educação de jovens e adultos, v. 11, p. 9-20, 2001.

BASEGIO, Leandro J e MEDEIROS, Renato L. Educação de Jovens e Adultos: Problemas e Soluções. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

BRANDÃO, C. R. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília: MEC: Inep. 2003. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>> Acesso em: 7 out. 2020.

FREIRE, Paulo R. N. Ação cultural para a liberdade. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

OLIVEIRA, Maria C.; PAULA, Cláudia R. Educação de Jovens e Adultos: A educação ao longo da vida. Curitiba: Intersaberes, 2012.

## **Entre a força do agronegócio e as adversidades climáticas: A resistência da agricultura familiar no estado do Amazonas**

*Antonio Carlos Batista de Souza<sup>1</sup>*

*Manuel de Jesus Masulo da Cruz<sup>2</sup>*

### **Introdução**

“À margem da história”, está relacionado ao estudo que parafraseia o título da obra de Euclides da Cunha<sup>3</sup> ao registrar suas impressões acerca do espaço amazônico. Ao se tomar emprestada esta referência, tem-se a intenção de se reportar ao título e à ideia inicial proposta que é demonstrar a força e a importância da agricultura familiar, que muitas das vezes parece estar marginalizada, sem que se perceba de fato sua importância para a economia regional.<sup>4</sup>

A abordagem metodológica utilizada nesse trabalho recorreu inicialmente aos registros disponíveis como livros, artigos e teses a fim de coletar dados e categorias de análises de pesquisadores que contribuíram com a temática. A investigação fundamentou-se, também, com matérias de jornais e documentos legais disponibilizados por agências, secretarias, institutos e órgãos de governo.

Desta forma, contrariando as estatísticas oficiais, pretende-se com esse trabalho demonstrar, que mesmo diante da força do agronegócio brasileiro a agricultura familiar, no estado do Amazonas, destaca-se em segmentos considerados pouco atrativos para a agricultura capitalista. E, mais do que isso, que a agricultura familiar é de essencial importância para a economia amazonense, mesmo que muitas vezes sofra os extremos do clima com as grandes enchentes e vazantes que desestruturam a pequena produção.

---

1 Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA/UFAM-Manaus. Professor Assistente do IFAM/Manaus-Centro.

2 Doutor em Geografia pela USP. Professor Adjunto da UFAM.

3 CUNHA. Euclides da. *À Margem da História*. Editora Virtual Books on line M&M Editores Ltda. 2000.

4 Artigo originalmente publicado nos Anais do XXIII ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária, de 2016.

Não se pretende tentar contrapor-se aos dados oficiais que apontam e destacam o agronegócio, sua força e alcance dentro da agricultura capitalista.<sup>5</sup> As estatísticas falam por si. Mesmo no Estado do Amazonas, distante geograficamente do Centro-Sul, pouco a pouco o agronegócio aponta crescimento através de tecnologias nas áreas da fruticultura, piscicultura e ovinocaprinocultura, por exemplo. Transformações irreversíveis que foram chegando ao tempo/espaço rural, como constata José Graziano ao destacar que:

Antigamente as galinhas, e os galos também, eram criados soltos nas fazendas e sítios. Ciscavam, comiam minhocas, restos de alimentos e às vezes até mesmo um pouco de milho. Punham uma certa quantidade de ovos – uma ninhada de doze, quinze – e depois iam chocá-los durante semanas seguidas. Mesmo que os ovos fossem retirados, periodicamente as galinhas paravam de botar, obedecendo ao instinto biológico da procriação, e punham-se “em choco”. Mas logo descobriu-se que essa parte do processo de procriação das aves podia ser feita pela incubadora (ou chocadeira) elétrica. E com maior eficiência que a própria galinha, uma vez que permitia controlar melhor a temperatura e evitar quebra dos ovos. Tornou-se necessário então fabricar uma galinha que não perdesse tempo chocando, isto é, que se limitasse a produzir ovos todo o tempo de sua vida útil (SILVA, 2007, p. 14).

Mesmo diante dessas transformações, visamos destacar e perceber que nesse tempo/espaço amazônico existe [outra] agricultura que muitas vezes torna-se invisível aos olhos das políticas públicas e que se torna notícia ou percebe-se a sua importância apenas em períodos de infortúnios climáticos, como na grande enchente de 2012, onde mais uma vez as plantações de hortaliças, legumes, ver-

---

5 Ao se analisar os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em conjunto com as análises do Ministério da Agricultura constata-se que mesmo com as recessões econômicas que afetam as commodities agrícolas, o agronegócio continua sendo o principal destaque na balança comercial brasileira. Em 2012, por exemplo, as exportações do agronegócio somaram US\$ 84, 1 bilhões e responderam por 34% das vendas externas. Sem o agronegócio, a balança comercial no lugar de ter um resultado positivo de US\$ 17,9 bilhões teria um déficit de 53 bilhões. Em 2015 o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária cresceu 1,8% em relação a 2014. A média anual de crescimento do PIB agropecuário nos últimos 19 anos tem sido de 3,6%. No mesmo período, a indústria sofreu queda de 6,2% e o setor de serviços registrou recuo de 2,7%. O IBGE destaca ainda um aumento na produção nas atividades consideradas mais estratégicas para o agronegócio, com destaque para as lavouras de soja (11,9%), milho (7,3%) e cana-de-açúcar (2,4%). Na pecuária, os destaques em crescimento estão nos segmentos de suínos (5,3%) e frango (3,8%).

duras e animais de pequeno e grande porte ficaram comprometidos.<sup>6</sup>

É frequente os pequenos agricultores serem encontrados nas feiras e mercados das cidades amazonenses comercializando sua produção. Essa comercialização torna-se uma importante fonte de renda. A renda obtida com a venda dos produtos é para o provimento de produtos geralmente não produzidos na sua localidade, entre os quais, o gás de cozinha, o gelo para conservar os alimentos, o combustível para o motor rabetá<sup>7</sup>, açúcar e medicamentos.

Logo, pelo pouco volume de produtos, os pequenos agricultores vendem parte de sua produção apenas para adquirir produtos e serviços que eles não produzem. A transferência de uma parte da produção para a feira da cidade próxima é outro exemplo do modo pelo qual essa produção circula. Um camponês poderá levar arroz para vender, enquanto outro levará feijão; ambos se interessam em negociar. O dinheiro obtido na venda de uma determinada quantidade do cereal oferece ao camponês a possibilidade de adquirir tecidos, painéis, remédios (MOURA, 1988).

Mesmo com a Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da *Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*, fornecendo o marco legal da agricultura familiar e permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais, a agricultura familiar, no estado do Amazonas, continua à margem da história como frisamos no começo desse artigo.

Contudo, a pergunta que se faz [dentro dos marcos legais] é quem é esse pequeno agricultor? Segundo Grossi (2010) em 2006 e em 2009, veio à consolidação atual do conceito de “agricultor familiar”, com a Lei n. 11.326. Desta forma, a “agricultura familiar” foi assim definida:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I. não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) mó-

---

6 Sobre o assunto ver matéria publicada: PERDAS somam R\$ 30 milhões. Dados da Sepror apontam que 7,3 mil famílias foram afetadas em 28 municípios prejudicados pela cheia. Jornal Amazonas Em Tempo. Manaus, 28 de abril de 2012.

7 Também conhecido localmente como “honda”. Trata-se de uma canoa motorizada utilizada para pesca e transporte de pequenas cargas e poucos passageiros.

dulos fiscais;<sup>8</sup>

II. utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III. tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Concomitante ao exposto registra-se que de acordo com o Estatuto da Terra na Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964, a propriedade familiar deve caracterizar-se como:

O imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Ao longo da história, na medida em que a nascente sociedade industrial marcada pela mecanização se consolidava, decretava-se, definitivamente, a superioridade da indústria sobre a agricultura. A força de riqueza para as nações não era mais a agricultura, mas a indústria com suas máquinas potentes e extraordinária produtividade do trabalho parcelizado.<sup>9</sup>

De posse de uma atenciosa observação sobre a história econômica do Brasil, observa-se que a mesma não fora diferente. Ou seja, do passado ao agronegócio atual, procurou-se privilegiar uma agricultura comercial tropical. Em grandes extensões de terra priorizaram-se monoculturas como a cana-de-açúcar, o algodão e o café. As características pouco mudaram em relação aos séculos passados. Na agricultura do século XXI, privilegiaram-se os produtos tropicais mais valorizados no mercado internacional.

Como constatação histórica destaca-se o decreto n. 19.700 de 19 de março de 1931 onde se começava a estabelecer a legislação

8 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária destaca que módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em conta o tipo de exploração predominante, a renda obtida com a exploração e o conceito de propriedade familiar. A depender do município, um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares.

9 Sobre o argumento acima, ver: DE MASI, Domenico. *O Futuro do Trabalho*. José Olympio, Brasília, 2000.

referente às relações de trabalho. Pode-se afirmar que o objetivo desta legislação foi o de manter o controle político da classe operária, deixando de fora dos benefícios o setor agrário. Não interessava ao governo de Getúlio Vargas beneficiar os trabalhadores do campo. Primeiro porque os conflitos sociais estavam ocorrendo nas cidades e não no campo. E, segundo porque, mantendo-se os trabalhadores do campo excluídos dos benefícios de uma legislação trabalhista, Vargas não teria reações contrárias dos grandes latifundiários. Uma das consequências dessa política de exclusão adotada foi uma constante migração campo-cidade nas décadas seguintes.<sup>10</sup>

No período de 1960 e 1970 que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”, pouco se falou da questão agrária. Em parte porque a repressão política não deixava falar de quase nada. Mas em parte também porque muitos achavam que a questão agrária tinha sido resolvida com o aumento da produção agrícola ocorrido no período do milagre. Embora todos reconhecessem que esse aumento beneficiasse os, então chamados “produtos de exportação” (como o café e a soja), em detrimento dos chamados “produtos alimentícios”: o feijão, o arroz, etc. (SILVA, 2007, p. 08).

Kautsky, em *A Questão Agrária*, já percebia tais antagonismos resultantes de uma política de exclusão e concentração de terras:

É o modo de produção capitalista que domina na sociedade atual. É o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado que move o nosso século e lhe dá a sua fisionomia. Mas o modo de produção capitalista não constitui a única forma de produção existente na sociedade de nossos dias. Ao lado dele se encontram ainda restos de modos de produção pré-capitalistas que se mantiveram até hoje. E já se pode igualmente descobrir em muitas expressões da economia de Estado, da economia comunal e da cooperação, os germes de um novo modo de produção, mais elevado. Assim, pois, o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado não é o único antagonismo social de nosso tempo (KAUTSKY, 1968, p. 21).

---

10 Especificamente no estado do Amazonas, este evento relaciona-se diretamente com a grande concentração econômico-industrial na capital. Consequentemente, ao longo das décadas essa polarização econômica acabou concentrando mais da metade da população do estado na cidade de Manaus. Sugerimos a leitura da matéria: POPULAÇÃO rural do Amazonas encolheu em dez anos. *Jornal A Crítica*. Manaus, 24 de abril de 2011.

No estado do Amazonas, apesar das divergências, não se pode deixar de reconhecer que uma produção que representa apenas 0,37% da produção agrícola nacional torna-se incipiente em relação aos outros estados. O Amazonas, por sua produção, ocupa a 17ª posição nas lavouras permanentes e a 23ª posição nas lavouras temporárias.<sup>11</sup>

Diante da estatística exposta, como contrapor-se ao ponto de se refutar e defender a importância da pequena produção?

A história econômica da Amazônia sempre esteve atrelada àquilo que se pudesse produzir. Desde o período colonial diversas experiências foram se sucedendo: das drogas do sertão passando pela economia extrativista exportadora da borracha, culminando com os grandes projetos amazônicos da década de 1960.

Um breve resumo do resultado de séculos de exploração sobre a região e, principalmente, sobre seus habitantes pode ser percebível no pensamento crítico de Ab'Saber sobre a subordinação dos interesses dos trabalhadores ao capital, ao escrever que:

A abertura da Amazônia para o mundo externo – sob a égide de um capitalismo indiscutivelmente selvagem – ocasionou a mais complicada e incontrolável projeção de uma sociedade desigual sobre espaços herdados da natureza, que se conheceu ao fim do século XX (AB'SÁBER, 1996, p. 132).

Perante todos os pressupostos até então apresentados, estamos diante de uma contradição: o crescimento da economia capitalista no decorrer da história, que abriu o caminho para a agricultura capitalista, que pela necessidade do lucro explorou o trabalhador rural, ao causar a *dissolução da família rural primitiva*<sup>12</sup> na medida em que penetrava na produção agrícola formando o antagonismo entre a grande e a pequena exploração, mas que não conseguiu por fim à agricultura familiar.

O prolatado, fim da agricultura familiar não se realizou. Pelo contrário, como assevera Abramovay (1992) “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”.

11 IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 2010.

12 Expressão enfaticamente utilizada por Karl Kautsky no livro “A Questão Agrária”.

## **Importância da agricultura familiar no Estado do Amazonas**

Pouco a pouco parte dos pequenos agricultores familiares do estado do Amazonas começam a se organizar para comercializar a produção, com destaque para produtos como feijão de praia, farinha de mandioca, castanha, óleos vegetais, tucumã, açaí, andiroba e copaíba. Observa-se que à medida em que os ganhos reais tornam-se realidade, com os produtos alcançando valor de mercado, esses agricultores procuram organizar-se não apenas para a subsistência; ou tendo a intermediação de atravessadores. A organização através de cooperativas regionais torna-se pouco a pouco realidade.

De modo geral, o pequeno agricultor depara-se com entraves que vão das adversidades climáticas, produção sazonal, ataque de pragas, falta de beneficiamento, passando pelas dificuldades em se obter crédito.

As frutas regionais têm bastante aceitação no cardápio, com destaque para o açaí, a pupunha e o cupuaçu. Contudo, pelos problemas citados, esses frutos acabam sendo comercializados a preços que muitas vezes superam as frutas produzidas nas regiões nordeste, sul e sudeste, ou até mesmo de países vizinhos como a Argentina. O resultado é que as frutas regionais vêm sendo substituídas por outras culturas introduzidas na região.

Boa parte das frutas típicas da nossa região perdeu espaço no mercado consumidor para culturas introduzidas como o abacaxi e a laranja, ou para as frutas “importadas”, como as bananas de Roraima, as uvas de São Paulo, as maçãs de Santa Catarina e as peras Argentinas. Dependendo da época do ano, mesmo com o alto custo da logística, essas frutas ainda chegam a custar mais barato do que as nativas, inclusive as populares pupunhas e o próprio tucumã. A título de exemplo, uma dúzia de tucumã, fruto regional bastante apreciado pela culinária amazonense, chega a custar vinte reais nas feiras e mercados da capital, bem mais do que um quilo de maçã que custa em média dez reais.

Logo, cria-se o seguinte ciclo: sem demanda e lucro, o produtor rural não investe na cultura dessas frutas. Sem oferta, o con-

sumidor perde o hábito de consumi-las e acaba substituindo-as por outras, que têm uma oferta ampla e regular, muitas vezes a preços mais acessíveis. O resultado não poderia ser outro: a falta de “cultura” para os produtos regionais e o enfraquecimento da pequena produção familiar.

### **A falta de “cultura” para os produtos regionais**

Não são somente as frutas regionais, que devido ao preço e à ausência de uma safra perene acabam sendo trocadas pelos produtos de outros estados do Brasil. Além das culturas de ciclo curto, a farinha e o peixe, principais destaques na dieta do povo amazonense é um caso atípico. A farinha e o peixe estão perdendo espaço na mesa da população local nos últimos anos. Mais uma vez, observa-se que as políticas públicas por parte dos órgãos ligados ao setor agrícola tornam-se falhos. A população do estado está preferindo cada vez mais os produtos industrializados como as massas, a carne e o frango. As crianças, por exemplo, preferem comer frutas como a maçã, a pera, a uva, ficando em segundo plano os “sabores da terra” de grande potencial nutricional.

Mesmo respondendo por 15,9% das calorias consumidas pela população amazonense, calcula-se que entre 2002 e 2008, o consumo de peixes de água doce caiu 42%, enquanto o da farinha de mandioca sofreu redução de 38,5%. O consumo de carne, por sua vez, obteve alta de 34%. O consumo de frango cresceu 26,6% e o de ovos obteve uma alta de 62,2%.<sup>13</sup>

Uma das explicações para a mudança de hábitos alimentares refere-se diretamente a problemas sazonais como as cheias e as secas dos rios amazônicos que afetam a produção de mandioca e a oferta do pescado. Na velha “lei da oferta e da procura”, diminuindo os estoques, aumenta-se os preços, afetando o consumo.

Outra constatação curiosa refere-se ao setor granjeiro do Estado do Amazonas. Mesmo sendo autossuficiente há uma forte concorrência com as granjas localizadas principalmente na região Sul do Brasil e dos estados de Mato Grosso e São Paulo, que já pos-

---

<sup>13</sup> Dados divulgados pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 16/12/2010.

suem uma estrutura consolidada fazendo com que seus produtos cheguem ao estado com preços bem abaixo dos praticados pelos produtores locais.

## **Conclusão**

A agricultura familiar demonstra suas ambivalências e vulnerabilidades, mas pode demonstrar também suas resiliências. Resiliências demonstradas na sua incrível capacidade de resistir à força do agronegócio, mesmo diante de um fato notório amplamente discutido quando se analisa a questão agrária no Brasil.

Procurou-se demonstrar as vulnerabilidades e potencialidades da agricultura familiar provocado por diversos gargalos que vão da ausência de uma ação mais imediata (apoio, assistência técnica, etc.) por parte dos órgãos governamentais como o IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do estado do Amazonas), a SEPROR (Secretaria de Produção Rural do Amazonas) e a ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável), bem como as dificuldades de logística e escoamento da safra, haja vista que, de modo geral, o pequeno agricultor trabalha com duas modalidades: o extrativismo e o cultivo das culturas temporárias.

Uma agricultura aquém, por exemplo, de uma “fábrica avícola”. Conforme anteriormente narrado por José Graziano, ao afirmar que o sistema capitalista adequou a galinha que ciscava no terreiro à procura de minhocas porque não dava lucros. Pois:

Além de produzir mais ovos que a outra durante a sua vida útil, a galinha que não choca dá lucros também ao produtor de ração, ao que fabrica as gaiolas, ao dono da chocadeira elétrica, ao que vende os pintinhos, etc. Ou seja, a produção de ovos com essa “fábrica avícola” criou mercado para a indústria de ração, de gaiolas, de chocadeiras, de pintinhos, de matrizes. Por sua vez, a indústria de ração dá lucros para o fabricante de medicamentos, ao comerciante de milho; a indústria de gaiolas, ao fabricante de arame galvanizado e chapas metálicas; e assim sucessivamente (SILVA, 2007, p. 16).

Sobre a dificuldade em se escoar a produção, uma das soluções estaria no fomento à criação de agroindústrias no interior do estado do Amazonas. As que existem no estado, de modo geral, são de pequeno porte. A safra de abacaxis (fruto altamente perecível) é um

exemplo. Quando chega a safra o preço chega a níveis muito baixos, levando os produtores ao prejuízo. A solução estaria no beneficiamento da polpa para sucos. A vantagem tanto para o pequeno agricultor quanto para o consumidor é a disponibilidade praticamente o ano todo dos frutos amazônicos.

É uma questão de incentivo. Parafraseando Abramovay (1992) “O besouro só voa porque ignora as leis da aerodinâmica: da mesma forma, se conhecesse teoria econômica, o agricultor abandonaria irremediavelmente sua atividade”. Mas, não a abandona, faz parte de sua essência, de seu paradigma, da sua complexidade, que o deixa menos besouro, e o torna mais humano.

## **Referências**

AB' SÁBER. Aziz Nacib. *Amazônia: Do Discurso à Práxis*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ABRAMOVAY. Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Rio de Janeiro. Campinas. HUCITEC. Ed. da UNICAMP, 1992.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. *Tabela com módulo fiscal dos municípios*. Brasília, 2016.

CUNHA. Euclides da. *À Margem da História*. Editora Virtual Books on line M&M Editores Ltda. 2000.

DEMASI, Domenico. *O Futuro do Trabalho*. José Olympio, Brasília, 2000.

GROSSI, Mauro Eduardo Del e Vicente P. M. de Azevedo Marques. *Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação*. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2010, vol. 18, n. 1, p. 127-157. Em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/322>>. Acesso em: 25 junho 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Confronto das Safras de 2012 a 2015*. [online] Disponível na internet via WWW URL: <http://http://http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria>. Arquivo consultado em 13 de junho de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 2010. [online] Disponível na internet via WWW URL: [http:// http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria). Arquivo consultado em 20 de julho de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamento Familiar, 2008. [online] Disponível na internet via WWW URL: [http:// http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/economia](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/economia). Arquivo consultado em 20 de dezembro de 2010.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Editora Laemmert, Rio de Janeiro, 1968.

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura camponesa no Brasil. Contexto. São Paulo, 1996.

PERDAS somam R\$ 30 milhões. Dados da Sepror apontam que 7,3 mil famílias foram afetadas em 28 municípios prejudicados pela cheia. Jornal Amazonas Em Tempo. Manaus, 28 de abril de 2012.

POPULAÇÃO rural do Amazonas encolheu em dez anos. Jornal A Crítica. Manaus, 24 de abril de 2011.

SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 2007.



## **Terras indígenas demarcadas e resguardos: conceitos jurídicos e territoriais indígenas na fronteira amazônica entre Tabatinga, Amazonas, Brasil e Leticia, Amazonas, Colômbia.**

*Valery Nicolas de Brito Bacellar<sup>1</sup>*

*Diego Coelho de Souza<sup>2</sup>*

*Andrés Giovanni Cortés Bernal<sup>3</sup>*

*Jefferson Rodrigues de Quadros<sup>4</sup>*

### **Introdução**

Ao descobrimento oficial das Américas, em meados de 1500, formalizou-se a colonização do Novo Mundo, pelos Reinos de Portugal e Espanha, iniciando sua divisão territorial pela bula papal Inter Coetera em 1493, pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, e, posteriormente, revogado pelo Tratado de Madrid de 1750, entre outros, que delimitavam formal e oficialmente nas Américas os territórios e limites colonialistas e o espaço missionário no contexto geopolítico hispânico e português nestas terras.

No decorrer, muitos colonizadores europeus ao buscarem riquezas no El Dorado e, os missionários, a catequização salvífica dos selvagens no Novo Éden, trouxeram além das doenças europeias, muitas violações (de direitos) junto à população originária, tais como, cerceamento da cultura, imposição da religião cristã, estrutura organizacional, aldeamentos e expulsão dos indígenas de suas terras, entre outros aspectos.

Em contrapartida, nesta América hispânica e no Brasil colonial português, surgiram também muitos defensores dos direitos

---

1 Mestrando em Estudos Amazônicos pela UNAL/Leticia, Colômbia. Técnico Administrativo em Educação do IFAM/Tabatinga/AM.

2 Mestre em Ensino das Ciências Ambientais pela UFAM. Pedagogo do IFAM/Tabatinga/AM.

3 Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Livre da Colômbia. Advogado e Analista Jurídico do Palácio da Justiça, do Departamento Amazonas, da Colômbia.

4 Doutorando em Estudos Amazônicos pela UNAL/Leticia, Colômbia. Professor Assistente da UEA/Tabatinga

(humanos) indígenas, p. ex., os missionários, frei dominicano Bartolomé de Las Casas, padres Samuel Fritz e Antonio Vieira, onde buscavam além de catequizar os “indíós” pacificar as relações conflituosas entre o poder monárquico e comercial europeu e os povos originários das Américas.

Nestes séculos de dominação ibérica, tanto na América espanhola como no Brasil colonial português, a partir do século XVII, com o fim da união ibérica em 1640, aumentaram os conflitos de interesses entre os Reinos da Espanha e de Portugal, consequentemente, a animosidade entre os colonizadores e exploradores europeus, representantes das Coroas, comerciantes e religiosos. Além disso, todos os acordos e desacordos colonialistas eram desfavoráveis aos indígenas nativos e aos negros que foram sequestrados da África e escravizados para trabalho forçado nas américas.

Neste período colonial conturbado, coube também ao Velho Mundo a insurgência de diversos movimentos sociais, políticos e jurídicos contrários aos pensamentos religiosos, colonialistas e absolutistas da época, sendo os principais levantes, a Independência dos Estados Unidos em 1776, Constituição Americana de 1787 e a Revolução Francesa de 1789, sendo este último, incluídos os pensamentos iluministas franceses de Liberdade, Igualdade e Fraternidade nas novas constituições iluministas dos recentes países americanos, e, no decorrer dos séculos foram ampliando as concepções de democracia, cidadania e direitos, sendo agora, Estados e nações livres e direitos humanos.

Estes movimentos ideológicos, separatistas e de independência, foram importantíssimos porque começaram a exigir novas formas participativas de governo, democracia ou parlamentarismo, independência territorial, econômica, social e política.

Vale ressaltar que, as novas Cartas Políticas ou Constitucionais de muitos países americanos livres, ampliadas as relações internacionais entre os Estados e os povos, incluíram em seu ordenamento jurídico interno novas concepções.

## **Amazônia: Amazonas brasileira e colombiana: formação de Tabatinga e Letícia**

Diante de tantas controvérsias em relação à quem realmente “descobriu” as Américas, sabe-se que já existiam povos com modelos civilizatórios altamente organizados e complexos, tais como, Astecas, Maias e Incas, que foram em sua maioria dizimados no decorrer da invasão e expansão colonial, igualmente, aos milhares de povos originários que foram submetidos à escravidão e servidão.

Em relação à descoberta do Amazonas e seus afluentes, Gonçalves Dias descreve em *Viagem pelo rio Amazonas*<sup>5</sup>, por volta de 1861, que “Orellana ardendo em desejos de se tornar célere por uma descoberta própria, formou o atrevido projeto de navegar o Amazonas, seguindo-o em todo seu curso até encontrar-se com o oceano”.

Em contrapartida, outro registro, controverso referente à descoberta do Amazonas, do Barão de Santa Anna Nery n’O país das Amazonas<sup>6</sup> (1884 – 1885), que relata:

Bem antes de Francisco de Orellana (1540), era conhecida de maneira certa, conforme já dissemos a existência do mar doce oceânico.

Os franceses reivindicam a glória dessa bela descoberta.

Dizem eles que Cousin partiu de Dieppe no início do ano de 1488 (...) as memórias de Dieppe não hesitam em afirmar que esta terra desconhecida era a América do Sul, e que o rio imenso era o rio das Amazonas, ao qual Cousin teria dado o nome de Maranhão.

O que sabemos é que foram redescobertas as américas e houve sua divisão territorial, desvendado e mapeando o Amazonas e seus afluentes<sup>7</sup>, criação das colônias hispanoaméricas e o Brasil sendo colônia de Portugal. Especificamente, avançaremos na formação fronteiriça entre Brasil e Colômbia.

Segundo dados oficiais e históricos por parte do Brasil, VARGAS (2017, p. 274) menciona que nas oito primeiras décadas em que o Brasil e Nova Granada, atualmente Colômbia, empreende-

5 Reedição em 2011, páginas 77 a 78.

6 Reedição em 2018, páginas 57 a 58.

7 N.A. A obra *Diário de Samuel Fritz*, padre missionário tcheco que narra sua experiência na região de Maynás durante o período de 1686 até 1725, percorrendo e mapeando o rio Amazonas o espaço amazônico com detalhes às aldeias e povos indígenas.

ram diversas comunicações diplomáticas, afim de resolver o impasse fronteiriço e suas limitações territoriais, pois além de terem surgidos outras propostas de Tratados, a exemplo, Tratado Preliminar de Santo Ildefonso (1777) e Amizade e Limites (1853), não foram consenso entre Brasil e Colômbia.

Somente em 1907, FILHO (2013, p. 121) reforça que por intermédio do diplomata brasileiro Barão do Rio Branco, Brasil e Colômbia tiveram acordados seus limites fronteiriços, com o Tratado de Limites ou Vásques Cobo-Martins, que foi oficialmente acordado o modo pacífico e consensual de utilizar a navegação do rio Putumayo ou Içá.

Segundo BOTÍA (2008, p. 318 a 324), no capítulo *La revolución de 1921 y el conflicto fronterizo*, assinala que nestes períodos de formação territorial na triplíce fronteira Amazônica entre Brasil, Colômbia e Peru, ocorreram diversos conflitos internos e externos, principalmente nas localidades de Loreto, Leticia, Taparacá, outros povoados, e, com os indígenas que habitavam nesta região.

Verifica-se então que, na triplíce fronteira amazônica, em nosso caso, entre Brasil (BR) e Colômbia (CO), respectivamente, município de Tabatinga, no Estado do Amazonas (BR) e Leticia, Departamento do Amazonas (CO), seus limites fronteiriços foram tardiamente, pacificados via negociações políticas internacionais, entre outros acordos e tratados que incluíram também Equador e Peru, para o delineamento fronteiriço atual.

Corroborando acima, VARGAS (2017, p. 275 a 276), registra que:

Buscando resolver questões de limites em comum, Brasil, Colômbia e Peru firmaram, junto com os EUA, a Ata de Washington, em 4 de março de 1925, que reconhece a linha Apapóris-Tabatinga (ou Tabatinga-Apapóris, forma que registram algumas fontes) como construtiva da fronteira Brasil-Colômbia. Trata-se de uma fronteira artificial e, linha reta ligando a foz do rio Apapóris no rio Caquetá, na altura da também cidade brasileira de Vila Bittencourt, à cidade brasileira de Tabatinga, que fica às margens do Solimões, na atual fronteira trinacional Brasil-Colômbia-Peru.

Retiramos de CASTRO (2016, p. 101 a 134), a importância dessas relações internacionais que são ora pacíficas, ora conflitu-

sas, principalmente nas transições políticas que foram de ex-colônias iberoamericanas para as novas formas de Estado (unitário, federal e confederado), formas de governo (República e Monarquia), sistemas de governo (presidencialismo, parlamentarismo e sistemas mistos), regimes políticos (democracia, semidemocracia e autoritarismo), momento em que as questões de terra, territórios e limites são importantíssimas para formação e soberania dos Estados nações.

Referente à formação de Tabatinga/AM (BR) e Letícia/AM (CO), ainda, encontramos o Informe de Caminhada da Equipe Itinerante e dos Encontros da Tríplice Fronteira<sup>8</sup>, que:

A cidade de Tabatinga deriva do povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga, fundada na primeira metade do séc. XVIII por Fernando da Costa Ataíde Teives, que para ali transferiu um destacamento militar do Javari (mais ao sul, na fronteira Brasil-Peru), estabelecendo um posto de guarda de fronteiras entre domínios do Reino de Portugal e da Espanha (...) Com as revoluções de independência da década de 1820, forma-se a Grande Colômbia, que abarcava a atual Colômbia, Panamá, Equador (que se separa em 1830) e Venezuela (separada em 1829). Os territórios restantes formam a República de Nova Granada, rebatizada em 1857 como Confederação Granadina, em 1863 como Estados Unidos de Colômbia, e em 1866, República de Colômbia (...) Letícia nasceu em 1867 como uma aldeia peruana.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>9</sup>, dados de 2018, registra no município de Tabatinga /Amazonas (BR), área da unidade territorial de 3.266,062 km<sup>2</sup>, população estimada de 64.488 pessoas. Dados oficiais<sup>10</sup> da capital Letícia, unidade administrativa do Departamento do Amazonas (CO), possui extensão departamental de 109.665 km<sup>2</sup> e extensão urbana de 5.832 km<sup>2</sup>, com população de 32.450 habitantes.

## **Legislações brasileiras referentes a terras indígenas (TI)**

Dito anteriormente, as terras “descobertas” do Novo Mundo denominadas de Américas, possuíram séculos de violenta domi-

8 Denominado de Informe da Caminhada da Equipe Itinerante e dos Encontros da Tríplice Fronteira - Abril/2004 a Abril/2008 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL- PERU- COLÔMBIA DEMARCAÇÃO DAS FRONTEIRAS

9 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tabatinga>

10 <https://www.municipio.com.co/municipio-leticia.html>

nação, exploração e tomadas de terras em desfavor aos povos originários, que mesmo com as ações jesuíticas de proteção de aldeamentos e proteção no período colonial não foram totalmente eficazes.

Um das grandes mudanças nos conceitos jurídicos ocorreram em 1945, com o fim da 2ª Guerra Mundial, quando a maioria dos países sentiu a necessidade de promover a cultura de Paz, assim, criaram a Organização das Nações Unidas (ONU), e, no decorrer deste movimento iniciaram a construção de uma Carta Internacional dos Direitos Humanos que incluía a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, com seus protocolos opcionais da ONU, na qual muitos países - membros da ONU firmaram compromisso em relação aos direitos civis e políticos, sociais, econômicos e culturais, e difusos e coletivos em seus governos, igualmente, aos recentes direitos dos animais e da natureza focando os tratados, acordos e protocolos internacionais referentes ao Meio Ambiente global.

Nas atuais Cartas Constitucionais e Políticas dos países livres e democráticos, caso do Brasil e Colômbia, signatários da ONU desde 1945, além do espírito revolucionário francês e iluminista embasados em *Liberté, Égalité e Fraternité*, aliado às noções humanistas oriundas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estes países também registraram em seus artigos constitucionais as noções de Soberania, Autodeterminação dos povos, Autonomia, promoção da Paz, Direitos Humanos, aceitação dos tratados e acordos internacionais, entre outros tópicos, incluídos na legislação e jurisprudência pátrias.

Dessa maneira, por intermédio da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) e da Constitución Política da Colômbia de 1991, é que atualmente, temos definidos e respeitados os limites territoriais e de fronteiras, cada país possuindo sua especificidade e soberania. Internamente, essas delimitações e formações políticas, territoriais, sociais e de grupos étnicos envolvidos nas negociações e relações internacionais entre Estados e nações, cada vez mais buscam a via de soluções pacíficas de conflitos.

Em relação à proteção e dos direitos aos indígenas brasileiros, além da Lei nº 6.001/1973, denominado de Estatuto do Índio e outras legislações nacionais e internacionais, a CF/88 assegura no artigo 4º que “a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...) II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos”.

Com o exposto acerca dos direitos humanos e autodeterminação dos povos, a CF/88 reforça ainda no artigo 231, a menção ao Direito originário dos Povos Indígenas que existe desde o período colonial no Brasil, quando institui que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Esse capítulo de proteção indígena denominado Dos Índios na CF/88 possui dois artigos específicos.

Mesmo assim, o tema dos povos originários e suas etnias indígenas, principalmente, no que trata de suas terras ancestrais, ou territórios, continuam sendo conflitantes, pois são terras (territórios) indígenas dentro de um território Estatal e sob a tutela do Estado, pertencente à União (Governo Federal).

O entendimento de Direito originário, do qual mencionamos na CF/88, remonta desde o Alvará Régio<sup>11</sup>, datado de 1º de abril de 1680, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. Desta maneira, os direitos originários dos povos indígenas brasileiros, possui uma proteção especial firmado pela CF/88, que são:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.  
§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais ener-

11 <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-26-02>

géticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

O Decreto nº 5.051/2004 vem ainda acolher a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que versa sobre povos indígenas e tribais, garantindo aos povos indígenas a posse exclusiva de seus territórios<sup>12</sup>, também denominadas de terras indígenas, e, ainda assegura o respeito às “organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições” como elencado no artigo 231, da CF/88, consolidando o Brasil como Estado Democrático e Pluriétnico de Direitos.

No Brasil, um dos órgãos públicos responsáveis por acompanhar e atender as demandas dos indígenas é a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), vinculado ao Ministério da Justiça (MJ), sendo o órgão indigenista oficial, além de coordenador e principal executor da política indigenista do governo federal. Ainda, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal<sup>13</sup>, auxilia no âmbito da proteção judicial junto às minorias étnicas, pois, ele trata especificamente, dos temas relacionados aos grupos que têm em comum um modo de vida tradicional distinto da sociedade nacional majoritária, como, indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas e ciganas.

É importante também saber diferenciar, como bem explica a FUNAI, acerca dos conceitos das delimitações indígenas<sup>14</sup>, a seguir:

---

12 Convenção nº 169 da OIT em seu art. 13 menciona que 2. A utilização do termo “terras” nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

13 <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6>

14 <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>

### **Modalidades de Terras Indígenas**

Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades:

**Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas:** São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

**Reservas Indígenas:** São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.

**Terras Dominais:** São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

**Interditadas:** São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

## **Legislações colombianas referentes a resguardos**

Antiga colônia hispano-americana, Colômbia também passou por diversos conflitos internos e externos, como demonstrado anteriormente, e, com a promulgação de sua Constitución Política em 1991, pode inserir também as questões indígenas.

Devido às colonizações diferenciadas, a Colômbia pelos espanhóis e o Brasil por Portugal, nota-se que a Carta Política da Colômbia, possui diversas menções aos povos indígenas em seu corpo constitucional, sendo em muitas situações de concepções jurídicas diferenciadas em relação ao Brasil, principalmente quando se trata das questões de Terras Indígenas (BR) e Resguardos (CO).

De acordo com o entendimento da Dirección de Gestión del Ordenamiento Social de la Propiedad, Sector de Agricultura y Desarrollo Rural<sup>15</sup>, os Resguardos indígenas são como “una institución legal sociopolítica de origen colonial, conformada por un territorio reconocido de una comunidad de ascendencia amerindia, con

<sup>15</sup> <https://www.datos.gov.co/Agricultura-y-Desarrollo-Rural/Resguardos-Indigenas/2wvk-ve5b>

título de propiedad inalienable, colectiva o comunitaria, regido por un estatuto especial autónomo, con pautas y tradiciones culturales propias”.

O Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI, em relação aos **Territorios Indígenas**, entende que:

Corresponden a los entes territoriales como resguardos y reservas legalizados, como también a los territorios sagrados, tradicionales y de importancia cultural, reconocidos pero no legalizados. Expresan formas de organización social endógena y en proceso de integración a la sociedad de la economía de mercado. Su base demográfica y sus formas de organización social y productiva han soportado, en las últimas décadas, un proceso de descomposición y desintegración.

Corroborando o entendimento acima quanto aos Resguardos, a Constituição Política da Colômbia faz valer como Legislação nacional, sendo:

Artículo 329. La conformación de las entidades territoriales indígenas se hará con sujeción a lo dispuesto en la Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial, y su delimitación se hará por el Gobierno Nacional, con participación de los representantes de las comunidades indígenas, previo concepto de la Comisión de Ordenamiento Territorial.

Los resguardos son de propiedad colectiva y no enajenable.

La ley definirá las relaciones y la coordinación de estas entidades con aquellas de las cuales formen parte. [...]

O que se percebe acima é que na Carta Política colombiana limita a autonomia indígena frente aos seus resguardos, territórios e comunidades indígenas, mesmo que em seu artigo 9º, mencione “Las relaciones exteriores del Estado se fundamentan en la soberanía nacional, en el respeto a la autodeterminación de los pueblos y en el reconocimiento de los principios del derecho internacional aceptados por Colombia”.

Notamos que, como igualmente ocorre na CF/88 do Brasil<sup>16</sup>, a Carta Política da Colômbia em seu artigo 9º, põe em relevo a soberania nacional por primeiro, enquanto a autodeterminação dos povos e o reconhecimento dos princípios do Direito Internacional,

16 Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania;

oriundo de Acordos, Tratados, Convenções e Protocolos vem posteriormente.

Na obra *Compilación Y Selección de los Fallos Y Decisiones de la Jurisdicción Especial Indígena 1980 - 2006*<sup>17</sup>, mencionam a questão da autonomia territorial e de direitos por parte dos indígenas colombianos para todos os colombianos, vejamos:

LA RESISTENCIA INDÍGENA: AUTONOMÍA TERRITORIAL POR DIGNIDAD Y JUSTICIA PARA TODOS LOS COLOMBIANOS

Tema: Resistencia civil y Paz

Fuente: Organización Nacional Indígena de Colombia ONIC

Fecha: Marzo de 2002

Categoría: Ponencia LA RESISTENCIA INDÍGENA: AUTONOMÍA TERRITORIAL POR DIGNIDAD Y JUSTICIA PARA TODOS LOS COLOMBIANOS. POPAYÁN, MARZO DE 2002 PONENCIA DE LA ORGANIZACIÓN NACIONAL INDÍGENA DE COLOMBIA, ONIC, AL FORO NACIONAL “EMERGENCIA SOCIAL, ECONÓMICA Y CULTURAL DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DEL CAUCA Y MECANISMOS DE RESISTENCIA”.

POPAYÁN, MARZO DE 2002

Con la Resistencia Indígena ocurre lo mismo que con todas las creaciones de las sociedades humanas: los poderosos se las quieren apropiar. Como dice la convocatoria a este Foro, muchos “no captan el verdadero sentido de estos actos y los presentan a favor o en contra de determinado actor armado, y no de la guerra misma”; (...)

O que podemos observar nas Constituições tanto do Brasil como Colômbia, respectivamente, em 1988 e 1991, são similaridades em questões de soberania, autonomia, autodeterminação e artigos específicos acerca dos indígenas e suas terras, mas que continuam os conflitos territoriais internos entre o estado e as populações indígenas.

### **Delimitação de terras indígenas (TI) em Tabatinga/Amazonas (BR)**

As Américas não foram ocasionalmente descobertas, isso é claro, mas invadidas por “bárbaros civilizados” vindos de outros continentes, e, em no caso, do Brasil não poderia ser diferente pois conforme a ONG Instituto Socioambiental (ISA)<sup>18</sup>, com a chegada

17 <https://www.urosario.edu.co/jurisprudencia/catedra-viva-intercultural/Documentos/lecciondefallos.pdf>

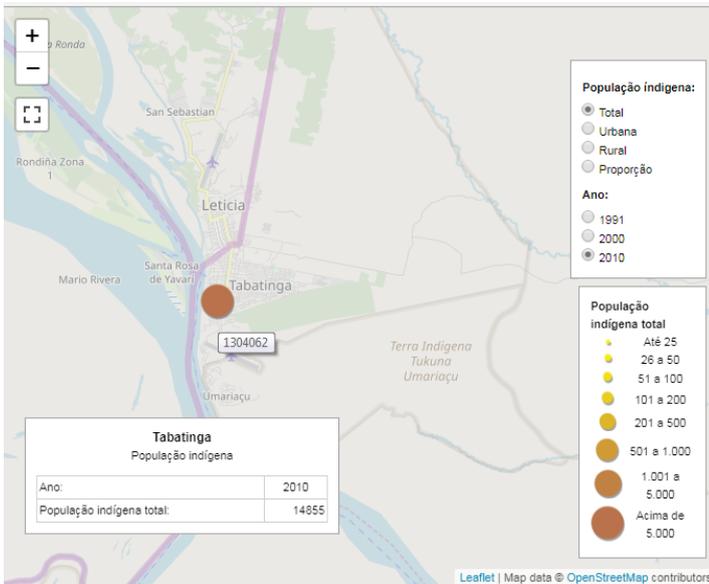
18 [https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos\\_eram%3F\\_Quantos\\_ser%C3%A3o%3F](https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_eram%3F_Quantos_ser%C3%A3o%3F)

dos colonizadores europeus, no século XVI, estima-se que a população indígena era de mais de 1.000 povos, contabilizando de 2 a 4 milhões de pessoas, vivendo em um modelo próprio de sociedade originária.

No site da FUNAI<sup>19</sup>, no município de Tabatinga / AM (BR), nós encontramos 03 (três) terras indígenas (TI), segundo os dados de 2019, que são:

- TI Èvare I – Etnia Tikúna – UF AM – Município Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga – Superfície (hectares) 548.177,5963 – Fase do procedimento Regularizada – Situação Tradicionalmente ocupada;
- TI Sapotal – Etnia Kokama – UF AM – Município Tabatinga – Superfície 1.264,4661 – Fase do procedimento Regularizada – Situação tradicionalmente ocupada;
- TI Tukuna Umariáçu – Etnia Tikúna – UF AM – Município Tabatinga – Superfície 4.854,9989 – Fase do procedimento Regularizada – Situação tradicionalmente ocupada;

Extraímos do site do IBGE, acerca da população indígena (2010) no município de Tabatinga / AM (BR), o total de 14.885 indígenas, conforme a seguir:



Fonte: <https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2>

19 <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>

Mencionado anteriormente, o relatório acerca da TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU<sup>20</sup> mostra uma visão externa em que:

Em Tabatinga e Leticia a fronteira contradiz as definições tradicionais de limite estadual: mesmo encontrando os marcos ao lado do bairro Santa Rosa e no bairro La Unión, muitas das casas, bairros e pessoas vivem indiferentes a marcos e tratados estabelecidos pelas autoridades. (...) A Constituição colombiana de 1991 converteu a Comisaria Amazonas em departamento e Leticia em capital e sede de governo departamental. É assim que ficou a Tríplice Fronteira conformada por um trio administrativamente desigual: no lado peruano, na ilha aluvial do mesmo nome, o assentamento humano de Santa Rosa e no lado oposto do rio Amazonas, Leticia (capital departamental) e Tabatinga (um dos 9 municípios da Mesorregião do Alto Solimões) aderidas pela permeável fronteira.

### **Delimitação de resguardos em Leticia/Amazonas (CO)**

No Departamento do Amazonas, encontramos informações referentes aos povos indígenas colombianos, segundo o Sistema Nacional de Información Cultural<sup>21</sup>, que:

En toda la región amazónica colombiana existen aproximadamente 26 etnias indígenas con una población aproximada de 47.000 miembros. Se destacan 14 familias lingüísticas entre las cuales, las más numerosas son las familias tukano, arawak, tikuna, huitoto y tupí. (...)

*Región del Trapecio Amazónico*

Grupo étnico Ticuna

Están ubicados en las regiones vecinas de Brasil y Perú y tienen una lengua independiente. Han sido duramente afectados por las caucherías, la acción evangélica y la colonización del trapecio Amazónico hasta llegar a transformar fuertemente su cultura. Actualmente los ticunas se encuentran ubicados en las riveras del río Cotuhé, en las comunidades de Tarapacá, Caño Ventura, Santa Lucía y Buenos Aires; en las riveras del río Amazonas, en Arara, Macedonia, Vergel, Mocagua y Zaragoza; en el río Amacayacú, en San Martín de Amacayacú; en el río Loretoyacú, en Puerto Nariño. Hoy son reconocidos los siguientes resguardos:

---

20 Denominado de Informe da Caminhada da Equipe Itinerante e dos Encontros da Tríplice Fronteira - Abril/2004 a Abril/2008 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL - PERU - COLÔMBIA DE-MARCAÇÃO DAS FRONTEIRAS

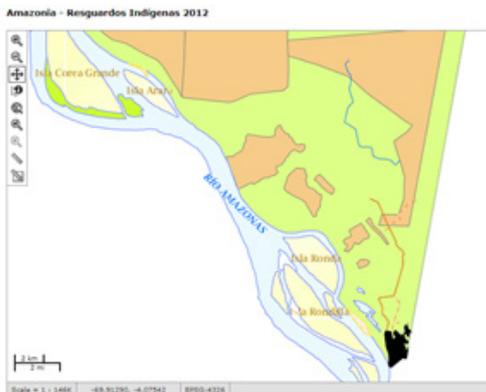
21 <http://www.sinic.gov.co/SINIC/ColombiaCultural/ColCulturalBusca.aspx?ARELID=3&COLTEM=216&IdDep=91&SECID=8>

Arara	12.308	hectáreas
San Antonio de los Lagos	188	hectáreas
San Sebastián, Santa Sofía y el Progreso	4.209	hectáreas
Nazareth	1.367	hectáreas
Mocagua	5.255	hectáreas
Macedonia	3.410	hectáreas
El Vergel	2.525	hectáreas
Zaragoza	5.560	hectáreas
Río Cotuhé y Putumayo	245.227	hectáreas
(...)		

#### Grupo étnico Yagua

Actualmente hay Yaguas en Perú, Colombia y Brasil. Tienen una lengua independiente. Este grupo étnico ha tenido un proceso de migración hacia el trapecio Amazónico colombiano. El territorio tradicional estaba ubicado entre los ríos Atacuari, Yaguas y Putumayo. Actualmente, además de los lugares anteriores, hay Yaguas en la desembocadura del río Napo, cerca de los ríos Yavarí, Curuza e Ituy en el Brasil y sobre el río Amazonas cerca a Leticia.

O Sistema de Información Ambiental Territorial de la Amazonia colombiana (SIAT-AC), no Atlas Amazónico<sup>22</sup>, mostra os Resguardos indígenas na capital Leticia do Departamento do Amazonas, vejamos:



Fonte: [siatac.co/web/guest/productos/territorios-ancestrales/resguardos-indigenas](http://siatac.co/web/guest/productos/territorios-ancestrales/resguardos-indigenas)

O SIAT-AC<sup>23</sup> ainda registra que “en la Amazonia Colombiana habitan 185 resguardos indígenas que ocupan una supercie de 26’217.159 hectáreas, las cuales equivalen al 54,18% del total del

22 <http://siatac.co/web/guest/productos/atlas>

23 <http://siatac.co/web/guest/productos/territorios-ancestrales/resguardos-indigenas>

território amazônico. Além, 14 de los 185 resguardos ocupan 22'488.337 hectáreas (86%) del total de la supercie de resguardos indígenas en la Amazonía”.

## **Conclusão**

Observamos que temos uma dívida histórica em relação aos povos denominados de indígenas que já habitavam nas Américas, este descoberto Novo Edén transformou-se para os povos originários no inferno, e, até os dias de hoje, alguns dos Estados democráticos buscam em suas constituições e legislações compensar essa situação de violências históricas frente aos povos indígenas.

Um dos pontos cruciais encontra-se na efetividade da Autodeterminação e Autonomia dos povos Indígenas, pois se os Estados são soberanos, em nenhum momento deixarão criar nações ou Estados indígenas independentes dentro dos próprios Estados e nações dos “homens brancos” que comandam a economia, política, sociedade, educação, segurança, trabalho e todo um sistema civilizatório ocidental.

Ainda, mesmo com todo esse aparato e amparo sóciojurídico, a questão indígena em relação à terras e territórios, no caso, Terras Indígenas (TI) no Brasil e Resguardos na Colômbia, continuam conflitantes pois verifica-se constantes expulsões e (re)ocupações de territórios, investidas de mineradoras e outros grupos econômicos, além das violações de direitos humanos e a não efetividade de legislações internas, tratados e acordos internacionais pertinentes aos grupos étnicos indígenas. O que parece é que nas democracias latinoamericanas continuamos vivendo uma ficção constitucional e romantizada dos Direitos Humanos, como foi o imaginário dos primeiros colonizadores e exploradores que vitimaram os verdadeiros donos destas terras, no caso, os povos originários.

Mesmo assim, acredito na mudança do ser humano, pois a mãe terra tão afligida e corrompida pelo poder econômico, mesmo sangrando, grita por intermédio dos seus filhos indígenas e pelas pessoas que teme em si a consciência do cuidado com a casa comum, da Pacha Mama.

## **Referências**

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BOBBIO, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. Dicionário de Política. 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 2000.

BOTÍA, Carlos Gilberto Zarate. Silvícolas, sirringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza em la Amazonia do Brasil, Peru y Colombia, 1880-1932. Letícia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazonico de Investigaciones (IMANI), 2008.

BOTÍA, Carlos Gilberto Zarate (compilador); OTERO, José Maria Quijano (autor). Memoria historica sobre los límites entre la República de Colombia i el Imperio de Brasil. Primera edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, 2018.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 10 ed São Paulo: Saraiva, 2015.

CARDONA, Carlos Ariel Salazar; UMBARILA, Elizabeth Riaño. Perfíles urbanos em la Amazonia colombiana. Bogotá: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas <<SINCHI>>, 2016.

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2016.

COLOMBIA, Constituição Política de 1991.

DIAS, Antônio Gonçalves. Viagem pelo Rio Amazonas – Cartas do Mundus Alter. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

FILHO, Synesio Sampaio Goes. As fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (orgs.). Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri. Brasilia: FUNAG, 2016.

NERY, Frederico José de Santa-Anna. O país das Amazonas. 3. ed. Brasilia: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018.

VARGAS, Fábio Aristimunho. Formação das fronteiras latino-americanas. Brasilia: FUNAG, 2017.

## **A Pandemia da Covid 19 no Alto Solimões e na Tríplice Fronteira**

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto<sup>1</sup>*

*Michel Justamand<sup>2</sup>*

O ano de 2020 será marcado pela pandemia gerada pelo COVID. Em todo o mundo observamos os efeitos dessa doença, ainda pouco conhecida, estudada e pesquisada. No Brasil sentimos os efeitos devastadores que a doença tem gerado. São milhares de mortos. Todas as idades, sexos, etnias, locais do país foram afetados. Os cientistas brasileiros e tantos outros de inúmeros países têm se debruçado em busca das soluções. Mas ainda não temos uma bala de prata que resolva de uma vez a questão.

Infelizmente no nosso país, como em alguns outros, os que nos governam, seja em âmbito federal, estadual e ou municipal, não souberam lidar em conjunto com a doença que contribuiu para que se transformasse em uma crise política interna. Com muitas repercussões. Claramente, a pior foi o relaxamento das medidas de proteção, autorizado, pelas falas presidenciais, ao longo dos meses de janeiro até os dias de hoje, outubro, quando estamos concluindo os escritos.

Assim, infelizmente, relatamos o que tem ocorrido numa ponta do país, desassistida, historicamente, por todos os políticos de plantão e seus tratos com a saúde desses brasileiros, na micro região do Alto Solimões, Amazonas.

Dessa forma, nós nos usamos de relatos e mídias para construir nossos escritos.

No mês de março de 2020 o Alto Solimões e Tríplice Fronteira ficaram em alerta e vigilância após a Organização Mundial da Saúde (OMS) informar que a pandemia era de proporção interna-

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA/UFAM-Tabatinga. Professora Assistente da UEA/Tabatinga.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP. Professor Associado II da UNIFESP/Guarulhos.

cional e mundial. Com a chegada do vírus ao Brasil, o Estado do Amazonas e o Alto Solimões e toda região da Fronteira mudaram completamente sua rotina e o ritmo das relações sociais. Momento impactante regido de grandes preocupações. E a maior delas era principalmente, com a população indígena por suas especificidades, pois é considerada como um grupo de risco, sendo as doenças respiratórias uma das principais causas de óbito desta população, nos últimos anos conforme as análises dos indicadores de saúde dentro dessa região.

Por motivo da Pandemia da Covid-19, no dia 17 de março de 2020, no Alto Solimões se iniciou o plano de contingência por parte da Secretaria Especial da Saúde Indígena - SESAI, com os planejamentos anteriores, porém, mudando tudo. Assim, o primeiro plano de contingência da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI foi informar as aldeias sobre a pandemia. Esse trabalho foi efetivado nas 245 aldeias atendidas pela SESAI que teve que informar a população indígena individualmente para que o impacto não fosse tão grande e terrível.

As equipes orientavam sobre o distanciamento social, se manter dentro das aldeias, e indicavam o modo de prevenção como: lavagem das mãos, o uso de máscaras, evitar as idas para cidade. Nesse período, o Coordenador da Secretaria da Saúde Indígena – SESAI enviou ofício aos caciques para que ajudassem na orientação constante dessa população dentro das aldeias ou comunidades indígenas como: evitar a entrada de outras pessoas no local, evitar aglomeração e até o confinamento das pessoas dentro das comunidades indígenas.

Durante a visita do coordenador da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI nas comunidades fez-se uso da voz comunitária para informar a todos dos riscos, houve ainda confecção de panfletos e áudios na língua Ticuna como forma de melhor informar essa população. Mesmo com o plano de contingência, a notícia da pandemia foi terrível para uma parte dos indígenas porque alguns não acreditaram que o vírus chegaria à aldeia ou comunidade. Para o não indígena da área da saúde que trabalha nos pólos dentro dos locais foi impactante e de muito alerta. Muita gente teve medo de en-

frentar a pandemia, isso pelo desconhecimento inicial de como lidar com a situação e o medo de ser infectado. Esses profissionais assumiram uma excessiva sobrecarga de trabalho durante o enfrentamento.

Na opinião do Coordenador da Secretaria da Saúde Indígena – SESAI, o problema não foi maior em relação a chegada do vírus nas comunidades indígenas, devido ao modelo de assistência da equipe da SESAI que havia fixado uma equipe de multi-profissionais nos pólos indígenas, como argumenta Weydson (39 anos):

Há bastante tempo a nossa secretaria já havia fixado nas aldeias uma equipe de multi-profissionais com uma escala de trabalho com uma logística que havia sido qualificada. Cada aldeia com a sua logística fluvial com embarcação de potência, ou seja, já estava com o plano de contingência em andamento nas comunidades indígenas, pois já havia realizado há um ano qualificação de todos os agentes de AISAN, agentes de saúde e contava também com os profissionais capacitados. Todo mundo já com intensa carga de trabalho e com bastantes medicamentos e outros insumos dentro das comunidades indígenas. Há um tempo a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI por intermédio desse coordenador havia preocupação de se fazer presente constantemente dentro dessas comunidades acompanhando os trabalhos da equipe.

É evidente que, no caso de uma pandemia como essa, que chegou, repentinamente com alto grau de letalidade, tudo era muito novo, para os profissionais de saúde, mas as equipes de profissionais montadas, previamente ficou fácil de iniciar um trabalho mais efetivo com remodelação de planejamento existente para atuar na crise da pandemia. Os primeiros brasileiros a serem infectados foram os da etnia Kokama.

Durante o pico maior da Pandemia houve um trabalho coletivo com os comitês de crise, equipes da Secretária de Saúde, equipes dos Hospitais e a Saúde Indígena dos pólos bases, Unidade Básica de Saúde Indígena-UBSI, Casa de Apoio à Saúde *do Índio*-CASAI e na sede do Distrito Sanitário Especial Indígena-DSEI. Estes foram responsáveis pelo atendimento de mais de 68 mil indígenas moradores de 245 aldeias, mais 13 da calha do rio distante e outras aldeias localizadas próximas às áreas urbanas na região do Alto Solimões e da Tríplice Fronteira.

No momento tenso da pandemia, as atividades dos profissionais da saúde indígenas foram todas mudadas como também as escalas de folgas. Como nos informou o senhor Weydson (39 anos), Coordenador da SESAI no Alto Solimões:

*“as folgas dos profissionais da saúde indígenas foram mudadas e ficaram assim definidas: a folga que era de 20 dias trabalhados e folgava 10 dias mudaram para 30 de efetivo trabalho e folgar 15 dias. Quanto aos médicos que trabalhavam 15 dias e folgava 15 dias mudou para 20 dias de trabalho para folgar de 20 dias. Tudo foi feito para ajudar no enfrentamento da doença”.*

Destaca-se que houve um controle mais rigoroso para as saídas de folga desses profissionais da saúde Indígena, visto que tinham que ficar em suas áreas de trabalho no município de abrangência e não se deslocar para outros municípios e tampouco ir para fora da cidade, principalmente onde havia caso de Coronavírus (Covid-19). Eram orientados a cumprir a quarentena antes de voltarem a assumir os seus postos novamente. Mesmo com todo cuidado ainda houve contaminação e transmissão do vírus entre os profissionais e as pessoas da comunidade.

No município de Tabatinga, área de fronteira, a gestão municipal através de decreto paralisou as aulas presenciais das escolas no dia 17 de março de 2020. Tomou a decisão também de criar um comitê para gerenciamento da crise da pandemia. Com o alto índice de contaminação humana pelo Coronavírus (Covid-19) o comitê se transformou em um Gabinete de Gestão Integrado de Fronteira (GGIFRON). O presidente do Comitê era o prefeito Saul Nunes Bemberguy, mas como era do grupo de risco foi assumido pelo senhor Donizete Cruz Matos foi infectado pelo coronavírus (covid-19) e imediatamente foi afastado. A partir de então, o Gabinete foi assumido por Bismark Junior Martins Sales que conduziu os trabalhos juntos com as demais autoridades do município de Tabatinga.



Figura 1 – Reunião dos membros do Gabinete de Gestão Integrado de Fronteira –GGIFRON  
Fonte: Defesa Civil, 2020

Eram planejadas, ali as ações, com a ideia de diminuir ou prevenir contaminação do vírus. No gabinete eram feitos documentos solicitando apoio extensivo também às comunidades indígenas.

O grupo gerenciou junto com o prefeito as ações de combate em Tabatinga e nas comunidades indígenas de abrangência. Baseado nas ações do gabinete, o prefeito assinava os decretos quinzenais. Enquanto que as reuniões do Gabinete de Gestão eram duas vezes na semana e depois uma vez na semana todas as quartas feiras para tomar medidas e decisões conjuntas em combate à pandemia da Covid-19. As ações dos decretos eram avaliadas diante da apresentação dos dados incluindo os dados epidemiológicos da Colômbia e do Peru.

Atualmente, o Gabinete está sendo gerenciado pelo secretário de segurança pública, o coronel Juan Pablo Moraes Morillas. A equipe se reúne na guarda municipal. As reuniões acontecem todas as quartas feiras de quinze em quinze dias às dezesseis horas.

No gabinete, se eram programava e organizava todas as metas e ações a serem realizadas como fechamento dos comércios, lojas e diminuição dos horários da feira e mercados e posteriormente fechamento total. Como mostram as imagens abaixo imagem abaixo.



Figura 2 – Fechamento dos Comércio e mercado municipal durante a pandemia  
Fonte: Defesa Civil, 2020

No desenvolvimento dos trabalhos e (re) planejamento houve a parada do trânsito com ação e apoio da secretaria de segurança pública juntos com a Polícia Civil e Polícia Militar. Foram formadas as barreiras nas estradas para diminuir os fluxos dos carros e assim por diante. Trabalho intenso e integrado que contou com o apoio e contribuição de todos para combater a pandemia.

As barreiras sanitárias terrestres tiveram apoio efetivo da Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI, Polícia Militar, Polícia Indígena do Alto Solimões - PIASOL e Trânsito. Todos com propósito de fazer monitoramento intenso no período do dia e da noite.



Figura 3 – Barreira sanitária terrestre no enfrentamento a pandemia  
Fonte: Weydson, 2020.

Nessa barreira foi realizado o controle de entrada e de saída das pessoas, inclusive a não permissão de entrada de estrangeiros e brasileiros não indígenas na comunidade para que se evitasse a entrada e a propagação do vírus por contaminação comunitária. Os Ticuna de Umariáçu colocava as famílias na moto-carga<sup>3</sup> tentavam furar as barreiras sanitárias terrestres. Com a intenção de passar para Tabatinga. Era permitindo uma pessoa por vez, caso viesse ao supermercado, banco ou farmácia.

As barreiras foram instituídas também na fronteira, no Aeroporto Internacional de Tabatinga e no Portobrás. No portobrás tinha uma equipe que ficava das cinco da manhã às dezessete horas da tarde todos os dias. Todo barco que chegava com passageiro passava pela inspeção sanitária. As pessoas preenchiam um cadastro que continham informações de sua localidade, em seguida era colocada uma pulseira de identificação, assinava-se um termo em que elas ficariam catorze dias em casa sendo monitoradas e se caso sentisse algo tinha que informar a Unidade Básica de Saúde-UBS mais próxima, e a família tinha que ser monitorada.

3 É um tipo veículo adaptado numa motocicleta acoplado a uma carroceria muito utilizado para transporte de passageiro e carga.

A barreira da fronteira era composta pela Polícia Federal e equipe da saúde, coordenada pela Polícia Federal devido ser a sua área de abrangência e de atuação.

No aeroporto quem chegava passava pela barreira sanitária, preenchia o cadastro e se fosse para outro município era direcionado direto para o porto. Isto aconteceu até o início da paralização dos aviões e o fechamento do aeroporto.



Figura 4 – Barreira Sanitária no Aeroporto Internacional de Tabatinga  
Fonte: Defesa Civil, 2020.

Ao passar pico da pandemia ficaram apenas as barreiras da Fronteira e do Portobrás. Atuação da barreira da fronteira para fazer o controle da entrada e saídas de brasileiro, colombiano, peruanos e outros povos. Enquanto que a barreira do Portobrás realizava a desinfecção dos que chegavam à cidade.

A Defesa civil realizou um trabalho intensivo junto aos demais órgãos. Conduziu e gerenciou a parte da logística durante a pandemia. O grupo dava suporte aos demais e acompanhavam as fiscalizações dos pontos comerciais, mercado e feiras livres. Foram membros atuantes do Gabinete de Gestão Integrado de Fronteira (GGIFRON).

No rio Solimões essas barreiras sanitárias em combate ao Covid-19 foram instituídas e intensificadas também abaixo da comunidade do Umariçu I e II pela a equipe Secretaria Especial de

Saúde Indígena - SESAI com apoio das Forças Armadas (Exército e Marinha). Ali, eram feitas as orientações aos ribeirinhos para que não trouxessem muita gente nas canoas para a cidade de Tabatinga, fronteira e outras cidades próximas e adjacentes. Não houve apreensão de canoas ou algo dessa natureza em Tabatinga, porém em Benjamin Constant fechou-se o porto e canoas de indígenas foram presas, mesmo assim, eles encontravam um jeito mais fácil de vim para Tabatinga e à fronteira que, apesar da vigilância, muitos furavam as barreiras para vir aos bancos, comprar alimentos ou visitar parentes doentes na cidade.

Em pleno auge da pandemia da Covid-19, o exército trouxe o Ferry boat que se fixou abaixo da balsa dos catraieiros em frente à Tabatinga para fazer os monitoramentos e orientações dos ribeirinhos indígena e não indígena na região. A Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT), subordinada ao Comando do 9º Distrito Naval, em parceria com as Prefeituras dos Municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, na área de fronteira realizavam atividades diárias de inspeção naval orientando embarcações de transporte de passageiros a se dirigirem aos pontos de controle da Vigilância Sanitária, como medida de enfrentamento e prevenção da Covid-19.

A região de fronteira do Brasil com a Colômbia e Peru também tem recebido ações da Capitania. São estabelecidas rotineiramente comunicações entre Santa Rosa (Peru), Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil) e, da mesma forma entre Islândia (Peru) e Benjamin Constant (Brasil), para a troca de informações sobre embarcações que circulam nessa região de fronteira. Para Oliveira (2005, p. 14), a região de fronteira “cria uma situação sociocultural extremamente complexa”. Apesar de, a região ter a característica complexa, todo trabalho era realizado para evitar a propagação do coronavírus entre as pessoas e também evitar que levassem para as comunidades indígenas.

Ao dialogar com o Weydson (39 anos), coordenador da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI do Alto Solimões sobre a contaminação das pessoas idosas que nunca saíram da aldeia ele nos assegurou que:

O vírus do covid-19 foi levado para as aldeias pelos próprios indígenas, pois teve óbito no Umariçu I, Belém de Solimões de quatro óbitos três de pessoas idosas que não saíram da aldeia, Feijoal de quatro óbitos dois que não saíram, Filadélfia de quatro óbitos, dois idosos que não saíram quem saía era filhos e netos estes sim vinham para cidade, portanto quem conduzia o vírus para as aldeias eram essas pessoas da família.

O Ticuna Alírio Mendes nos garantiu que quem conduziu Coronavírus para as comunidades indígenas foram os profissionais da Saúde Indígena. Sobre essa situação ele assim se manifesta:

*Na verdade quem levou mesmo o vírus da covid-19 para Ticuna na comunidade foi os próprios profissionais da saúde indígena que atua nas aldeias porque isso aconteceu no Feijoal, Campo Alegre, Lago Grande e no outro lugar, como até em Filadélfia isso aconteceu. Se não tivesse esses profissionais que iam daqui pra lá, de lá pra cá, de cá pra lá isso não tinha acontecido tanto, né. Lá em Betânia foi o próprio medico da SESAI que por descuido trouxe o vírus para o território indígena que levou quando veio de férias, né, quando voltou veio fazendo zigue-zague e entrou na comunidade e aí com três dias que estava na comunidade ele foi atestado que estava com coronavírus tiraro ele, mas já tinha deixado um monte de indígena lá infectado. Então eu olho assim, muitos índios não sai pra nenhum um lugar, mas tem alguém que leva pra comunidade.*

São opiniões contraditórias sobre a infecção humana pelo coronavírus (covid-19) nos territórios indígenas, mas o certo é que muitos indígenas foram infectados por contaminação comunitária indígena e não indígena do Solimões. Com os ritmos acelerados de propagação do vírus e, com muitos óbitos ocorrendo foi necessário à abertura de um novo cemitério no INCRA, zona norte II, terreno doado pela Diocese do Alto Solimões.

Em meio ao monitoramento, atendimentos e controle muitos profissionais de saúde foram infectados inclusive, o coordenador da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI. Assim que sentiu os sintomas do Coronavírus entrou em quarentena para tratamento da doença o que tornou mais difícil acompanhar de perto o trabalho das equipes que estavam em linha de frente, mas que não o impediu de monitorar e acompanhar à distância.

É importante destacar que no mês de dezembro antes da pandemia o coordenador da Secretaria Especial de Saúde Indígena

- SESAI solicitou a compra de dez ambulanchas das quais somente, sete chegaram, o que contribuiu com os trabalhos por vias fluviais, mas mesmo com as ambulanchas equipadas. Muitos indígenas se negavam a vir à cidade, muito embora em estado de infecção da doença, o motivo era de que se morresse já era enterrado na cidade sem direito a velório e acompanhamento da família, portanto, os indígenas não quiseram mais deixar que levassem seus doentes para os hospitais da cidade. Por causa dessa situação e para melhor atender os indígenas na comunidade foram comprados sessenta cilindros de oxigênio (no momento) para os polos bases das enfermarias a fim de que se evitasse a vinda dos indígenas para Tabatinga ou outra cidade para os tratamentos. No primeiro momento da pandemia não se podia cuidar dos indígenas em casos graves nas suas comunidades de origens porque não tinha oxigênio.

Para melhor compreensão sobre o assunto vejamos a explicação do coordenador da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI o senhor Weydson (39 anos):

*Naquele momento não havia oxigênio nos pólos dentro das aldeias porque lidar com essas situações de caso graves de pessoas infectadas por covid-19, não era coisa rotineira. Tinha nebulizador porque as crianças rotineiramente fazem nebulização, agora o oxigênio para sintomas gravíssimos para o fator principal que tira a vida né, baixa de saturação diminuição e aí a dificuldade respiratória agente não tinha. Teve que se organizar para isso aí. E ainda a burocracia no Brasil é tão grande e atrapalha tanto que agora depois que passou o pico da pandemia que chegou os nossos cilindros e por conta dessa burocracia é que agora que as empresas estão entregando os cilindros. Os nossos chegaram recentemente e agora que estamos montando nas unidades porque se tiver algum paciente que precisar ser encaminhado por falta de dificuldade respiratória ele fica sendo atendido lá mesmo na aldeia. Com oxigênio o médico avalia e se a saturação baixar então não precisa vim para o hospital às pressas, mas se precisar e a família aceitar as nossas ambulanchas traz para o paciente para o hospital (Entrevista, 2020).*

As ambulanchas que chegaram foram disponibilizadas apenas para os pólos com acesso fluvial. Os trabalhos com a equipe se intensificaram nas áreas ribeirinhas, dentro dos igarapés e na cidade. Em meio a todas essas situações, os sentimentos eram diversos, como podemos perceber no comentário feito pelo senhor Weydson

(39 anos), coordenador da SESAI no Alto Solimões, sujeito desta pesquisa:

O sentimento era de muito medo do aconteceu fora do Brasil acontecesse aqui! Muita gente não indígena morrendo. Imagina uma população que é maior do Brasil e onde teve o primeiro caso de covid-19 e por ser o primeiro caso ficou no olho do furacão por muitos como; jornalistas, repórteres. Todos ficavam ligando direto e não davam sossego.

As circunstâncias eram adversas e causavam muitas inquietações e medos pelas ocorrências diárias nos postos de saúde, hospitais, pois muitos doentes foram entubados devido aos gravíssimos casos. Quando havia entubação dos pacientes eram solicitados os encaminhamentos, certamente esses pacientes já teriam problemas renais e não tinha como fazer em Tabatinga a hemodiálise. Dessa forma, seguia um protocolo onde solicitavam para se fazer a regulação. Como nos explica o senhor Weydson, o coordenador da SESAI no Alto Solimões: *“a regulação era posta no sistema que se chama sister e a SUSAM solicitava imediatamente UTI aéreo para levar o paciente em estado grave para o hospital de referência na cidade de Manaus”*. Entre traslado e internações nos hospitais, muitos pacientes não resistiram às consequências da doença e foram a óbitos, porém muitos sobreviveram porque foram encaminhados a tempo, todavia se tivessem nos hospitais da cidade não teriam sobrevivido. Era uma força tarefa coletiva para salvar vidas no Alto Solimões e na Tríplice Fronteira.



Figura 5 – Chegada dos cilindros de oxigênio para o hospital de Tabatinga  
Fonte: Portal Tabatinga, 2020.

A chegada dos cilindros para o Hospital de Guarnição de Tabatinga transportada pelo avião da Força Aérea Brasileira - FAB representava a esperança de vida para a população do Alto Solimões e da Tríplice Fronteira. Nesse contexto o hospital mudou toda uma rotina de atendimento ficando a disposição para atendimento da população, pois passou a receber apenas os contaminados por Coronavírus (covid-19). Enquanto que pacientes militares e dependentes com outros tipos de doenças eram encaminhados para a unidade de saúde do 8º Batalhão de Infantaria de Selva que também montou a sua logística atípica para os atendimentos. Essa logística era uma forma de ampliar vagas e de diminuir o fluxo de pessoas no Hospital de Guarnição de Tabatinga para evitar a propagação da pandemia.

É válido lembrar que a quarentena no espaço Amazônico fronteiriço teve início no dia 19 de março de 2020 que perdurou até 06 de junho de forma rigorosa e, posteriormente ficou de forma parcial com algumas limitações versadas nos decretos expedidos pelas autoridades locais.

No período da quarentena amazônica toda a imensidão do rio Solimões foi interdita. Ou seja, os catraieiros que saíam diariamente levando passageiros a Benjamin Constant a outras cidades

ribeirinhas. Silenciaram o trajeto, das pequenas canoas que traziam os produtos agrícolas e pescados. Houve fechamento dos comércios, mercado, feira, porto fluvial, bares, danceterias, circo, fronteira, ou seja, tudo parou, apenas ficando alguns supermercados, bancos e farmácia abriam, porém com restrições, as filas do lado de fora para que não houvesse aglomerações. Tudo para garantir a segurança e evitar a propagação da pandemia da Covid-19 entre a população.

Com o fechamento dos rios alguns indígenas se mostravam resistentes, eles embarcavam as famílias nas canoas grandes e tentavam furar as barreiras sanitárias e quando eram impedidos se revoltavam. Quanto ao uso de máscara eles se mostravam resistentes em usá-las de igual forma. Eles até traziam consigo para a cidade, mas carregavam no bolso e só colocavam ao chegar ao local de destino. Eram diariamente orientados porque nesse intervalo corriam o risco de serem infectados pelo vírus e de conduzir para as suas comunidades indígenas de origem.

A Fronteira fechou, mas os colombianos e peruanos conseguiam furar a barreira e passar com facilidade para o Brasil para comprar os seus mantimentos e alimentação. Nesse trajeto houve alguns que se infectaram no lado brasileiro e ainda conduziam o vírus para outras pessoas de seu país. Um dos motivos que levou a Colômbia fechar a fronteira literalmente e militarizar para reforçar o controle.

Em abril, reuniu-se a classe empresarial para ajustar o abastecimento no supermercado já que havia murmúrio de que os brasileiros iam morrer de fome porque os colombianos compravam em atacado dos supermercados de Congelados, Casa do Milho e Resende e outros supermercados de maior porte. Nessa reunião, com a classe empresarial foram feitos acordos entre países no fornecimento dos alimentos.

As três vigilâncias de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) trabalhavam em parcerias, realizavam reuniões e juntos faziam atualizações de boletins e assim, apresentavam a real situação da pandemia entre os três países da fronteira.

Os povos indígenas ficaram desassistidos de mantimentos alimentícios, as comunidades não estavam preparadas para àquele

momento, por esse motivo houve muitas brigas e resistências, muitos vinham em busca desses mantimentos e acabavam se infectando e levando o vírus para dentro da comunidade. Para minimizar a situação o ministério público fez recomendação conjunta para que as prefeituras dessem suporte aos indígenas, mas, isso não foi cumprido por parte dos poderes públicos.

Em outros casos ficaram desassistidos porque faltou chegar cestas básicas doadas para o Alto Solimões. Depois, que amenizou o pico da pandemia, os alimentos começaram a chegar. Todavia, se tivessem chegado, no momento em que foram instituídas as barreiras e os decretos municipais eles teriam permanecido nas aldeias, uma vez que o pescado e a carne de caça tinham em abundância, mas havia outras necessidades básicas.

Durante a pandemia os indígenas vinham em busca do auxílio emergencial, por isso, houve uma acentuada propagação do vírus, eles se aglomeravam em frente à Caixa Econômica, nos terminais dos caixas eletrônicos e na casa lotérica.



Figura 6 – Filas para recebimento de Auxílio Emergencial na pandemia  
Fonte: Maria Auxiliadora, 2020

Com isso, o vírus chegava à aldeia e contaminava os indígenas. Foi uma ocasião complicada, que levou senhor Weydson coordenador da Secretaria da Saúde Indígena – SESAI e o senhor Jorge Baruf da Fundação Nacional do Índio - FUNAI a conversarem

com o gerente do banco para fazer um cronograma de atendimento aos indígenas, o que não surtiu efeito.

Por outro lado, os líderes religiosos se mostravam resistentes aos decretos, ofícios e recomendações, como se pôde observar na Aldeia de Feijoal, Belém do Solimões, Umariçu, Campo Alegre, Vendaval e outras. Apesar do coordenador da SESAI ter encaminhado ofício para as lideranças e para esses líderes religiosos, mas, eles não obedeceram em função de benefícios, encontros e festas religiosas.

Para exemplificar tais situações houve uma reunião da SESAI na aldeia de Feijoal onde os líderes religiosos e os fieis asseguravam que *“não vai acontecer nada durante essa pandemia porque Deus já profetizou que nada vai acontecer aqui”*. Portanto, mesmo com as exigências, as igrejas não paravam suas atividades religiosas nas comunidades indígenas durante a quarentena.

Os trabalhos foram dobrados para quem estava no enfrentamento da pandemia da Covid 19, pois além de se buscar estratégias para salvar vidas, ainda tinha que combater os conflitos e rebeldias daqueles que se mostravam resistentes em cumprir os regulamentos e decretos.

No momento atual, as internações hospitalares e as ocorrências de óbitos vêm diminuindo no Alto Solimões e na Tríplice Fronteira onde se apresenta essa queda de forma gradativa, porém, não podemos de forma alguma nos descuidar da prevenção, pelo contrário, temos que estar vigilantes acerca do uso de máscaras, lavagens das mãos e o distanciamento social, pois pessoas ainda continuam se infectando e morrendo, porém com menos frequência.

Nas áreas indígenas as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena nos Polos Base, Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI e a Casa de Apoio à Saúde *do Índio* – CASAI continuam intensificando as ações de promoção à saúde e ações de busca avaliativa, monitoramento de pacientes com síndrome gripal, realizando as testagens rápidas de acordo com o protocolo do Ministério da Saúde, e mantendo o isolamento destes nas próprias comunidades indígenas com o apoio dos praticantes da medicina tradicional.

Na atual conjuntura a pandemia da Covid 19 está sobre controle, a maioria dos casos registrados foi detectado com poucos testes, contudo, no final de Junho/2020 foram descentralizados 3.300 testes para todos os pólos, dessa forma foi intensificado o número de testes, e devido a isso, foi comprovado que houve aumento no número de casos.

Ao começar a pandemia não havia como testar a população em massa. Isso aconteceu no Brasil e no mundo. Os testes, aos poucos foram adquiridos para pessoas que apresentaram sintomas, depois foram monitorados. Alguns casos eram assintomáticos e nem foram monitorados, sentiram poucos sinais e sintomas da doença. E outros se esconderam em casa com medo de serem levados para o hospital porque se ouvia muito as pessoas comentarem “*quem vai para o hospital nunca mais volta*”. A preocupação tem aumentado ultimamente, pois, há diagnóstico de recém-nascidos e crianças com Coronavírus (covid-19) e muitos, destes têm evoluído para síndrome respiratória aguda grave, tendo que ser hospitalizado e até mesmo removido para hospital de Manaus.

Por motivo da Covid-19 em crianças e a continuação de casos em adultos as aulas não ocorrerão mais presenciais neste ano de 2020. Assim, definida pela normativa 005/2020 de 18 de setembro de 2020. Esta normativa entrou em vigor após a Secretaria Municipal de Educação-SEMED ouvir a Defensoria Pública, Distrito Sanitário Especial Indígena-DSEI, Gabinete de Gestão Integrado de Fronteira (GGIFRON), Secretaria de Saúde Municipal, pais e responsáveis pelos alunos. No mês de julho de 2020 algumas escolas iniciaram com as aulas remotas e híbridas. Alternativa encontrada para dar assistência pedagógica aos estudantes em tempo de pandemia.

Em Letícia na Colômbia na região fronteiriça com o território brasileiro, a situação foi de calamidade com a chegada da pandemia, ainda que o presidente Iván Duque tivesse ordenado o confinamento antes de haver algum caso confirmado em Letícia, o que veio acontecer em 17 de abril de 2020 de acordo Instituto Nacional de Salud (INS), o que se tornou notícia para conhecimento de todos, como primeiro contágio.

A fronteira fechou 16 de março de 2020 e passou a ser monitorada pela Polícia Nacional da Colômbia, agentes de imigração e o Exército. Os militares patrulhavam os pontos da fronteira de entrada facilitada pela fragilidade dos trechos entre Letícia, na Colômbia e Tabatinga, no Brasil.



Figuras 7 e 8 – Fronteira fechada e militarizada durante a Pandemia  
Fonte Rônei Elias, 2020

A medida de lei do presidente da Colômbia Iván Duque, e os decretos do prefeito de Letícia Jorge Luís Mendoza para que houvesse isolamento social tinha como objetivo a inviabilização da transmissão do novo coronavírus. Mesmo assim, no início, os brasileiros tinham permissão para atravessar a fronteira a pé apenas para comprarem remédios, no entanto, deixavam os veículos estacionados no lado brasileiro da barreira. Para efetivar a entrada tinha que seguir todo um protocolo de vigilância, como apresentar o receituário médico, o uso de máscara e o uso de álcool em gel na entrada e na saída do país colombiano. Apesar de todas as medidas de proteção a situação de contágio em Letícia se agravou. A cidade contava apenas com dois centros médicos: o Hospital San Rafael e a Clínica Letícia, que não tinham como atender tantas pessoas infectadas.

No período da pandemia em Letícia-Colômbia a clínica ficou interditada por duas semanas e na sequência o hospital San Rafael entrou em greve, os funcionários estavam com salários atrasados. Em meados de Março até Maio foi um período de muita crise. O sistema de saúde e social entrou em colapso. A população indígena sofreu contágio e muitas perdas, dentre elas os líderes indígenas so-

ciais e políticos como Antonio Bolívar, Josías Mendoza, Camilo Suárez, além de vários pais e chefes de família da área urbana, ribeirinha ou da floresta na tríplice fronteira. O líder indígena, e ator, Antonio Bolívar faleceu vítima do covid-19 no dia 30 de abril, no Hospital San Rafael em Letícia. A propagação do vírus seguiu e o bairro mais afetado pelo covid-19 dentro da cidade Letícia foi o bairro de Porvenir Castañal.

Em Letícia foi decretado isolamento preventivo obrigatório, a fim de evitar a propagação da Covid-19, porém os leticianos asseguram que um dos maiores motivos da propagação do vírus foi à indisciplina das pessoas que não acataram os protocolos.

No início da pandemia em Letícia a população tinha apenas dois dias na semana para sair e resolver seus problemas particulares e ir ao supermercado. Essas saídas eram controladas. Em decorrência do número de casos, a Colômbia adotou o toque de recolher, as pessoas tinham o direito de sair duas vezes na semana, mas saía de acordo com o número do dígito final da cédula da identidade. Posteriormente havia o horário dos homens e das mulheres. Os homens saíam de seis da manhã até às dez horas e as mulheres das dez horas até às dezesseis horas. A cada dia os horários dessas saídas se alternavam. Só podiam sair de casa nos horários estipulados, mas nem todos podiam ir aos bancos fazer transações ou nas empresas do governo. Como já foi dito era controlado pelo número do dígito do final da identidade. Se não cumprissem as determinações do decreto departamental eram multados e, até presos.

Em Letícia fechou também a estrada que dava acesso aos lagos e as comunidades indígenas. Por causa dessa determinação houve conflito porque as pessoas queriam vir para o centro da cidade porque nos lagos e ao longo das estradas não tinham supermercados. Com a estrada fechada houve muita revolta. Para amenizar a polícia ficou dando assistência a essas famílias, inclusive hospitalar. Dessa forma, o conflito foi amenizado e controlado.

O aeroporto Internacional de Letícia Alfredo Vásquez Cobo fechou literalmente por mais de cinco meses e somente foi reativado para voos comerciais no dia 08 de setembro de 2020. Após a crise e o pico do contágio da Covid-19. Vejamos a imagem abaixo:



Figura 9 – Reabertura do Aeroporto Alfredo Vásquez Cobo de Leticia-Colômbia  
Fonte: Andrés Puentes, 2020.

Em Santa Rosa, no Peru, na região fronteira com o território brasileiro e colombiano a situação da pandemia Coronavírus (covid-19) também foi extremamente grave. A quarentena tinha que ser cumprida para evitar o contágio da doença. O hospital em Santa Rosa não apresentava melhores capacidades para atender a demanda de contaminados por Covid-19. Nesse período de pandemia ficou proibido a entrada e saída de Santa Rosa por determinação do presidente peruano Martín Vizcarra. Assim as pessoas ficaram isoladas na ilha. Somente o transporte de alimentos estava autorizado com limitações e cumprimento de protocolo dos decretos e acordos das autoridades locais entre países.

Neste contexto, os trabalhadores autônomos e os canoeiros foram os mais afetados. Com o rio interditado, os turistas não tinham como transitar entre Santa Rosa, no Peru; Leticia, na Colômbia e Tabatinga, no Brasil. As lanchas que faziam viagens para Iquitos foram suspensas por tempo indeterminado. Com as fronteiras fechadas, via fluvial e terrestre, muitas pessoas tentavam furar as barreiras em busca de alimentos, e principalmente pela assistência médica, o que levou muitos estrangeiros a falecerem e serem enterrados no território brasileiro. Era uma situação desesperadora no cenário da Tríplice Fronteira.

A precariedade de assistência à saúde em Santa Rosa fazia com que os peruanos que estavam infectados migrassem às escondidas durante a madrugada para Tabatinga. Era um campo de batalha pelo direito à vida. O rio se tornou um condutor da esperança, pois eram proibidos às entradas aos estrangeiros, mas ao entrar no lado brasileiro eram atendidos na unidade Básica de saúde, nos postos e nos hospitais. Isto acontecia com frequência no lado brasileiro.

Dentre tantos relatos sobre a Tríplice Fronteira a contaminação causada por intermédio da pandemia por covid-19 torna-se um triste episódio que será marcado na história das principais cidades da região do Alto Solimões e da Tríplice Fronteira: Brasil, Colômbia e Peru.

Esperamos que definitivamente as políticas públicas voltadas para a saúde... sejam para a saúde de todas e todos por todo o país e não para uns poucos. Esperamos também que os avisos internacionais sejam objeto de total atenção de nossos governantes, visando claramente, impedir que tais situação se repitam. Haja vista que o mundo foi avisado com muita antecedência sobre a doença.

Nossos governantes tiveram condições e tempo para se prepararem para evitar o pior, a morte de milhares de brasileiros e outros que aqui residem, a propagação da pandemia, e, por fim, as inúmeras consequências que a doença deixa para cada um que se recuperou incompletamente.

É preciso outra forma de governar. Que seja mais solidaria, humana, voltada para os interesses, necessidades e desejos de todos.

A saúde e a educação precisam ser valorizadas.



## **PIX: A revolução 4.0 no novo sistema de transferências e pagamentos do Banco Central**

*Kamilla Ingrid Loureiro e Silva<sup>1</sup>*

*João Clovis de Oliveira Costa<sup>2</sup>*

### **Introdução**

A Revolução 4.0 e os novos nortes tecnológicos mundiais desde a atividade agrícola até a economia circular são impossíveis de serem evitadas e não notadas. Vivemos hoje, na sistêmica de um mundo que respira tecnologia de ponta-a-ponta nas redes sociais. De uma economia que versa criatividade e novos designs para se reinventar, de uma indústria que não está mais isolada em um determinado ponto geográfico como a 30 anos atrás, de uma ferramenta que foi inventada nos Estados Unidos da América – EUA, mas que nunca se viu no Brasil. Foi-se o tempo dessa falta de conectividade, foi-se o tempo dessa dissociação de entraves e burocracias que regiam o mundo antigo. O mundo de hoje, não se sustenta mais, sob a visão da morosidade e da espera. Tudo, hoje, é feito em tempo real, notícias, indústria, comunicação e, por que não, movimentações financeiras?

O objetivo deste trabalho é fazer um estudo de apresentação sobre o PIX<sup>3</sup>, um novo sistema de transferências e pagamentos desenvolvido pelo Banco Central do Brasil – BC, para dar maior agilidade, liquidez e rapidez, nas transações financeiras entre indivíduos, sem burocracia e sem espera. A princípio o novo sistema deve substituir o TED<sup>4</sup> e o DOC<sup>5</sup> a “maioria dos bancos faz DOC e TED

1 Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus

2 Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus.

3 Sistema Brasileiro de Pagamentos Instantâneos.

4 A Transferência Eletrônica Disponível (TED) foi criada pelo Banco Central em 2002. Antes havia limite mínimo de transferência, mas desde janeiro de 2016 o cliente pode enviar qualquer valor.

5 O Documento de Crédito (DOC) é uma transferência bancária limitada a R\$ 4.999,99. Só pode ser feita por instituições autorizadas pelo Banco Central.

nas agências, internet banking, caixas eletrônicos, aplicativo do banco ou por telefone” (SERASA – p/única, 2020). Com a prerrogativa de instantaneidade, o PIX, é uma revolução digital para a demora causada pelo primeiro e segundo citados, acima. Pois, com o TED, uma transferência entre bancos costuma ser mais rápida, muito embora com alguma morosidade, dependendo da instituição dentro de um limite de horário (comercial), caso fosse após esse horário, o valor seria creditado na conta do beneficiado, apenas no dia seguinte. Em relação ao DOC, o valor seria agendado e efetivamente só estaria à disposição do beneficiado, no dia seguinte para transações feitas até às 21h59min, após esse horário, a transação só seria creditada na conta do beneficiado após 48h, em caso de dia útil. Essas transações também costumavam ser cobradas pelas instituições bancárias e variavam de uma para a outra, no entanto, com a implementação do PIX, essa realidade muda, pois o sistema, além de fazer a movimentação instantânea, também será gratuito o que melhorará a vida do cliente da rede bancária que, até hoje, além de esperar pelo crédito em conta, ainda paga pela movimentação, caso esta fosse feita entre bancos comerciais diferentes.

Mas... Como surgiu o PIX? O modelo foi desenvolvido pelo Banco Central do Brasil – BC sobre esses cinco pilares: “i) disponibilidade: ou seja, possibilidade de uso 24 horas por 7 dias na semana; ii) velocidade: a operação deve ser realizada em poucos segundos; iii) conveniência: toda experiência é focada no usuário; iv) segurança: você fica dependente de um banco e ainda mantém todos os seus dados seguros e, v) multiplicidade de casos de uso: o usuário pode realizar transferências e pagamentos de qualquer tipo e valor entre pessoas e/ou empresas” (GUIA DE BOLSO – p/única, 2020). Assim, o objetivo do sistema, é tornar eficiente e competitivas as transações financeiras, em relação ao mercado, se difere dos dois já citados acima, pela capacidade de “liquidar transações na hora e ficar no ar 24 horas por dia, sete dias por semana” (TECHTUDO – p/única, 2020).

## **O que muda com o PIX?**

Antes de seguirmos e vermos o que muda com o PIX na esfera financeira para Pessoas Jurídicas e Físicas se faz necessário

uma breve volta no tempo e uma caracterização de como funcionava até aqui o sistema financeiro nacional. Nesse contexto, muitas reformas foram feitas para chegarmos onde estamos e a própria economia tratou de se aperfeiçoar com os cenários depreciados de pouca estabilidade financeira nas últimas décadas, a partir de 1960. A reforma bancária de 1964 (lei nº 4595, de 31/12/1964) que criou o Banco Central do Brasil e a relação deste, com o Banco do Brasil que, antes da promulgação desta Lei, também fazia às vezes de um Banco Central o que por muito tempo, o tornou autoridade monetária. cujos principais objetivos, foram:

Os principais objetivos da Reforma Bancária de 1964 foram a criação do Banco Central e a concessão de autonomia das Autoridades Monetárias em relação ao Governo Federal. A autonomia se caracterizava pelo fato do Conselho Monetário Nacional, órgão de cúpula da política monetária, que deliberava pela maioria simples dos seus membros, ter seis membros com mandatos fixos e três membros demissíveis ad nutum pelo Presidente da República: o Ministro da Fazenda, que presidia o Conselho, e os presidentes do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A diretoria do Banco Central do Brasil, órgão executivo da política monetária, era composta por quatro membros, escolhidos entre os seis membros do Conselho Monetário Nacional com mandatos fixos de seis anos. (Fonte: O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO – Fernando de Holanda Barbosa, pág. 1)

Naquele período, somente os bancos comerciais podiam fazer transações financeiras, o que os deixavam com a função de instituições que captavam depósitos à vista e também recebiam a prazo, o tempo de espera para recebimento do crédito em conta, exigia morosidade. Existiam também as sociedades de crédito, financiamento e investimento que por sua vez, fomentavam crédito para o consumidor a partir de letras de câmbio, títulos populares nas décadas de 1960 e 70. Depois do Plano Real, o Brasil entrou em uma era do novo contexto financeiro econômico mundial, tornou capaz de equilibrar sua dívida externa e concentrou em manter a estabilidade da moeda, moeda que neste momento estava sobre forte influência negativa de forças externas. O PIX, idealizado pelo Banco Central, é mais uma ferramenta em todo esse contexto, na era da Revolução 4.0, o BC procura formas de mostrar ao mercado que não ficará fora dessa corrida.

Como todo o serviço financeiro no Brasil, o PIX será ligado às instituições financeiras e bancárias da rede comercial do país, assim, não é necessário baixar nenhum tipo de App para ter acesso, bastando que o correntista de determinado banco, aceite fazer parte do novo modelo criando as Chaves Pix (como o Banco Central às denomina). Dessa forma:

E-mail: O e-mail será codificado no seguinte formato:  
e-mail: fulano\_da\_silva.recebedor@example.com  
CPF ou CNPJ: O CPF e o CNPJ serão codificados no seguinte formato:  
CPF: 12345678900  
CNPJ: 00038166000105  
Número de telefone celular: O telefone será codificado seguindo o formato internacional:  
+5561912345678  
Em que:  
+55: código do país.  
61: código do território ou estado.  
912345678: número do telefone celular.  
Chave aleatória: A chave aleatória será codificada juntamente com a pontuação, como segue:  
123e4567-e12b-12d1-a456-426655440000  
(Fonte: MPI – PIX, pág. 06, 2020)

Modernidade a parte, o PIX deve ser mais uma opção de transferência financeira e se colocar ao lado das já opções conhecidas pelos brasileiros, nas agências, caixas eletrônicos e internet banking. Desse modo, a cadeia de participação das empresas que tinham “parte” e lucravam com as movimentações financeiras feitas por Pessoas Físicas ou Jurídicas (PF e PJ, respectivamente) deixam de existir, a morosidade termina e o receptor (beneficiado) tem liquidez com teto de espera mínimo, quase instantâneo, como veremos mais à frente.

“O sistema de pagamentos começará a funcionar de forma restrita em 3 de novembro e será liberado para todos no dia 16 de novembro. Mas já será possível se cadastrar no sistema a partir do dia 5 de outubro” (TECHTUDO – p/única, 2020). Ao contrário dos sistemas popularmente conhecidos, o PIX não precisará que o Cliente forneça qualquer tipo de informação acerca de seus dados para o pagador como vinha sendo feito até então, basta que este,

em sua agência ou fintech<sup>6</sup>, cadastre uma Chave PIX<sup>7</sup>, que pode ser: CPF<sup>8</sup>; CNPJ<sup>9</sup>; Número de Telefone; e-mail ou ainda chaves aleatórias escolhidas pelo sistema ou ainda, se preferir, o usuário poderá ter seu próprio QR Code<sup>10</sup> podendo receber e/ou fazer pagamentos por meio de aproximação. Segundo o Site Terra.com.br, o sistema PIX é instantâneo, por que:

O Pix tem ficado conhecido como um “meio de pagamentos instantâneo”. Isso porque, de acordo com o Banco Central, qualquer movimentação financeira utilizando o novo sistema seja realizada, no máximo, em até 10 segundos. O fato é que, embora a rapidez seja um ponto forte do novo serviço, ele não é apenas um meio de pagamento - podendo substituir o boleto, cartão de débito e crédito -, mas também é uma nova forma de realizar transferências, funcionando como alternativa à tradicional Transferência Eletrônica Disponível (TED) e ao Documento de Ordem de Crédito (DOC). (Fonte: Site terra.com.br)

A iniciação do PIX se dará por QR Code, dessa forma, existirão dois tipos de QR Code vinculados, i) o estático e ii) o dinâmico, seguindo os padrões do BR Code, logo: [...] Nesses casos, o usuário recebedor disponibiliza os dados de pagamento em um BR Code, para ser capturado por imagem pelo usuário pagador [...] (MPI<sup>11</sup> – PIX, pág. 4, 2020). Dessa forma, [...] o aplicativo do prestador de serviços de pagamento (PSP) do usuário pagador, que deve estar instalado em seu telefone celular e que é utilizado para a leitura do QR Code, acessará o backend<sup>12</sup> do PSP do pagador, que gera a ordem de pagamento [...] (MPI – PIX, pág. 4, 2020). Quando falamos de novas tecnologias estamos nos referindo à Inteligência Artificial<sup>13</sup>

6 Do inglês: financial technology é um termo que surgiu da união das palavras financial (financeiro) e technology (tecnologia). As fintechs são majoritariamente startups que trabalham para inovar e otimizar serviços do sistema financeiro. Essas empresas possuem custos operacionais muito menores comparadas às instituições tradicionais do setor.

7 Designação feita pelo Banco Central para o cadastro do Cliente ao PIX.

8 Cadastro de Pessoa Física.

9 Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

10 São etiquetas de código rápido que dão acesso a conteúdos e páginas por meio de sua leitura. Em uma analogia, eles funcionam como um código de barras, porém, em vez de um leitor tradicional, utiliza-se a câmera de um smartphone.

11 Manual de Padrões para Iniciação do PIX.

12 Sistema responsável pela regra de negócios, webservices e APIs de uma aplicação.

13 Ramo de pesquisa da ciência da computação que busca, através de símbolos computacionais, construir mecanismos e/ou dispositivos que simulem a capacidade do ser humano de pensar, resolver problemas, ou seja, de ser inteligente.

que, por sua vez, está presente em quase 100% das coisas que fazemos atualmente. Grosso modo, nos rodeia onde quer que possamos ir. Na figura 1 abaixo, vemos a possibilidade de se fazer o pagamento em múltiplas plataformas:



Fonte: Banco Central do Brasil

## O PIX e a Revolução 4.0

A tecnologia empregada na construção do Sistema de Pagamentos e Recebimentos Instantâneos – PIX está diretamente ligada a esse novíssimo jeito de se transformar as ferramentas ao seu redor ou mesmo, de melhorá-las de forma que atendam a um contingente melhor e maior de indivíduos. A ideia não é ficar estático em um mesmo lugar, mas “mover-se” de acordo com as tendências, nesse caso, mover-se com a dinamicidade do mercado. No caso da Revolução 4.0, aliar os já conhecidos sistemas de trabalho e matrizes de produção industriais com a nuvem de arquivos digitais transformando o modo de trabalho, gerenciando e dando flexibilidade à produção, sincronizando ao mesmo tempo e com dados reais, o mesmo grupo empresarial em todo o mundo.

A base de operações não está centralizada em apenas um lugar, mas está constantemente alimentada por geração de dados e relatórios em tempo real. Com isso, o Processo Produtivo Básico - PPB<sup>14</sup> de cada fábrica está diretamente interligada [...] A fusão entre

14 O Processo Produtivo Básico (PPB) foi definido por meio da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, como sendo “o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento

o mundo digital e físico, onde todo objeto ou processo físico possui uma representação digital, ou seja, uma ligação entre computação, rede e mundo físico (FLUXO CONSULTORIA, p/única, 2020). Assim, o que muda com a Revolução 4.0 que estamos vivenciando, é:

- Big Data Analytic: É um recurso utilizado para análise de, geralmente uma grande quantidade de dados, para descobrir tendências, algum tipo de padrão, correlações e outras informações úteis que se possa tirar daqueles dados fornecidos.
- Computação na nuvem: Transmissão de qualquer serviço hospedado pela internet.
- Internet das Coisas (IoT): Consiste em fornecer a capacidade de controlar objetos físicos que estejam conectados à internet de maneira coordenada.
- Biologia Sintética (SynBio): Abrange as novas tecnologias da química, biologia e outras ciências que recriam partes biológicas como células, enzimas, órgãos, etc.
- Manufatura aditiva: Replicação física de objetos por meio da impressão 3D, os quais podem servir para fabricar outros produtos montados por várias peças, o que constitui uma montagem.
- Sensores inteligentes: á este consiste nos dispositivos que possuem funções desempenhadas após algum tipo estímulo. (Fonte: FLUXO CONSULTORIA, p/única, 2020)

Sobretudo, esses fatores não estão somente ligados à indústria ou empresas, o que quer dizer que qualquer indivíduo com um smartphone, pode fazer parte dessa nova forma, dessa nova sistêmica de interação, não apenas com o seu trabalho através de uma reunião virtual, mas fazendo transações mercadológicas e/ou financeiras na palma de sua mão. A criação de sistemas, como o, Internet Banking há alguns anos, já demonstravam essa inclinação em relação à forma como as transações financeiras seriam feitas no futuro, naquele período, o TED e o DOC já estavam com seus dias contados.

Com o PIX, as relações financeiras não irão mudar somente em relação à movimentação financeira entre o pagador e o recebedor, mas mudará a cadeia por trás desses dois atores, até então, para se receber um pagamento a movimentação financeira passava por uma cadeia de atores (empresas) que, lucravam com porcentagens do valor depositado, essas empresas deixarão de arrecadar cerca de

---

fábrica, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto”.

R\$ 13 Bilhões de reais (INFOMONEY, p/única, 2020), com o novo sistema, isso deixa de acontecer e muda o jeito como a transação costumeiramente era feita, assim:

O Pix vai mudar o fluxo de pagamentos existente. Hoje, para uma transação acontecer é necessária uma conta origem e uma conta destino, mas também um emissor de cartão [banco], uma adquirente [dona da maquininha], uma bandeira de cartão e um processador (que é a conexão entre todos os outros intermediários).

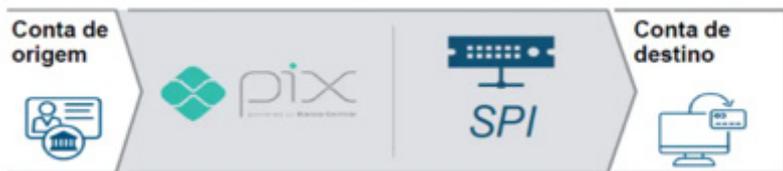
Com o Pix, os intermediários entre as contas deixam de ser necessários, o que pode levar à perda bilionária em receitas citada no início da matéria, no caso das adquirentes. (Fonte: INFOMONEY, p/única, 2020)

Na figura 2 e 3 abaixo, apresentamos o conceito anterior do modo como era realizada uma transação financeira no primeiro quadro e no segundo quadro, como ficará com a chegada do PIX, estima-se que a aderência massiva da nova plataforma, até pagamentos com cartões de débito estejam ameaçadas, cheques e até cartões de crédito. Hoje as comissões e taxas cobradas por empresas em cada transação variam de 1,7 a 5% dos valores (INFOMONEY, p/única, 2020), ou seja, valores que, dependendo da transação, passam imperceptíveis ou ficam nas entrelinhas dos contratos de prestação de serviços da rede bancária comercial. A aposta é de que com a mudança de sistema, desapareçam ou, se mitiguem a participação de intermediários fazendo com que estes reduzam sua lucratividade, tornando as contas de maquininhas de cartão, por exemplo, mais atrativas para o cliente, uma vez que este, de posse da ferramenta, não literalmente necessitará usar uma máquina para fazer um pagamento ou receber um montante em dinheiro.

### Antes do PIX



## Com o PIX



Fonte: INFOMONEY, 2020

## O PIX e as relações de consumo

Como visto no decorrer do texto acima, o PIX veio para transformar a forma como as transações comerciais se desenrolam no mercado atual. Não obstante, verifica-se que com o novo sistema o consumo tenderá a se propagar, um exemplo disso é: quantas e quantas vezes o cliente potencial de uma determinada loja, deixou de adquirir um determinado produto da vitrine por não ter o valor da mercadoria em mãos? Em geral, valores consideráveis nos dias atuais, estão deixando de circular nas carteiras e bolsos das pessoas e as opiniões sobre isso, são as mais diversas, uns temem assalto, outros temem perder, outros ainda, acham que no mundo atual um cartão de débito ou crédito, resolve. Para o comerciante, a desistência de um cliente gera estoque parado, dinheiro de investimento preso, porém, em sua grande maioria, estes donos de lojas, varejistas ou atacadistas, precisam receber o valor em dinheiro, mas sem perdas financeiras, hoje causadas em grande parte, por operadoras de cartão, financeiras e bancos. Com o PIX essas relações serão feitas com mais segurança e não estarão sujeitas a um emaranhado de empresas entre o pagamento e o recebimento de qualquer valor e, mas será que como toda a transação financeira, esse sistema também tem um custo? A resposta é sim, o Banco Central estipulou uma taxa mínima a ser cobrada pela movimentação feita pelo PIX, assim ficam:

O Pix, dentro dos aplicativos de bancos e carteiras digitais, aparecerá como mais uma forma de realizar transferências, uma alternativa à TED e ao DOC. A diferença entre as três formas de enviar dinheiro, contudo, é de que o cliente não pagará mais pela operação no sistema desenvolvido pelo BC, mas sim a instituição financeira, a um preço de R\$ 0,01 para cada 10 movimentações. (Fonte: PORTAL TERRA, p/única, 2020)

O empoderamento do cliente em relação ao fornecedor terá uma nova vitrine de possibilidades, uma vez que a morosidade na movimentação financeira será próxima de nula. Nesse contexto, o sistema então, será gratuito para Pessoas Físicas e Jurídicas (no caso de Microempreendedores Individuais - MEI<sup>15</sup>s) as transações poderão ser feitas através de instituições devidamente cadastradas no BC que já somam [...] 980 bancos, fintechs e cooperativas se inscreveram para a utilização, quando apenas 34 eram necessárias, segundo a regulamentação [...]. “Dentre os cinco maiores bancos do País, o Bradesco, o Banco do Brasil, Itaú e Santander e a Caixa Econômica Federal”, todos aptos a usar o PIX, segundo a revista eletrônica *Isto é Dinheiro*. O que significa dizer, que praticamente todos os bancos comerciais em território brasileiro, estarão aptos a realizar as transações financeiras instantâneas que com a entrada do PIX no cenário se fizerem necessárias. Este mecanismo transformará, por meio de, um aplicativo bancário ou de uma carteira digital, um novo e futurístico modo de realizar compras num estabelecimento comercial. De forma simples, veja o quão profundo é olhar dessa nova ótica que entra em uso a partir de novembro de 2020.

De forma simples e barata, e um sistema que vai funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana, é dessa forma que o sistema deve tornar as Relações de Consumo mais atraentes para os dois lados da cadeia. “Mas, o mais revolucionário é trazer para o mercado brasileiro o advento da “instantaneidade” no processo de transferência interbancária de recursos”. Isso não é uma questão trivial, pois nunca tivemos uma infraestrutura que proporcionasse esse tipo de transação no Brasil de uma maneira tão ampla [...] (ESTADÃO, p/ única, 2020). É importante ressaltar que com a entrada dessa nova forma de transação financeira, às grandes filas em agência bancárias, tendem a diminuir, bem como diminuirá de forma exponencial a circulação de papel moeda nas praças, país a fora e, isso, acarretará menos gastos públicos, o cidadão passa a ter a possibilidade de não mais andar com volumes de dinheiro e com isso a marginalidade,

---

15 Profissional autônomo. Quando você se cadastra como um, você passa a ter CNPJ, ou seja, tem facilidades com a abertura de conta bancária, no pedido de empréstimos e na emissão de notas fiscais, além de ter obrigações e direitos de uma pessoa jurídica.

nesse caso, diminuirá. [...] A chegada de uma infraestrutura de transações instantâneas entre múltiplas instituições financeiras poderá desencadear um ciclo virtuoso em que as plataformas de cartões e o PIX possam conviver de maneira harmoniosa, interligadas e com o objetivo maior de fortalecer a economia brasileira. Com certeza, existe espaço para todo mundo, principalmente se o foco for à inclusão da população mais carente e na substituição do papel moeda [...] (ESTADÃO, p/única, 2020). Em médio e a longos prazos, haverá mudanças significativas na forma do consumo que, em vez de compras e pagamentos físicos, estaremos todos sincronizados e faremos as mais diversas transações no âmbito virtual como já ocorrem em diversos outros tipos de situações.

## **Conclusão**

Com o advento das tecnologias em nuvem, internet das coisas (IoT), inteligência Artificial (AI) e o mundo mais dependente de veiculação da “política virtual”, é inegável que grande parte do que se faz de modo pessoal hoje, em algum momento passe a ser transmitido ou mesmo, convencionado em Cloud<sup>16</sup>, uma vez que tal relação futurística, já é experimentado por algumas empresas, sejam elas voltadas para o setor industrial ou comercial, o fato é que no presente, há uma disparada de serviços que estão ligados entre si em uma sistemática verticalizada dentro das empresas como é o Omnichannel<sup>17</sup> e outras que se utilizam de forma horizontal da cadeia de consumo no caso do Crowdshipping<sup>18</sup>, o que dá certa comodidade ao consumidor final, já que tudo pode ser feito a partir de um smartphone com acesso à internet.

Portanto, consolidar um meio de recebimento e pagamento específico no que tange a instantaneidade das transações financeiras

---

16 É um dispositivo de armazenamento de dados colocado na Internet, de forma gratuita ou pago, acessível a partir de qualquer plataforma, seja móvel ou não. Também poderá ser um conjunto de serviços oferecidos para se trabalhar em softwares sem ter a necessidade de os instalar.

17 Estratégia de uso simultâneo e interligado de diferentes canais de comunicação, com o objetivo de estreitar a relação entre online e offline, aprimorando, assim, a experiência do cliente. Essa tendência do varejo permite a convergência do virtual e do físico.

18 Uma solução de logística sustentável Comércio eletrônico e restrições à circulação de veículos motorizados nas cidades estimula a criação de redes de entregadores a pé, de bike ou de transporte público.

comerciais, é dar um passo a mais nas relações dinâmicas mercadológicas do modelo de economia que, atualmente, estão presentes em todo o mundo, e ainda, a implantação da plataforma nesse momento, é indiretamente, um modo da população manter o distanciamento social que, todos sabemos, ajuda na não transmissão da cadeia de propagação da Pandemia da Covid-19<sup>19</sup>, caracterizada pelo contágio por proximidade/aglomeração das pessoas em ambientes coletivos fechados. O lançamento do PIX como ferramenta de apoio é sem dúvida, um grande passo para a economia do país e conduzirá o Brasil ao futuro das relações comerciais como um todo seja ela local ou externa.

## **Referências**

BARBOSA, Fernando de Holanda. O Sistema Financeiro Brasileiro. Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal Fluminense.

ESTADÃO. O poder dos pagamentos instantâneos nas relações de consumo. Raul Moreira. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-poder-dos-pagamentos-instantaneos-nas-relacoes-de-consumo/>. (19 de agosto de 2020 | 05h00). Acesso em: 15 de outubro 2020.

FLUXO. O que é Indústria 4.0? Definição e cenário no Brasil. <https://fluxoconsultoria.poli.ufrj.br/blog/industria/o-que-e-industria-4-0/>. (Julho 17, 2020). Acesso em: 15 de outubro 2020.

INFOMONEY. Pix é o fim das maquininhas? Veja os impactos do novo sistema do BC no setor de meios de pagamentos. Giovanna Sutto. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/pix-e-o-fim-das-maquinhas-veja-os-impactos-do-novo-sistema-do-bc-no-setor-de-meios-de-pagamentos/>. (6 out 2020 08h00). Acesso em: 15 de outubro 2020.

19 Do inglês Coronavirus Disease 2019, é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Os sintomas mais comuns são febre, tosse seca e cansaço. Entre outros sintomas menos comuns estão dores musculares, dor de garganta, dor de cabeça, congestão nasal, conjuntivite, perda do olfato e do paladar e erupções cutâneas. Cerca de 80% dos casos confirmados são ligeiros ou assintomáticos e a maioria recupera sem sequelas.

ISTO É DINHEIRO. Instituições aptas para o Pix saltam de 11 a quase 700. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/instituicoes-aptas-para-o-pix-saltam-de-11-a-quase-700-05/>. Acesso em: 15 de outubro 2020.

Manual de Padrões para Iniciação do PIX. Powered By Banco Central – BC. (11/08/2020). BANCO CENTRAL DO BRASIL. Versão: 1.0

SERASA. DOC e TED: você sabe qual é a diferença? Autora: Joyce Carla. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/ensina/dicas/doc-e-ted-diferenca/>. Acesso em: 08 de outubro 2020.

TECHTUDO. O que é PIX? Veja como funciona o sistema de pagamentos do Banco Central. Paulo Alves. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2020/08/o-que-e-pix-veja-como-funciona-o-sistema-de-pagamentos-do-banco-central.ghtml>. 17/08/2020 07h01. Acesso em: 08 de outubro 2020.

TERRA. O que é o Pix, o novo meio de pagamentos do Banco Central? Matheus Riga. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/inovacao/o-que-e-o-pix-o-novo-meio-de-pagamentos-do-banco-central,ce3b1516789ef1d7dee392cb2a60612cma3pjabv.html>. 7 SET 2020; 09h00. Acesso em: 08 de outubro 2020.



## **Acessibilidade e mobilidade urbana: um estudo de caso de calçadas na cidade de Manaus - AM**

*Lupuna Corrêa de Souza<sup>1</sup>*

*Gercicley Rodrigues dos Santos<sup>2</sup>*

*Ronald Rosa de Lima<sup>3</sup>*

### **Introdução**

Este artigo busca trazer à discussão a importância da acessibilidade com qualidade e segurança, dando ênfase às calçadas de três bairros da cidade de Manaus. Embora o assunto não seja recorrente na academia, já é possível ter acesso a trabalhos de qualidade. Neste artigo, foram utilizados referenciais teóricos de dissertações, artigos e teses, além da utilização da metodologia descrita por Sarkar (1995), em que foi possível realizar um diagnóstico da qualidade das calçadas a partir da classificação por níveis de serviço entre modos de transporte.

O tema acessibilidade, apesar de suma importância no dia-a-dia de quem necessita se deslocar, ainda é novo quando se leva em consideração leis que visam garantir a qualidade e eficiência da acessibilidade na cidade, as quais asseguram uma mobilidade adequada e satisfatória aos seus pedestres.

O Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura o direito de ir e vir, além de igualar todas as pessoas, sem distinção. Já no § 2º do artigo 227 determina que “A lei [específica] disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

No ano de 2000 foram regulamentadas as Leis Federais nº 10.048 e 10.098, as quais estabelecem normas gerais e critérios bá-

1 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus.

2 Especialista em Saúde Ambiental pela FIOCRUZ

3 Mestre em Ciências e Meio Ambiente/UFPA.

sicos para a promoção da acessibilidade, além de estabelecer que, diante do não cumprimento das normas descritas por este decreto, os agentes responsáveis sofrerão penalidades. Com isso, garantiu-se prioridade à acessibilidade e mobilidade por transporte coletivo, comunicação e informação. Trouxe ainda, em seu capítulo II, Artigo 5º do Decreto nº 5296 de 02 de dezembro de 2004, o conceito de pessoa portadora de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, de maneira a não deixar dúvidas quanto às suas prioridades.

Como conceito norteador para o estudo da qualidade das calçadas na área de estudo e sua influência sobre a qualidade de vida dos moradores e transeuntes a qualidade da mobilidade urbana, utilizou-se o Artigo 8º dos capítulos I e II, do mesmo decreto o qual considera para os fins de acessibilidade:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Considerando como barreiras “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação [...] (Brasil, 2004, artigo 8º, capítulo I e II).

A ferramenta de apoio técnico com especificações normativas utilizadas fora às normas descritas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pela Norma Brasileira Regulamentadora - NBR 9050, 2004. A qual “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade”. Já a lei n. 12.587, de 03 de janeiro de 2012 que estabelece a Política nacional de Mobilidade Urbana determina a obrigatoriedade do município em elaborar o Plano Diretor de Mobilidade Urbana, priorizando os modos de transporte coletivo e os não motorizados, tais como a caminhada a pé e o uso da bicicleta.

Apesar das leis deixarem claro, a prioridade dos pedestres em relação à mobilidade nas cidades, o que se pôde verificar é a total ausência do poder público como responsável pela fiscalização desses

locais. Podendo-se inferir, que as leis até garantem a existência dos meios adequados de acessibilidade, mas não garantem a implantação, qualidade e fiscalização dos mesmos.

Assim sendo, não se pode deixar de inserir o conceito de qualidade na proposta deste artigo, já que a deficiência ou inexistência de calçadas pela cidade afeta diretamente a qualidade de vida de seus moradores. O conceito aqui utilizado é o de Shin e Jonhson (1978, in. Bowling, 1997; p. 6) *apud* Aguiar (2003), “qualidade de vida consiste na posse dos recursos necessários para a satisfação de necessidades individuais e desejos participação em atividades que permitem o desenvolvimento pessoal e a autorrealização, e a comparação satisfatória entre se próprio e os outros.” E quando se fala de qualidade, é possível rapidamente, aceitar ou reprovar algo quanto à satisfação em relação ao que está sendo exposto, ou quanto ao que está sendo utilizado. Desta maneira o estudo de avaliação da qualidade de calçadas torna-se pertinente, já que as mesmas são parte importante como vias de circulação de uma cidade, não somente para pessoas fisicamente aptas às caminhadas, mas também às portadoras de necessidades especiais e mobilidade reduzida, e principalmente para estas últimas citadas, já que por sua natureza já possuem certa dificuldade de locomoção.

Segundo Vasconcellos (2013, p. 99), “a primeira constatação da falta de prioridade para o ato de caminhar é a decisão de atribuir ao proprietário do lote à responsabilidade de cuidar das calçadas. Esta decisão expõe a realidade de que o ato de caminhar não é considerado um assunto público, mas privado”. Ainda segundo este autor, apesar da caminhada representar o modo mais utilizado pelos brasileiros nas viagens urbanas, não é dada a devida atenção ao tema e as pesquisas realizadas deixam a desejar quanto às metodologias utilizadas para quantificar os dados.

Desta maneira, não é necessária muita observação para verificar a importância dada ao trânsito de veículos nas cidades. A manutenção viária quando realizada, possui um só destino: a manutenção das ruas para facilitar o fluxo dos veículos. Salienta-se ainda que o dimensionamento técnico, quando existe, não leva em consideração o fluxo de pedestres. De acordo com Vasconcellos:

Ao contrário dos métodos de dimensionamento de vias de trânsito veicular - que se encontram às centenas na literatura técnica - os técnicos brasileiros não têm nenhuma forma de dimensionar a calçada para acomodar adequadamente o fluxo provável de pedestres [...] A calçada é terra de ninguém, e portanto, ninguém precisa se preocupar com ela (2013, p. 99).

A Lei Complementar Nº 002, de 16 de janeiro de 2014 – Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus traz em seu Artigo 33 e § 1º:

As calçadas, praças, áreas de lazer, unidades de conservação que permitam seu uso, orlas dos rios e demais espaços públicos, são bens de uso comum do povo, destinados à circulação de pessoas, atendendo a todos os parâmetros de acessibilidade universal e à convivência social, devendo estar de acordo com a norma específica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos quais somente serão permitidos outros usos na forma da legislação própria. § 1º Em relação às calçadas, deverão estar de acordo com a norma específica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quanto às larguras mínimas de circulação, atendendo a todos os parâmetros de acessibilidade universal e de mobilidade inclusiva para todas as pessoas, atendendo, também, à obrigatoriedade de arborização, dentre outras condições (Manaus, 2014).

Com isso, evidencia-se o não cumprimento das normas previstas em lei e o total descaso das autoridades quando se trata de qualidade na mobilidade urbana e acessibilidade à cidade.

### **Procedimentos metodológicos e análise dos resultados**

A metodologia utilizada foi descrita por Aguiar (2003, p. 34) *apud* Sarkar (1995b), a qual “descreve um método para avaliar a segurança dos pedestres em duas dimensões diferentes”. Consideraram-se os aspectos de segurança, como, conflitos, possibilidade de quedas e seguridade. Para realizar esta avaliação reconheceu-se através de Sistema de Informações Geográficas – SIG a delimitação dos Bairros de Adrianópolis, Nossa Senhora das Graças e Morro da Liberdade. Posteriormente foi realizado todo o limite dos bairros em estudos, no modo de transporte a pé. Além da observação *in loco* das condições físicas das calçadas, foram coletadas fotografias e pontos de GPS para que fosse possível a confecção de mapas das áreas levan-

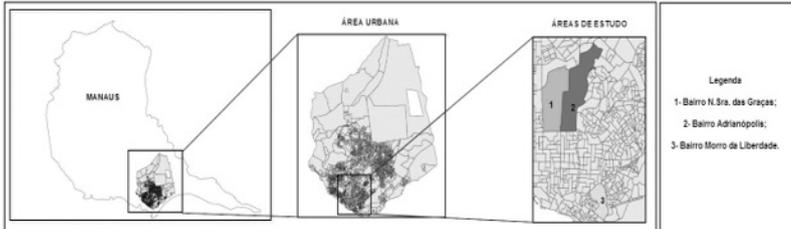
tadas. Tal metodologia foi desenvolvida para tornar as calçadas um meio de circulação mais seguro para grupos de usuários prioritários, como idosos, portadores de deficiência física e crianças. A metodologia tem como base dois métodos de avaliação: um em Micro-nível de Serviço e outro em Macro-nível de Serviço. Esta pesquisa baseou-se no Macro-nível de serviços, com o qual utiliza um nível de serviço (NS), que varia de “A” a “F” para avaliar os projetos e condições das calçadas com base na qualidade da separação dos modos de transporte. A metodologia mostrou-se adequada ao estudo.

Dados populacionais apresentados pelo Censo 2010 do IBGE mostraram que a população de Manaus era 1.802.525. Desta, 9.109 é de população rural e 1.793.416 correspondente à população urbana, o que demonstra forte concentração populacional na área urbana da cidade. Para que esta pesquisa pudesse ser realizada, foram escolhidos três bairros da cidade. Os critérios utilizados para a escolha foram o poder aquisitivo do bairro e a forma de habitação predominante para tais áreas. O bairro de Nossa Senhora das Graças e Adrianópolis são bairros com concentração de moradias verticais e casas de alto padrão. E o bairro Morro da Liberdade é um bairro em sua maior parte horizontal, não possuindo prédios com gabarito superior a quatro andares. Predomina residência de população de baixo poder aquisitivo e foi formado por processo espontâneo, localmente conhecido como invasão.

Sendo assim, o que se pôde constatar é que a mobilidade urbana por viagens a pé, seja ela para pessoas aptas fisicamente ou não, é um desafio diário. A presença de degraus, lixo, placas de sinalização, abandono do local, ocupação das calçadas pelo comércio e estacionamento para veículos são os principais e mais graves obstáculos encontrados. Um pequeno percentual da amostra coletada possui calçadas condizentes com as leis, e foram encontradas em frente aos shoppings e agências bancárias existentes no percurso. Porém, não existe uma continuidade para além dos limites dos terrenos dessas instituições.

Desta forma, todos os bairros pesquisados, tanto em seu perímetro como em suas ruas interiores foram classificados em na

média geral em NS do tipo “F”, o que quer dizer que as calçadas estudadas apresentam deficiências sérias quantos aos quesitos qualidade e segurança, além de em muitos casos serem inexistentes. A figura 1 tem o propósito de localizar as áreas de estudo na cidade e no município de Manaus, Amazonas.



**Figura 1.** Localização da área de estudo. Organizado por: Lupuna C. de Souza, 2016.

Mesmo os bairros de classe média e média alta como Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças, os quais poderiam ser distintos dos demais pelo alto padrão moradias, no que diz respeito à condição física de suas calçadas, em nada se difere do bairro Morro da Liberdade.

No Bairro N. Sra. Das Graças, foram percorridas as calçadas das avenidas Djalma Batista, Darcy Vargas e Maceió até às proximidades do centro social do idoso. Em todo o percurso foram encontrados muitos obstáculos. Um usuário de cadeira de rodas não consegue realizá-lo sobre as calçadas.



**Figura 2.** Av. Djalma Batista – Bairro N. Sra das Graças. Organizado por: Lupuna C. de Souza, 2016.

Na figura 2, este bairro apresenta uma peculiaridade, pois neste trecho da Av. Djalma Batista o trânsito é intenso, além de ser local de grandes empreendimentos comerciais. Fato este que garante o acesso aos empreendimentos locais com qualidade no que diz respeito à circulação de pedestre. Porém, o que não há, é uma continuidade desses serviços para além das fronteiras dos empreendimentos. Sendo assim, não isenta o bairro ter sido classificado na média geral do tipo “F”. No que diz respeito ao trânsito de veículos para a entrada desses estabelecimentos o motorista, tanto de transporte coletivo como de transporte individual, necessita de atenção dobrada, pois o fluxo de pedestres é grande, as calçadas que não pertencem aos estabelecimentos comerciais, são estreitas, apresentando lixo, má conservação, dentre outros aspectos que comprometem a segurança na ação de caminhar.



**Figura 3.** Rua Marciano Armond – Bairro Adrianópolis. Organizado por: Lupuna C. de Souza, 2016.

A Rua Marciano Armond, como mostrada na figura 3. Apresenta estabelecimentos comerciais e também órgãos governamentais, porém, nem com a presença desse órgão público inibi a apropriação indevida das calçadas do local. Em toda sua extensão, não é possível caminhar com segurança. Pois as calçadas não permitem por estarem quebradas, com presença de degraus, ou mesmo com canteiros para plantas. A evidência da falta de fiscalização pelos órgãos competentes fica ainda mais evidente, quando das entradas dos órgãos que ali estão situados.



**Figura 4.** Rua São Benedito e Henry Levy – Bairro Morro da Liberdade. Organizado por: Lupuna C. de Souza, 2016.

Para os bairros mais populares como é o caso do bairro Morro da Liberdade a situação é ainda mais grave. A inexistência de calçadas se apresenta por várias ruas do bairro, figura 4. Deixando o pedestre sem opção, a não ser a de dividir o espaço com os veículos que transitam pelo local.

Os Trechos analisados estão situados em lugares de bastante movimento, principalmente em horários de picos.

O resultado final da análise das calçadas nos bairros analisados está exposto na Tabela 1, representada abaixo em Níveis de Qualidade de Serviço, resultando em sua maioria tipo “F” e mostrando de maneira clara o predomínio de leis que favorecem os automóveis como principais atores da circulação na cidade. Os aspectos avaliados estão expostos na Tabela 1.

Considerando os aspectos expostos, é possível listar algumas das possíveis causas pelas quais a cidade de Manaus apresenta tais resultados:

- Ausência do Estado enquanto regulador e fiscalizador das leis vigentes no que diz respeito à acessibilidade e mobilidade urbana;
- Falta de políticas públicas eficazes que garantam a construção e manutenção das calçadas pelos moradores da cidade, já que cabe a eles a responsabilidade de construir e manter as mesmas;
- Falta de participação ativa da sociedade junto aos órgãos responsáveis no sentido de exigir melhorias na

qualidade da mobilidade urbana, seja ela para pessoas portadoras de necessidades especiais ou não;

- Falta de prioridade e seriedade com a ação de caminhar pela cidade com qualidade e segurança.

Com isso, torna-se oportuno ressaltar que a melhoria da qualidade na mobilidade e acessibilidade urbana, além de ser um dever do Estado é também dever e obrigação daqueles que necessitam se deslocar pela cidade.

RESULTADOS DE ACORDO COM A METODOLOGIA - MACRO-NÍVEL DE SERVIÇO - SARKAR 2005				
NÍVEIS DE SERVIÇOS	BAIRROS	ADRIANÓPOLIS	IN SRA DAS GRAÇAS	IM. DA LIBERDADE
PEDESTRES	Não tem espaços separados	D	D	F
	Não tem semáforos com tempos exclusivos	F	F	F
	Não tem canalizações nas interseções	F	F	F
BICICLETAS	Não tem espaços separados	F	F	F
	Comportamento indefinido dos ciclistas nas interseções	F	F	F
	Usam as vias, nas interseções, juntamente com outros veículos	F	F	F
TRANSPORTE COLETIVO	Não existe faixa exclusiva. Compartilham os espaços com os automóveis.	F	F	F
	Compartilham os mesmos semáforos com os automóveis	F	F	F
	Possuem canalizações separadas nas interseções	F	F	F
AUTOMÓVEIS	Tem faixas exclusivas	F	F	F
	Possuem seus próprios semáforos	F	F	F
	Possuem canalizações separadas nas interseções	F	F	F

**Tabela 1.** Resultado do Nível da Qualidade de Serviço para as Calçadas de Manaus.  
Organizado por: Lupuna C. De Souza, 2016

## Considerações finais

Nesta pesquisa foram analisadas calçadas de três bairros da cidade de Manaus, a partir da metodologia descrita por Sarkar (1995). Os procedimentos indicados pela metodologia foram aplicados e como resultado, pôde-se confirmar a existência de barreiras arquitetônicas nas calçadas quando da existência das mesmas. Além do total descaso das autoridades competentes no que diz respeito ao cumprimento das leis que asseguram não somente a qualidade das calçadas, mas também a acessibilidade à cidade aos portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida. O comprometimento do deslocamento com segurança seja ele realizado por cidadãos fisicamente aptos ou não.

As principais barreiras encontradas são constituídas por degraus, placas de sinalização implantadas sem o devido estudo do

local, inadequação dos mobiliários e equipamentos urbanos que não atendem à legislação.

Cabe, portanto, aos órgãos competentes, mais atenção à legislação, a fim de se fazer cumprir os direitos dos cidadãos e à sociedade, participação ativa em movimentos que tragam não só seus direitos como foco de participação, mas também os deveres enquanto moradores da cidade. Para isto, é preciso políticas públicas de conscientização e participação social, além de informação de qualidade aos profissionais responsáveis pela “organização” da cidade, como os arquitetos e engenheiros. Tudo isso, deve ser feito por um planejamento bem elaborado incluindo todas as esferas participativas, do cidadão aos órgãos responsáveis pela manutenção e fiscalização das calçadas.

Acredita-se que os resultados aqui expostos atingiram seu objetivo inicialmente proposto, a partir do qual se sugere novas pesquisas que envolvam avaliação da qualidade dos espaços urbanos. Neste sentido, esta pesquisa veio contribuir, sendo ponta pé inicial para novos estudos em outras escalas.

## **Referências**

AGUIAR, Fabíola de Oliveira. Análise de Métodos para Avaliação da Qualidade de Calçadas. Dissertação de mestrado em engenharia urbana. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. UFSCar, São Carlos, 2003.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2004.

BITTENCOURT, Ana L. Costa; SOUZA, Sandra Maria Vasconcelos de; MIRANDA, Vania Marisa Dias de. Acessibilidade em Calçadas: modelo para verificação em projetos básicos de editais de obras e serviços de engenharia pelos tribunais de contas. Monografia (curso de especialização em auditoria de obras públicas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5296 de 02 de dezembro de 2004. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm) Acesso em: 01 jul. 2014.

CYBIS, Helena B. B; RIBEIRO, J. L. D; LARRAÑAGA, Ana M. Fatores que afetam as decisões individuais de realizar viagens a pé: estudos qualitativos. *Transportes*, 2009. v. XVII, n. 2. p.16-26.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000-2010*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 01 jul. 2014.

Journal of the Eastern Asia Society for Transportation Studies. *Method To Determine Pedestrian Level-Of-Service For Crosswalks At Urban Intersections*. Volume 6, 2005. p. 127 – 136.

Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana (SeMOB). Lei 12.587, 2012.

MINAYO, M. C. S. et al. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1):7-18, 2000. São Paulo: Humanistas/Imprensa Oficial, 2000.

*Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus (PDUAM)*. Disponível em: <<http://planodiretor.manaus.am.gov.br/>> Acesso em: 01 jul. 2014.

SARKAR, S. Determination of Service Level for Pedestrians, with European Exemples. *Transportation Research Record*, n.1405, p.35-42., 1993.

\_\_\_\_\_. Evaluation of Different Types of Pedestrian-Vehicle Separations. *Transportation Research Record*, n. 1502, p. 105-118. 1995(b).

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. *Políticas de Transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente*. Manole, Barueri, São Paulo, 2013.



## **A formação do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS/LIBRAS) no estado do Amazonas e no município de Tabatinga**

*Maria Francisca Nunes de Souza<sup>1</sup>*

### **Introdução**

A Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS é a língua dos surdos brasileiros. De acordo com a visão socioantropológica, os surdos desenvolvem experiências visuais com seus pares e com os ouvintes fluentes em LIBRAS. Essa língua visual espacial é o meio de comunicação e expressão dos surdos, ela tem gramática e status linguístico como as demais línguas. Sendo assim, a LIBRAS permite aos surdos à construção da identidade e a cultura surda (BRASIL, 2002).

Neste contexto, a garantia dos direitos das pessoas surdas, inclusive os educacionais, por meio de uma formação cidadã, possibilita a participação politizada e proativa nos espaços sociais nos quais estão inseridos.

A necessidade da presença do profissional tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS) se dá em todos os âmbitos nacionais, regionais, urbanos e segmentos públicos sociais e é essencial para romper com as barreiras de acessibilidade na comunicação, extrapolando inclusive, o espaço nacional. Nesta configuração social insere-se a relevância da participação da figura do novo especialista, o profissional tradutor e intérprete de língua de sinais e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - Português. Ele tem a função de intermediar a comunicação entre surdos e seus pares e ouvintes e vice e versa.

Sendo assim, a formação de Tradutores e intérpretes de LIBRAS - Português perpassa a máxima da educação inclusiva dos indivíduos surdos, e por isso há a necessidade de promover ações no contexto escolar como: Libras na matriz curricular do sistema

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo PPGE/UFAM-Manaus. Professora Assistente da UFAM/Benjamin Constant.

escolar; professores de LIBRAS, professores surdos, instrutores surdos, ensino de português para surdos; e o Intérprete Tradutor de LIBRAS - Português. Esses elementos são necessários como aporte para a possível formação cidadã do surdo. Nesse sentido, surgiu o seguinte questionamento: Será que existe formação dos profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS em Tabatinga, no Amazonas, conforme o documento orientador para o Brasil, Decreto Federal Nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 que Regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e a Lei Federal 10.098 de 19 de dezembro de 2000?.

Para atender à questão em evidência, teve-se como objetivo geral: Analisar se existe a oferta da formação dos profissionais tradutores e intérpretes de LIBRAS em Tabatinga, no Amazonas, conforme o Decreto 5626/2005, foram definidos os objetivos específicos deste estudo, dos quais se menciona: Caracterizar os principais documentos sobre a formação dos TILS/LIBRAS nacionais, estaduais e municipais. Identificar a formação de TILS/LIBRAS no município de Tabatinga. Logo, a investigação desta problemática se torna importante na medida em que contribuirá com estudos sobre a demanda de surdos, quais os profissionais para atender à necessidade e se tem formação nesta área para sanar as carências sociais de acessibilidade e participação do surdo nas variadas esferas sociais.

O trabalho foi embasado na pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica ou exploratória é considerada uma pesquisa porque ela implica em leituras críticas sobre o assunto a ser estudado (OLIVEIRA, 2008). Os principais autores que foram utilizados nessa etapa da pesquisa e que serviram de pressupostos teóricos foram Quadros (2004), sobre o tradutor e o intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Souza e Matos (2015) relativo às bases legais para a educação bilíngue dos educandos surdos no município de Benjamin Constant-AM; Anater (2010) sobre o tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, sua história, experiências e caminhos de formação; Gesser (2009), relativo à provocação da desconstrução de crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda; Lacerda e Bernadino (2014) tratando o papel do

intérprete de língua de sinais nas etapas de escolarização; Rodrigues (2018) que apresenta um panorama sobre as universidades brasileiras que ofertam os cursos de bacharel em intérpretes e tradutores em Libras Português e cursos de Licenciatura em Letras /LIBRAS. O estudo da obra desses autores foi relevante para construção e reconstrução deste trabalho.

Já a técnica da análise documental trata de obtenção de informações de forma indireta, ou seja, não através de pessoas, mas de documentos pessoais ou institucionais. As principais fontes primárias documentais analisadas foram o Decreto 5626/2005, a Lei 10.436/2002 a Lei 12.319/2010, o Decreto 7.612/11 que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência-Plano viver sem limite e o Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas de 2015. Resolução 138/2012 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, O Plano Municipal de Educação de Tabatinga de 2015, A proposta Pedagógica e Curricular- Educação Especial e Inclusão do ano de 2017.

Foi realizada uma pequena análise demográfica da população com deficiência auditiva em 3 municípios do interior do Estado do Amazonas, Tabatinga, Benjamin Constant e Coari.

### **A formação do tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais (TILS/LIBRAS) no nível nacional**

No Brasil, a formação dos profissionais Tradutores e intérpretes de Língua brasileira de Sinais-TILS/LIBRAS, se originou de forma empírica, ou seja, eles intermediavam a comunicação entre surdos e ouvintes familiares, amigos, nos eventos religiosos e outros. Este cenário corresponde com as primeiras atuações dos Intérpretes de LIBRAS sob uma configuração similar a dos países como a Suécia e Estados Unidos, visto que, a trajetória do profissional Tradutor e intérprete foi constituída, a partir da experiência prática na atuação, em situações com familiares e religiosas nesses países (QUADROS, 2004). “A história da formação do TILS no Brasil vem se dando de maneira informal, frequentemente ofertada pelas organizações religiosas [...]”. (KOTAKI, LACERDA,2013, p. 206)

No século XX, por meados da década de 1980, com a redemocratização do Brasil, e com a mobilização dos movimentos sociais e principalmente, o movimento surdo em prol do multiculturalismo, houve a valorização da diversidade de culturas existentes, e no contexto brasileiro em detrimento do monoculturalismo. Neste cenário floresce o protagonismo do movimento surdo que luta pelo direito ao reconhecimento como minoria linguística. No caso dos surdos brasileiros, inclusão dos surdos na sociedade maior, a cultura surda e educação de surdos, a língua própria, LIBRAS, direito de uso de TILS nos eventos para o acesso ao conteúdo e as informações em âmbitos até internacionais.

Embora alguns direitos tivessem sido conquistados naquela época, por outro lado, em relação ao reconhecimento do profissional TILS, a sua formação ainda estava atrelada à informalidade com cursos básicos na instituição religiosa, uma vez que, a trajetória da identidade profissional foi construída a partir da prática da convivência com os surdos.

No ano de 1988, a Federação Nacional de Surdos - FENEIS com o foco na integração dos surdos na sociedade revelou-se apoiadora dos profissionais intérpretes ao promover um espaço como Departamento de profissionais, TILS e também na promoção do I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais. Outro evento relevante promovido pela Feneis foi o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais em (1993). No ano seguinte (1994) começam encontros a níveis regionais e municipais, tendo como pauta a formação desta categoria (QUADROS 2004).

Estes eventos fomentaram a relevância de políticas para a formação dos TLIS, lembrando que até as décadas de 80 e 90, isso se deu a passos lentos e informais. Apesar das reivindicações feitas pelo movimento surdo, familiares e instituições, nenhuma ação ou programa de formação foi instituído no País. Conforme Gesser (2009, p. 47) “No Brasil, ainda não há uma tradição na profissão ou formação específica para esses profissionais, da mesma forma que há para intérpretes de línguas orais de prestígio como [...] língua Francesa e inglesa”.

Vale ressaltar que o Brasil participou no ano de 2001, em Montevideu do encontro Internacional na América Latina, com o tema: a formação do intérprete de Língua de Sinais. Este evento foi um marco nas reivindicações registradas em documento chamado, Resolução de Montevideu (QUADROS, 2004). Neste documento, alavancou-se a necessidade do reconhecimento profissional do Intérprete de Língua de Sinais e a criação e formalização de programas de formação com estudos sistemáticos desta categoria.

Neste leque de discussões com profissionais surdos, profissionais TILS, movimentos surdos, pesquisadores, familiares reivindicando os direitos a educação dos surdos bilíngue, reconhecimento da língua, LIBRAS, cultura, formação de intérpretes e reconhecimento da profissão. Tendo isto posto, conquistou-se, no Brasil, o Decreto 5626/2005, conhecido como a Lei de LIBRAS. Este documento orientador da organicidade, da oferta da educação dos surdos destacava pela primeira vez sobre a formação dos Tradutores e intérpretes de LIBRAS em seu capítulo V.

O documento jurídico, Decreto Federal 5626/05, sanciona acerca da formação dos Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, que deve ser ofertada em curso superior Letras/Libras, com ênfase na formação do TILS em Libras e Língua Portuguesa. Também normativa que após a publicação do Decreto no país, no decorrer dos dez anos, deverá fomentar a formação de Tradutores e Intérpretes de Libras, em nível médio, com cursos ofertados pelas instituições, cursos de educação profissional, extensão universitária, cursos de formação continuada, ofertados por IES e Secretarias autorizadas por secretarias de educação. Salienta-se ainda, que a autorização desses cursos deve ser promovida por organizações da sociedade civil, representantes das comunidades surdas.

Por outro lado, no mesmo documento, permite espaço para a atuação do profissional ouvinte, com habilidades e fluência para realizar a tradução LIBRAS-Português de forma simultânea e consecutiva, e com certificação do exame de proficiência na área. Este certificado é emitido pelo Ministério da Educação para atuação em instituições do Ensino Médio e Superior. Preconiza que o

profissional ouvinte com nível médio, desde que esteja munido do certificado de proficiência, poderá atuar no Ensino Fundamental, bem como estabelece que o profissional surdo, poderá atuar como intérprete de Língua de Sinais desde que apresente documento comprobatório de aprovação no exame de proficiência-PROLIBRAS de competência e habilidade para interpretar línguas de sinais de outros países para Libras.

Dessa forma, o Decreto 5626/2005 foi um marco para a profissão dos Tradutores e intérpretes de LIBRAS-Português, pois este Decreto contempla a regulamentação da Lei 10.436/2002 que oficializa a Libras como o meio de expressão e comunicação da comunidade surda brasileira, além de conceber o surdo na visão antropológica como uma pessoa que interage e produz conhecimento pelas experiências visuais com seus pares na comunidade e cultura surda. Além disso, o referido documento apresenta a oferta e organização para a educação de surdos. Outro ponto em destaque neste texto jurídico, é a reafirmação da Lei da acessibilidade 10.098/2000, a qual trata sobre o poder público que implementará a formação de intérpretes de Língua de Sinais (art. 18) e das rupturas de barreiras de comunicação para a inclusão dos surdos em todos os seguimentos sociais públicos e privados reestabelecidos no Decreto Federal 7612/2011. Este instrumento legal enfatiza a importância da acessibilidade pela participação dos surdos nos ambientes de discussão por meio da Libras, e para tanto, a necessidade de Tradutores e intérpretes de LIBRAS e Português com devida formação, para assim assegurar a inclusão qualificada dos surdos na vida social.

Logo com a oficialização da LIBRAS, a valorização da formação do profissional Tradutor e intérprete de LIBRAS -Português com o Decreto 5626/05 contribuiu para a desconstrução do olhar benevolente, caridoso e informal desta categoria para um olhar legalmente reconhecido da profissão do profissional Tradutor e Intérprete de LIBRAS-Português com a sanção da Lei 12.319 /2010. Esta lei estabelece a regulação do exercício da profissão, da formação e atribuições desta categoria. Também endossa sobre o Tradutor e intérprete que poderá “realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2011, art. 2º)

Em consonância a FEBRAPILS (2014) ratifica que o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais é o profissional: “que traduz e/ou interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentar”. Quadros (2004, p. 11) vem corroborar sobre o TILS: “Tradutor-intérprete de língua de sinais - Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita)”.

Portanto, a existência de profissionais TILS nas escolas é um dos elementos essenciais para a inclusão dos surdos na sociedade como sujeitos proativos e produtivos. Por isso, a formação dos Tradutores e intérpretes de LIBRAS-português se faz urgente para destruir as barreiras que porventura impeçam a acessibilidade na comunicação e informação do sujeito surdo. Neste cenário, é fundamental o profissional TILS como o intermediador na comunicação entre sujeitos surdos e ouvintes e vice e versa. Sendo relevante frisar que esta comunicação não pode ser feita de qualquer forma e/ou com ruídos comunicacionais que possam causar prejuízos para ambas as partes. Dessa forma, esse profissional deve estar munido com uma formação na área que o faça apresentar competência tradutória na LIBRAS e na Língua Portuguesa bem como dos estudos linguísticos, da cultura e da comunidade surda (RODRIGUES, 2018).

Em suma, o profissional TILS iniciou a vida profissional a partir da experiência prática na igreja e na família, somente mudou essa configuração com a formação estabelecida com o Decreto Federal 5626/05 e o reconhecimento da profissão no ano de 2010 com a Lei Federal 12.319/2010 especificando a formação em TILS/LIBRAS como a ofertada segundo a legislação. Este fato não ocorreu diferente na região norte, especialmente no Estado do Amazonas, como será descrito posteriormente.

## **A formação dos TILS/LIBRAS em Tabatinga estado do Amazonas**

No contexto brasileiro, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a estimativa de pessoas surdas é de 3.683.544 (três milhões e seiscentos e oitenta e três mil e

quinhentos e quarenta e quatro). O IBGE ainda define os surdos de acordo com a visão clínica que considera a surdez como deficiência, pois a classifica com a nomenclatura de deficiência auditiva: Não conseguem de modo algum ouvir (560.578 pessoas); Grande dificuldade (677.800 pessoas); e alguma dificuldade (3.005.744 pessoas).

Com relação ao número da população dos surdos, bem como a presença do profissional Tradutor e Intérprete de Libras-português nas propagandas das eleições presidenciais (BRASIL, 2015), foi constatado uma nova visibilidade sobre o tema na edição do programa Fantástico no ano de 2019. Parafrazeando o Fantástico, existem no Brasil, aproximadamente de 9,7 milhões de pessoas surdas, o dobro do registrado pelas estatísticas oficiais. Também retratou a importância da população surda no acesso às informações e aos conhecimentos em Libras, por meio de mediador profissional Tradutor e intérprete de Libras, tanto nas escolas como em todos os ambientes da sociedade, como na imprensa televisiva.

O Estado do Amazonas possui uma estimativa da população de surdos de 67.253 pessoas. (IBGE, 2010). Conforme os dados levantados do IBGE (2019), a capital Manaus /AM conta com 48,9% dos surdos, e os 62 municípios do interior compõem os demais 51,1% da população surda. Apesar do Estado do Amazonas desde a década de 1970 mencionar o registro de surdos no sistema escolar tanto municipal como estadual, evidenciou-se que algumas ações foram realizadas para a educação de surdo, como a oferta de Tradutores e intérpretes de Libras, guias intérpretes para surdos cegos, a criação da escola Augusto Carneiro para surdos, somente na década de 1980. Esta foi uma parceria entre o MEC /SEESP e o Centro Educacional Especial Mayara Abdel Azis que congregou no mesmo espaço o Centro de Atendimento ao Surdo com o propósito de orientar e capacitar professores da esfera do estado no atendimento de classes comuns baseada no modelo de educação inclusiva. (SOUZA, 2015)

A primeira formação foi oferecida no ano de 2006, por força do Decreto 5626/05, foi o Curso de Letras/LIBRAS com habilitação em Língua de Sinais, na modalidade de educação à distância-EAD. Este curso foi realizado em parceria com as instituições como:

a Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Universidade Aberta do Brasil - UAB, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC, com a participação de 55 acadêmicos. Entre eles, 34 eram alunos surdos e os demais ouvintes. (SCANTBELRUY, 2010)

Por outro lado, ressalta-se que, entre o período de 2006 até 2011, foram realizadas no Estado do Amazonas, na cidade de Manaus, seis edições do PROLIBRAS com o propósito de certificar Tradutores e intérpretes para atuar no Ensino Superior e Médio. Nos períodos supracitados, foram registradas as inscrições de 177 candidatos, destes 17 foram aprovados. Dos candidatos aprovados se evidenciou que três possuem nível superior em Letras/LIBRAS. (ARRUDA, 2015).

Souza (2015) corrobora ao afirmar que no ano de 2014, a Universidade Federal do Amazonas/Manaus implementa a inauguração do Curso de Graduação, na modalidade presencial, em Letras/LIBRAS para atender à necessidade da formação de professores para atuar no ensino dos surdos numa visão bilíngue. Este curso tem a finalidade formar profissionais “capazes de ter o domínio do uso da língua de Sinais ou das línguas que sejam objeto de seus estudos em termos de sua estrutura e manifestações culturais”. (ARRUDA, 2015, p.48 *apud* PPP, 2013).

No ano de 2016, de acordo com o Edital 04/COPERV/2016, foi realizada a oferta de processo seletivo para a Licenciatura em Letras/LIBRAS (30 vagas) e o Bacharelado em Letras LIBRAS realizado no Polo de Manaus, no IFAM (Instituto Federal do Amazonas) campus Manaus Distrito Industrial.

Como foi identificado anteriormente, 51,1% das pessoas surdas estão distribuídas nos 62 municípios do interior do Amazonas. Porém, até então não existem em quantidade suficiente tradutores e intérpretes para suprir a necessidade dos surdos que vivem nos 61 municípios existentes no Estado do Amazonas (ARRUDA, 2015). No que se refere à formação de Tradutores e Intérpretes de Libras nos municípios do Interior do Amazonas, delimitou-se a pesquisa nos seguintes municípios: Tabatinga, Benjamin Constant e Coari. De acordo com o estudo do IBGE (2020), consta a estimativa no muni-

cípio de Tabatinga de uma população de 65,844 habitantes, dentre eles constatou-se que 879 são surdos, subdivididos em quem não consegue ouvir nada 21, grande dificuldade 122 e alguma dificuldade de 746. Quanto ao município de Coari, este possui uma população de 85.097 pessoas, com relação aos surdos mostra a população de 1.237, distribuída em: Não consegue de modo algum ouvir oito (8); grande dificuldade são duzentos e cinquenta e cinco ( 255) e alguma dificuldade novecentos e setenta e quatro (974). Já Benjamin Constant tem uma população de 42.984 (2019), no que tange às pessoas surdas, totalizam 568 e estão assim constituídas: Não conseguem de modo algum são 15 pessoas; grande dificuldade são 72 e com alguma dificuldade 481.

Apesar do cenário acima mostrar que Benjamin Constant possui pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva, evidenciou-se, conforme o Edital N° 006/2018, por meio do - DAC /CETAM – Centro de Educação Tecnológico do Amazonas a oferta do curso Técnico, (em andamento), Técnico em Tradução e interpretação em Libras com a carga horária de mil e duzentas (1.200 horas), que não foi beneficiado.

Este curso de acordo com o Edital citado contemplou 6 municípios do interior do Amazonas: Tabatinga (40 vagas), Coari (40), Tefé (40), Jutai (40), Iranduba (40) e Itacoatiara (40). Este curso está em consonância com o Decreto 5626/05 no cap. V. art. 18, inc. o qual sinaliza que a formação dos tradutores para atuarem em nível médio será oferecida em cursos de educação profissional. Vale ressaltar que o curso tinha a previsão para iniciar em julho de 2018, mas não ocorreu e de acordo com as informações obtidas na Secretaria, a instituição teve dificuldade em contratar professores, tradutores e intérpretes formadores na área. Posto isto, o curso teve início somente em maio de 2019.

## **Conclusão**

O trabalho em tela evidenciou que a construção da trajetória profissional do Tradutor e intérprete de Libras- português iniciou-se no Brasil pela prática, ou seja, pela necessidade da comunicação dos surdos com seus familiares e pela participação nos eventos

religiosos. Essa interpretação ocorreu de forma voluntária e construída pela experiência da convivência com os surdos.

No Brasil, a formação do profissional tradutor e intérprete foi registrada legalmente somente no ano de 2005, com o Decreto 5626/05 em seu capítulo V que orienta sobre a formação formal do Intérprete e tradutor de Libras e Língua Portuguesa, bem como foi determinante para a aprovação da Lei 12.319/10 que sanciona o reconhecimento deste profissional no mercado de trabalho. Estes documentos jurídicos foram divisores de água para que ações em prol da formação de caráter formal nas universidades brasileiras fossem viabilizadas.

Neste viés de seguir as orientações exigidas pelo documento orientador concernente à formação de professores e intérpretes e tradutores de Libras foram disponibilizados em Manaus cursos presenciais e a distância para a formação de professores e tradutores e intérpretes de LIBRAS. Embora esta oferta na sede do Amazonas seja ainda insuficiente para suprir a necessidade dos intérpretes de Libras tanto em Manaus como nos 61 municípios do Amazonas.

Quanto à formação dos TILS/LIBRAS no município de Tabatinga, detectou-se o primeiro curso técnico de tradutores e intérpretes de Língua de Sinais brasileira. Embora se acredite que é necessário no Interior a fomentação da criação de cursos presenciais e/ou na modalidade EAD em bacharelado e/ou licenciatura para atender a necessidade de Tabatinga que é um dos dez municípios que fazem parte do Alto Solimões do Estado do Amazonas com necessidade de formação específica nessa área.

## **Referências**

ANATER, Gisele Iandra Passini. Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais: História, Experiências e caminhos de formação. IN: Cadernos de Tradução. Florianópolis. Santa Catarina. Brasil. V. 2. N.26, ISSN 2175-7968, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/login>>. Acesso em: Vinte e dois de Maio de 2020.

ARRUDA, Débora Teixeira. O uso de ambiente virtual de ensino aprendizagem na mediação das práticas pedagógicas inclusivas: contribuições para a disciplina língua brasileira de sinais – Libras.

Dissertação apresentada no Mestrado em Educação/PPGE, na Universidade Federal do Amazonas.

BRASIL, Decreto Nº 5626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e o artigo 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: Dezenove de Maio de 2020.

BRASIL, Lei12.319 de 1º de Setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Libras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm)>. Acesso em: Dezenove de Maio de 2020.

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm)>. Acesso em: Dez de Junho de 2020.

BRASIL, Decreto 7612 de 17 de novembro de 2011.Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência-Plano viver sem limites. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: Dez de Junho de 2020.

FANTÁSTICO, PROJETO LIBRAS. São Paulo.Rede Globo.4 de novembro,2018. Programa de TV. Disponível em: < [https://globoplay.globo.com/fantastico/p/814/Eleições\\_dão\\_maior\\_visibilidade\\_à\\_língua\\_de\\_sinais](https://globoplay.globo.com/fantastico/p/814/Eleições_dão_maior_visibilidade_à_língua_de_sinais)>. Acesso em: Dez de novembro de 2018.

FEBRAPILS, Codigo de conduta e etica. Federação Brasileira das Associações de Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais,2014. Disponível em: <http://febrapils.org.br/>. Acesso em: Vinte e seis de maio de 2020.

GESSER, Audrei. LIBRAS? que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábolas, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)>. Acesso: Dez de Junho de 2020.

KOTAKI, Cristiane Satiko. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de LIBRAS no contexto da escola inclusiva: Focalizando sua atuação na segunda etapa de ensino fundamental. IN: LACERDA, Broglia Feitosa de. SANTOS, Lara Ferreira dos Santos. Tenho um aluno surdo, e agora? introdução à LIBRAS e educação de surdos. Edufscar. São Carlos/SP, 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. BERNADINO, Bruna Mendes. O papel do intérprete de língua de sinais nas etapas de escolarização. LODI, Claudia B.

LACERDA, Cristina B.F de Lacerda. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Mediação, 2014.

MANAUS, Resolução 138/2012. Estabelece normas regulamentares para a oferta da Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas. Conselho Estadual do Amazonas. Disponível em: <[ww.cee.am.gov.br/?option=com\\_phocadownload&view=category&id=23:2012](http://ww.cee.am.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=23:2012)>. Acesso em: Oito de Junho de 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e o intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. SEESP/MEC, Brasília, 2004.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Formação de intérpretes e tradutores de Língua de sinais nas universidades federais brasileiras: Constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. Porto Alegre/RS. Revista Translato. ISSN 22364013, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/translato/article/view/79144>>. Acesso em: Três de Junho. de 2020.

SOUZA, Maria Francisca Nunes de. Política de educação do surdo: Problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de Ensino de Benjamin Constant/AM. Dissertação apresentada no Mestrado em Educação/PPGE, na Universidade Federal do Amazonas. 2015.

TABATINGA, Secretária Municipal de Educação. Lei Nº 718 de 23 de Junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação -PME e

dá outras providências,2015.

TABATINGA, Secretária Municipal de Educação. Proposta Pedagógica Curricular. Educação Especial e Inclusão. Tabatinga, 2017.

# Educação Patrimonial na Ilha do Campeche diante da pandemia de Covid-19: perspectivas e resistências

Mariane Júlia dos Santos<sup>1</sup>  
Andreoara Deschamps Schmidt<sup>2</sup>

## Introdução

A Ilha do Campeche é um corpo insular costeiro, situado a leste do município de Florianópolis (IPHAN, 2019, p.5). Possui uma área total de 531.216 m<sup>2</sup>. É composta por formação vegetal de Mata Atlântica e circundada por costões rochosos que comportam expressivo acervo arqueológico contendo 10 sítios de representações rupestres<sup>3</sup> (COMERLATO, 2005), os quais totalizam 167 gravuras, destacando-se como a “maior concentração de gravuras rupestres e oficinas líticas de todo o litoral brasileiro” (IPHAN, 2014)<sup>4</sup>. Sua única praia, conhecida como Praia da Enseada, é arenosa, possuindo cerca de 400 metros de extensão<sup>5</sup> (MAZZER, 2001, p.8-9), abrigando um sítio histórico com remanescentes de Armação Baleeira<sup>6</sup> e oficinas líticas<sup>7</sup>.

---

1 Mestre em Educação pela UFSC.

2 Doutora em Geografia pela UFSC.

3 São assim denominados: Pedra Preta do Norte; Pedra Fincada; Saco do Rosa; Conforto; Saco da Fonte; Letreiro; Pedra Preta do Sul; Lageado; Ferro Elétrico e; Triste (COMERLATO, 2005).

4 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/257>>. Acesso em 09 dez.2020.

5 Essa informação varia entre 400 m e 500 m, a depender dos autores.

6 Trata-se de vestígios relacionados à atividade econômica ligada à caça às baleias, ocorrida entre o século XVIII até a primeira metade do século XX. A Ilha do Campeche serviu como ponto de apoio à Armação de Sant'Anna da Lagoinha, fundada em 1772, onde atualmente situa-se a Praia da Armação do Pântano do Sul, ao sul da Ilha de Santa Catarina, atual Florianópolis (UFSC, 2015, p.47).

7 “As oficinas líticas caracterizam-se como locais de trabalho específico onde era finalizado o polimento dos artefatos de populações pré-coloniais. A bibliografia arqueológica aponta a existência destes tipos de sítios relacionando-os ao preparo de machados polidos e outros possíveis utensílios em pedra ou osso, à preparação de embarcações, a sistemas de marcação na paisagem, associados com sítios de representação rupestre, a proximidade de bons locais de pesca” (COMERLATO, 2015, p.185. Cadernos do LEPA-ARQ Vol. XII | n°23 | 2015).

Figura1: Vista aérea de parte da Ilha do Campeche, com destaque para a Praia da Enseada.



Fonte: Perfil da Ilha do Campeche no Facebook<sup>8</sup>.

A intensa ação antrópica, relacionada principalmente ao turismo desordenado levou a Ilha do Campeche a um estado alarmante de degradação de sua paisagem e sítios arqueológicos, resultando na publicação de sua proposta de tombamento, elaborada pela 11ª Superintendência do IPHAN, em 1998. Assim, foi dado início ao seu processo de patrimonialização, o que implicaria em sua proteção e salvaguarda. Conseqüentemente, em julho de 2000 foi homologado o “*tombamento do sítio arqueológico e paisagístico da Ilha do Campeche*” em nível nacional, por Portaria do Ministro da Cultura (BRASIL, 2000)<sup>9</sup>, de acordo com o Decreto Lei n. 25/1937. A partir daí, há a institucionalização do espaço e, conseqüentemente, a proteção e a Educação Patrimonial tornam-se prioridades (RÖPER, 1999 apud CHAMAS, 2008, p.1).

Por conseguinte, a visitação à Ilha do Campeche passou a ser controlada em seu contingente diário de turistas /visitantes a fim de promover sua preservação e proteção. Esse controle tornou-se função dos monitores, os quais são formados até hoje a partir de curso específico.<sup>10</sup> A atuação desses profissionais constitui-se em um

8 Disponível em: <<https://www.facebook.com/IlhaDoCampeche/photos/a.473989919293620.123929.473909412635004/1978951632130767/?type=3&theater>>. Acesso em 12 dez 2020.

9 Portaria n. 07, de 18 de julho de 2000. Declara o tombamento nacional do Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de julho de 2000. Seção 1, p.46.

10 O Curso de Formação de Monitores para a Ilha do Campeche foi, ao longo de 16 anos, uma atividade educativa executada pelo IPHAN, oferecida anualmente e gratuitamente, destinado a pessoas maiores de 16 anos. A partir do ano de 2018, o curso passou a ser

dos mecanismos de Educação Ambiental e Educação Patrimonial necessários á manutenção desse patrimônio arqueológico e paisagístico.

Segundo a definição de Loureiro (2004<sup>11</sup> apud MARGHOTI, 2008, p.40), a Educação Ambiental constitui-se em uma prática educativa e social, objetivando a construção de valores, conceitos e atitudes que visem um melhor entendimento da realidade. Desse modo, constrói-se e implementa-se novos paradigmas, voltados para o desenvolvimento da consciência por parte dos seres humanos no que concerne uma vida saudável em harmonia com a natureza.

De acordo com Horta; Grumberg e Monteiro (1999, p. 4), Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

A Ilha do Campeche constitui-se em um complexo contexto de “disputas”, envolvendo diferentes agentes.<sup>12</sup> Os conflitos abrangem os usos deste espaço e as necessidades de proteção e salvaguarda pertinentes à sua condição de patrimônio cultural tombado.

Sua gestão patrimonial no que tange a visitação pública é definida pela Portaria IPHAN n. 691/2009<sup>13</sup>. Atualmente, este Patrimônio Nacional recebe em média 60.000 visitantes ao ano, os quais

realizado pelo Instituto Ilha do Campeche (IIC). Mais informações em: <<http://institutoilhadoampeche.blogspot.com/p/curso-de-formacao.html>> Acesso em 12 dez.2020.

11 A data desta citação se encontra incongruente na referida obra. Em Marghoti (2008, p. 40), encontra-se citado como: (LOUREIRO, 2004), entretanto, na lista de referências ao final da mesma dissertação a data da publicação consta como: (LOUREIRO, 2007).

12 Acompeche (Associação Couto de Magalhães de Preservação da Ilha do Campeche); Pesqueira Pioneira da Costa; prestadores de serviço de transporte á Ilha (APAAPS – Associação de Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul, embarcações da Barra da Lagoa e botes infláveis da praia do Campeche); grupo de monitores; turistas/visitantes; gestores públicos (IPHAN, MPF – Ministério Público Federal) e; órgãos públicos fiscalizadores.

13 Portaria IPHAN n.691/2009: Disponível em: < [https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-691-2009\\_217945.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-691-2009_217945.html)> Acesso em 18. Jan. 2021.

vêm em busca da paisagem, sítios arqueológicos e, principalmente, do turismo de sol e mar<sup>14</sup> (IIC, 2020<sup>15</sup>). A visitação está pautada no **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)**<sup>16</sup> com o Ministério Público Federal, IPHAN e cinco associações que possuem histórico com o patrimônio<sup>17</sup> em questão. Sua gestão está sob responsabilidade do Instituto Ilha do Campeche (ICC), fundado em 2008, com fins específicos para sua conservação.

O Programa de Visitação e Conservação da Ilha do Campeche é mantido pela visitação pública, que contempla a permanência de monitores credenciados pelo IPHAN, para monitorar e salvaguardar este bem cultural e ambiental.

## **A Educação Patrimonial do Projeto Escolas na Ilha do Campeche**

A Educação Patrimonial na Ilha do Campeche vai além da abordagem dos monitores<sup>18</sup> direcionada aos turistas. Ocorre também por meio do projeto denominado: “Escolas na Ilha do Campeche”, o qual foi idealizado pela 11ª Superintendência do IPHAN/SC, no ano de 2006. Foram responsáveis por sua autoria membros desta instituição, em especial, a arquiteta Cintia Chamas<sup>19</sup>, funcionária do IPHAN que se tornou encarregada pelo mencionado Projeto e atuou como gestora da Ilha do Campeche até 2018.

---

14 Esta é comumente a imagem atribuída à Ilha do Campeche pelas agências turísticas, sendo comercializada como “Caribe brasileiro”.

15 Dados atualizados do ICC – Instituto Ilha do Campeche.

16 Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/docs/tac-ilha-do-campeche-2019-2020.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

17 Associação Couto de Magalhães (ACOMPECHE); Instituto Ilha do Campeche (ICC); Associação das Empresas de Transporte Náutico da Barra da Lagoa (ATBL); Associação de Pescadores Artesanais da Praia do Campeche (APAAPS); Associação dos Barqueiros de Transporte da Praia do Campeche (ABTC) e; o Sr. Nabor dos Santos (proprietário do restaurante Bacalhau, localizado na Ilha do Campeche).

18 Trata-se da recepção aos turistas desde seu desembarque na Ilha, seguido de monitoramento na realização das trilhas que levam aos sítios arqueológicos rupestres. Esses profissionais realizam o papel de mediadores do patrimônio, praticando ações de Educação Patrimonial e Ambiental junto aos turistas e visitantes.

19 Cintia Aparecida Pereira Costa Chamas foi servidora pública da 11ª Superintendência do IPHAN até o ano de 2018. Atuou no processo de tombamento da Ilha do Campeche (1998), posteriormente tomando frente na gestão deste bem após sua patrimonialização. Foi idealizadora do Projeto Escolas na Ilha do Campeche. Sua dissertação de mestrado, intitulada “A Gestão de um Patrimônio Arqueológico e Paisagístico: Ilha do Campeche/SC” publicada em 2008 constitui-se em uma referência indispensável sobre o tema.

A ideia inicial visava beneficiar moradores dos bairros do sul de Florianópolis, principalmente idosos, os quais muitos nunca visitaram a Ilha do Campeche. Conforme o projeto foi sendo pensado e elaborado, optou-se por não se trabalhar com essa faixa etária, devido às complexidades envolvidas (SANTOS, 2018, p.75). Devido às intempéries burocráticas e carência de investimentos suficientes, o “Projeto Escolas” demorou a ter início e só ocorreu, de fato, a partir do projeto piloto instituído no ano de 2012.

As ações do “Projeto Escolas” são focadas essencialmente em crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar. Anualmente, turmas de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental de escolas da Rede Pública Municipal, localizadas no sul de Florianópolis<sup>20</sup> são contempladas por essa ação educacional. O Projeto Escolas na Ilha do Campeche integra o PPP - Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais participantes, na condição de ação interdisciplinar de apoio pedagógico.

De acordo com a página oficial do IPHAN (2017)<sup>21</sup>, o Projeto Escolas na Ilha do Campeche é composto por três etapas: palestra sobre a Ilha do Campeche; visita à Ilha; e elaboração de trabalhos (pelos alunos visitantes), os quais são voltados para o patrimônio cultural visitado. Santos (2018, p.78-79) em sua análise, divide o “Projeto Escolas” em 5 etapas:

A primeira delas se refere aos assuntos envolvendo a temática da Ilha do Campeche no momento em que os alunos são informados sobre a visitação. O segundo momento se constitui em palestra sobre a Ilha do Campeche a partir da utilização de material didático audiovisual (slides) a ser utilizado como ferramenta de ensino durante a realização das apresentações ministradas às turmas participantes. [...] O processo de visitação [...] se constitui, em sua terceira etapa, sendo o momento que se apresenta como mais emblemático e esperado [...] A execução dos trabalhos interdisciplinares desenvolvidos em sala de aula pelos alunos, tendo a Ilha do Campeche como eixo norteador e sendo orientados pelos docentes, constitui a quarta

---

20 Escola Básica Municipal Professora Dilma Lúcia dos Santos, localizada na SC-406, n. 6.050 no bairro Armação do Pântano do Sul. Nos últimos anos de “Projeto Escolas” foi também contemplada a Escola Básica Municipal Batista Pereira, localizada no bairro Ribeirão da Ilha, localizada na Rodovia Baldicero Filomeno, n. 3.000 – bairro Ribeirão da Ilha, Florianópolis – SC.

21 Para saber mais: <<http://portal.iphan.gov.br/agendaEventos/detalhes/382>>. Acesso em 02 dez.2020.

etapa do Projeto. A quinta e última consiste na apresentação dessas produções na escola durante a Mostra Pedagógica<sup>22</sup>.

Figura 2: Turma de alunos participantes do “Projeto Escolas” visitando a Ilha do Campeche acompanhados por monitor no ano de 2016



Fonte: Acervo da autora,<sup>23</sup> 2018.

Trazemos aqui uma breve descrição das etapas que compõem o Projeto Escolas na Ilha do Campeche, o qual consiste em tema central deste artigo, especialmente quanto às condições advindas da pandemia de Covid-19, que culminou na suspensão das aulas presenciais nas instituições de ensino e, conseqüentemente, em uma pausa no projeto.

Vamos então aos estágios do “Projeto Escolas” com ênfase no momento da visitação das turmas de alunos à Ilha do Campeche. Esta etapa consiste em visita monitorada a sítios arqueológicos e ao patrimônio cultural e ambiental da Ilha e arredores, de modo a promover a experimentação dos conhecimentos adquiridos nas fases iniciais do projeto.

A saída da escola rumo à ilha é programada para ocorrer antes do horário do início das aulas do período matutino.<sup>24</sup> Inicia-se pela caminhada com os alunos até a praia da Armação, incluindo algumas pausas a fim de identificação e reflexão acerca do patrimô-

22 A participação do “Projeto Escolas” na Mostra Pedagógica das instituições educacionais por ele contempladas é facultativa, sendo que não ocorreu nos anos de 2018 e 2019.

23 SANTOS, M. J., 2018.

24 Entre 07:30h e 08:00h

nio histórico – cultural, bem como aspectos ambientais encontrados no decorrer do trajeto. Nestes locais a explanação dos professores e monitores aos alunos abrange, sobretudo, a história local e regional.

Em seguida, dirigem-se ao trapiche da APAAPS<sup>25</sup>, onde embarcam com destino à Ilha do Campeche. A viagem dura cerca de 40 minutos. No desembarque, os alunos são orientados pelos monitores a respeito de como se portarem na Ilha, havendo então, uma importante abordagem educacional acerca do patrimônio cultural e paisagístico visitado, bem como, informações sobre a trilha que irão percorrer. A praia também pode ser apreciada e explorada pelos alunos, mediante orientação e observação dos monitores e docentes.

Os estudantes são geralmente distribuídos em dois grupos de aproximadamente 15 alunos, cada qual acompanhados por pelo menos 1 monitor e 1 professor. A trilha tem duração aproximada de 1h30min e percorre o interior da Ilha do Campeche até sua porção leste, transitando por sítios arqueológicos rupestres, pela Mata Atlântica, bem como por sua fauna e flora. Após sua realização acontece o momento da troca de experiências entre alunos, professores e monitores por meio de diálogo e indagações referentes aos novos conhecimentos e aprendizados adquiridos sobre a Ilha do Campeche e arredores.

Já ao final da manhã, os estudantes são alertados quanto a obrigatoriedade de não deixarem lixos no local. Então, despedem-se da Ilha do Campeche e retornam à escola.

Dando seguimento às etapas do “Projeto Escolas”, os alunos elaboram e apresentam relatório da visita à Ilha do Campeche. Posteriormente, realizam um trabalho interdisciplinar<sup>26</sup> com orientação e acompanhamento dos professores. Os temas escolhidos se referem, sobretudo, à ilha, aspectos históricos e ambientais locais e ao patrimônio arqueológico e paisagístico visitado. Ou seja, estão interligados aos aprendizados adquiridos, sobretudo, na etapa de visitação à Ilha do Campeche. Suas produções variam entre desenhos, esculturas, produções textuais, tais como, poesia ou peça teatral.

---

25 Associação dos Pescadores Artesanais da Armação do Pântano do Sul.

26 Que pode envolver duas ou mais disciplinas escolares a partir de um tema em comum.

Por meio do “Projeto Escolas” é possível uma experiência de ensino-aprendizagem diferenciada com o intuito de fortalecimento das relações afetivas desses sujeitos com a Ilha do Campeche, favorecendo o potencial multiplicador que eles podem ter como futuros agentes de preservação desse patrimônio cultural (IPHAN, 2017).

### **Contribuições do “Projeto Escolas”, expansão e perspectivas**

Dentre as contribuições deste Projeto, é possível citar: a minimização da sazonalidade na baixa temporada turística e equilíbrio quanto ao perfil dos visitantes, visto que há predominância de visitantes externos.<sup>27</sup> Estes dois fatores indicam a necessidade de distribuição da visitação ao longo do ano e de disseminação do envolvimento da comunidade local com a Ilha do Campeche, para que possam conhecê-la e se apropriarem deste bem na condição de cidadãos/cidadãs e multiplicadores das práticas de conservação desse patrimônio.

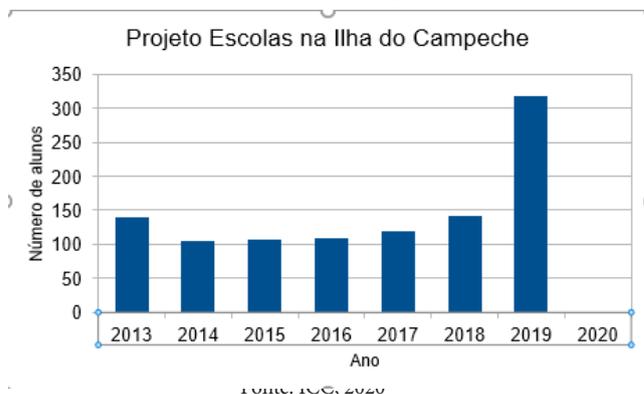
Entre os anos de 2012 e 2018 o Projeto Escolas na Ilha do Campeche foi mantido e executado pelo IPHAN. A partir de 2019 a realização e os aportes financeiros para sua manutenção ficaram a cargo do Instituto Ilha do Campeche, com recursos oriundos do Programa de Visitação e Conservação da Ilha do Campeche. Assim, já foram atendidos 1.021 alunos.

O gráfico abaixo demonstra o histórico do número de alunos atendidos pelo “Projeto Escolas” entre os anos de 2013 e 2019.

---

<sup>27</sup> Os turistas que visitam a Ilha do Campeche são, em maioria, de outras nacionalidades.

Gráfico 1. Sobre alunos beneficiados pelo “Projeto Escolas”



De acordo com o gráfico, é possível observar que no ano de 2019 ocorreu um aumento considerável de sujeitos atendidos pelo “Projeto Escolas na Ilha do Campeche”, na ordem de 220% nos beneficiados. Este mesmo ano apresentou um diferencial de exímia importância, que foi a realização de atendimento a dois grupos de povos originários da etnia Guarani, sendo 26 alunos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na disciplina de Antropologia Indígena e o segundo grupo composto por 30 (indígenas, provenientes de 10 aldeias distintas, localizadas no entorno da Região da Grande Florianópolis<sup>28</sup>

28 A Região Metropolitana da Grande Florianópolis – RMF, instituída pelo art. 1º da Lei Complementar n. 636, de 09 de setembro de 2014, é constituída pelos Municípios de: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Governador Celso Ramos.

Figura 3: Visita de povos originários Guarani em saída de campo no Patrimônio Nacional Ilha do Campeche, por meio do “Projeto Escolas”.



Fonte: Instituto Ilha do Campeche, 2019.

### **Considerações Finais**

A Educação Patrimonial é fundamental para que possamos formar cidadãos conhecedores da magnitude, finitude e importância de nosso patrimônio cultural e que, portanto, possam se tornar seus protetores. Para promovermos a proteção e preservação de um dado bem cultural é preciso que a população detentora desenvolva proximidade e identificação com o mesmo. Essa relação é permeada pela Educação Patrimonial em uma perspectiva de que os resultados das ações educacionais culminem na fruição das futuras gerações a esses mesmos bens culturais. Nessa concepção, quanto mais divulgado e quanto mais a temática for estudada e aprofundada, maiores são a chances de sua preservação para a posteridade.

O breve histórico do Projeto Escolas na Ilha do Campeche aqui apresentado, com ênfase em sua recente expansão, considerando também a suspensão de suas atividades em consequência das restrições advindas da atual pandemia, buscou demonstrar sua notoriedade na condição de provedor de uma aproximação das comunidades locais com a Ilha do Campeche.

As propostas de ampliação do “Projeto Escolas” perfazem a reflexão coletiva, necessária para se traçar os melhores caminhos e estratégias, de modo a resistirmos a essa fase de instabilidade polí-

tica e econômica que têm repercutido nacionalmente no âmbito do patrimônio cultural. Diante do referido cenário pandêmico, as autoras, ao dialogarem a respeito do histórico do “Projeto Escolas” e das possibilidades futuras decidiram pela escrita deste artigo. Desse diálogo surgiu a ideia de se projetar e, posteriormente, desenvolver um curso de capacitação para professores, voltado, sobretudo, para o preparo de profissionais da Rede Pública Municipal de Florianópolis a fim de obterem conhecimentos e desenvolverem habilidades necessárias para a abordagem de temas que envolvam o Patrimônio Cultural da Ilha de Santa Catarina, em especial ao que concerne o patrimônio arqueológico e paisagístico da Ilha do Campeche na prática pedagógica. Pensamos que esse suporte didático tende a refletir em maiores e melhores resultados no “Projeto Escolas”, assim como em sua divulgação e significativo envolvimento com a comunidade.

Sendo assim, aproveitamos este breve espaço para explicar que estamos em busca de parcerias e apoio, principalmente da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis para realização de mais esse importante passo. Tratar-se-á de uma nova etapa, complexa, a qual depende do desenvolvimento de um projeto que necessita ser formulado e executado por um corpo técnico qualificado. O apoio financeiro se faz estritamente necessário para sua prática.

Para que o “Projeto Escolas” se mantenha “vivo” e mais alunos, professores, grupos de pessoas das comunidades locais e indígenas possam ter a oportunidade de conhecer o patrimônio cultural do qual são detentores e, portanto, responsáveis, é preciso que o mesmo se mantenha firme nos próximos anos. Que tenhamos condições de seguir educando cidadãos para e pelo patrimônio após a pandemia.

## **Agradecimentos**

Agradecemos primeiramente ao professor Dr. Michel Justamand da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) pela oportunidade de divulgação deste trabalho. Agradecemos também ao IPHAN/SC, ao Instituto Ilha do Campeche - ICC e, especialmente à Cíntia Aparecida Pereira Costa Chamas, idealizadora e ex-gestora do “Projeto Escolas na Ilha do Campeche”.

## **Referências**

Decreto-Lei n.25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_25\\_de\\_30\\_11\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CHAMAS, C. A. P. C. A gestão de um patrimônio arqueológico e paisagístico: Ilha do Campeche/SC. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2008.

COMERLATO, F. As representações rupestres do litoral de Santa Catarina. Tese de Doutorado. Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2005.

COMERLATO, Fabiana. As representações rupestres do estado de Santa Catarina, 2005. [http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/Fabiana\\_Comerlato.pdf](http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/Fabiana_Comerlato.pdf)

COMERLATO, F. Oficinas líticas do litoral de Santa Catarina, 2015. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/4771>

Conceitos para se fazer educação ambiental/Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. – 2ªed. São Paulo: A Secretaria, 1997 – (Série educação ambiental, ISSN 0103-2658).

IPHAN. Instituto do Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional. Livroto da Rede: Ilha do Campeche, Florianópolis, 2019.

ICC. Instituto Ilha do Campeche. Relatório de Desembarques da Ilha do Campeche, 2020.

IPHAN. Instituto Histórico e Artístico Nacional. Educação patrimonial: orientações ao professor. 2 imp. Superintendência do Iphan na Paraíba, – João Pessoa, 2011b.

LOUREIRO, Carlos F.B. Teoria crítica. In: Encontros e Caminhos: formação da Educação Ambiental e coleta educacional. Brasília, 2007.

MPF – Ministério Público Federal. TAC – Termo de Ajustamento de Condutas, 2019-2020.

MARGHOTI, A.M. As contribuições do curso de capacitação de monitores ambientais: uma ferramenta para a prática da Educação Ambiental na Ilha do Campeche. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Itajaí, 2008.

Portaria n. 07, de 18 de julho de 2000. Declara o tombamento nacional do Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p.46.

Portaria n. 691, de 23/11/2009. Dispõe sobre as diretrizes e critérios para proteção, conservação e uso da Ilha do Campeche, situada no município de Florianópolis, Santa Catarina, tombada em nível federal. Disponível em: < [https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-691-2009\\_217945.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-691-2009_217945.html)>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RÖPER, M. Geografia Social e Unidades de Conservação. Reflexões teóricas e exemplos da bacia do Alto rio Paraguai (MG). Geosul, v.14, n.27, p.45-66. Florianópolis, 1999.

SANTOS, M.J. “Projeto Escolas na Ilha do Campeche: interfaces entre Memória e Identidade”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2018.



## Em defesa do trabalho docente no Alto Solimões

Tharcisio Santiago Cruz<sup>1</sup>

### Introdução

Nos últimos meses, principalmente, no mandato do atual presidente da República, temos acompanhado certo tipo de campanha de desqualificação e ataque ao serviço público e servidores. Ao mesmo tempo, se aprofundam ataques para com intelectuais como Paulo Freire.

Paulo Freire foi o modelo de educador e pedagogo que propôs mudança na própria concepção de pedagogia, apresentando uma prática educativa e formativa de caráter, acentuadamente dialógica algo bem sistematizado em sua elaboração teórica, Freire (1986,1998).

Este é um dos autores densamente trabalhado por docentes do ensino superior, como exemplo, em cursos de graduação no Instituto de Natureza e Cultura - INC em Benjamin Constant. É um autor que através do trabalho docente, tem suas ideias socializadas entre o público que tem acesso ao ensino superior na região do alto Solimões, bem como, em outras instituições pelo Brasil.

Há muito a dizer sobre o trabalho docente, pois suas responsabilidades são inúmeras, o que transcende o exercício de professor em sala de aula. Neste artigo, tenho a oportunidade de demonstrar parte do trabalho desempenhado por professores e estudantes no *campus* acadêmico de Benjamin Constant, localizado na região do Alto-Solimões.

### A Universidade Federal no Alto-Solimões

O campus da Universidade Federal do Amazonas - UFAM está situado a 1.118km da capital do Estado, Manaus. Esta distância só pode ser vencida por transporte aéreo ou pelo rio Solimões, o que a certa medida, propicia um isolamento deste campus em relação aos

---

<sup>1</sup> Doutorando em Antropologia no PPGAS/UFAM-Manaus. Professor Assistente da UFAM/Benjamin Constant.

demais, no Brasil. No entanto, o campus da UFAM situa-se mais próximo da Universidade Nacional da Colômbia na cidade de Leticia, o que oportuniza a universidade aspectos de internacionalização.

A Universidade do Amazonas – UA surgiu em função de uma demanda industrial da década de 1960, com a implantação do polo da Zona Franca de Manaus. Seguiu um modelo de expansão fruto de demandas econômicas, como anteriormente a faculdade de Direito que surgiu em meio à dinâmica do comércio da borracha no Amazonas.

*A Universidade do Amazonas, sucessora legítima da Escola Universitária Livre de Manáos, foi criada pelo Presidente João Goulart, através da Lei 4.069-A, assinada no dia 12 de junho de 1962, com publicação, no Diário Oficial da União, em 27 de junho do mesmo ano. (PPPA, 2006)*

Em seu processo de expansão para o interior do Estado, os *campus* da UFAM em sua ampliação nas cidades de: Benjamin Constant, Coari, Itacoatiara, Humaitá e Parintins, não contou com o suporte de moradias subvencionadas pelo Estado, ou qualquer outra forma de apoio. Neste caso os servidores tiveram de se deslocar de Manaus, de outras cidades do Brasil e de outros países<sup>2</sup>, para estas cidades contando com os próprios recursos, conhecimento ou desconhecimento da realidade amazônica.

O campus de Benjamin Constant oferece seis cursos de graduação: Administração, Antropologia<sup>3</sup>, Biologia e Química, Ciências Agrárias e Meio Ambiente, Pedagogia e Licenciatura em Letras e língua Espanhola. Conta com a atuação de 75 servidores tem em média 1.200 estudantes matriculados a cada ano. Este público em sua maioria reside em cidades do Alto Solimões, além de Benjamin Constant: Atalaia do Norte, Amaturá, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Iça, São Paulo de Olivença, Tonantins e Tabatinga.

Esta breve observação tem o intuito de mostrar minimamente o desafio enfrentado pelos novos servidores da UFAM no processo de expansão da instituição e da própria universidade publi-

2 No caso do *campus* do Instituto de Natureza e Cultura-INC em Benjamin alguns dos servidores são oriundos da Colômbia e Peru.

3 No curso de Bacharelado em Antropologia, atuo na carreira docente nas áreas de sociologia e Antropologia desde o ano de 2009.

ca, a partir do ano de 2006 do governo Lula com os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Ressalto que a Lei nº. 11. 096/2005, através da MP nº. 213/2004 instituiu o Programa Universidade para Todos *Prouni*, criado com a finalidade a concessão de bolsas estudantis integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. A implementação do Pro uni, junto à criação de 10 universidades federais e 48 novos campi pelo Brasil, dentre estes o campus do Alto Solimões, ampliou a criação e oferta de vagas na educação superior, interiorizou a educação pública e gratuita e combate às desigualdades regionais.

Vale mencionar, a existência de uma noção difundida por um numero significativo de pessoas sobre o serviço público federal, com relação a universidade e os servidores prevalece um imaginário hoje muito difundido pelo ministro da economia do atual governo, o senhor Paulo Guedes de que o professor concursado, por exemplo, desfruta de “privilégios”, como seguridade do regime estatutário, aposentadoria e plano de carreira, além do status de ser docente universitário.

No plano da realidade, a situação é um tanto diferente, o professor além dos compromissos com o trabalho docente, é quase que obrigado a desempenhar atividades de pesquisa e extensão, o que está bem esclarecido nos editais para concursos de carreira. Após aprovação e no exercício do cargo, este se depara com outras tarefas a mais, como: ministrar aulas de disciplinas que não constam no edital para concurso, mesmo que este nunca tenha trabalhado estes conteúdos, desempenhar tarefas de cunho administrativo, como assumir coordenação de curso, atuar em comissões internas, participar de inúmeras reuniões, compor núcleos de trabalho.

Este excesso de tarefas faz com que a carga horaria de trabalho semanal que é de 40 horas seja extrapolada em muitas horas. A não participação e desempenho destas atividades ocasionam penalidades e sanções administrativas, que são comunicadas as chefias imediatas e pró-reitorias, o que resulta em inúmeros inconvenientes para o docente. Outro fator é o possível atraso na aprovação de projetos e bolsas que normalmente envolvem estudantes.

Neste sentido, o professor se vê em uma delicada situação na qual há uma explícita dependência de seu trabalho e esforço, para que o próprio andamento das universidades através de seus programas e projetos sejam aprovados e usufruídos.

Estas situações, brevemente apontadas tendem a se tornarem dramáticas no campus do interior da universidade, neste caso o INC em Benjamin Constant, que se encontra em uma situação de dependência administrativa e financeira da sede em Manaus, a dependência dos recursos chega ao limite com relação às atividades acadêmicas, bem como, segurança, limpeza e manutenção do campus.

Entre a comunidade acadêmica em muitos casos persiste no discurso e ideário neoliberal de que os professores universitários são os responsáveis pela procura de editais de projetos que possam auferir recursos para o funcionamento e expansão da universidade, o que nos dias de hoje tornou-se um verdadeiro engodo, pois os editais diminuem a cada ano desde 2012. Tal argumento fere também o princípio de responsabilidade do Estado brasileiro para com a universidade pública e educação superior.

O cenário da educação superior em nosso país não é muito confortável, manifesta-se acentuado desrespeito aos profissionais da educação, o que fere os princípios da *Declaração Mundial sobre Educação Superior para o século XXI* de 1998, que notabiliza artigo II, o papel da educação superior “... *defender e difundir ativamente valores aceitos universalmente, particularmente a paz, a justiça, a liberdade, a igualdade e a solidariedade, tal como consagrados na Constituição da UNESCO*” (23). No entanto, deparamo-nos num confronto direto entre uma concepção de universidade com alicerces em valores humanos universais e outra imposta pelo governo Federal com base na lógica da produtividade e excelência neoliberal.

Contudo, apesar das inúmeras exigências com relação ao trabalho do professor no campus de Benjamin Constant, foi possível desenvolver inúmeras atividades de pesquisa e extensão nas áreas de conhecimento de Antropologia e Sociologia na região do Alto Solimões. Listo aqui algumas destas atividades que julgo relevantes para

que o leitor adquira uma visão mais apurada do trabalho docente na Universidade Federal.

### **Projetos e atividades no alto Solimões**

No ano de 2010, o projeto *Trabalho e Valorização de trabalhadores da Educação* foi realizado entre os meses de setembro a dezembro do mesmo ano, difundiram-se práticas de valorização dos trabalhadores de apoio em Escolas do município de Benjamin Constant. Tendo como objetivo a valorização, fortalecimento e adoção de estratégias de capacitação desses trabalhadores. Como método, recorreu-se a realização de reuniões e debates com os trabalhadores além de orientações sobre aspectos legais e constitucionais referentes ao trabalho, aulas sobre a temática do trabalho com o aporte da sociologia do trabalho. O resultado foi o contato sobre as questões referentes à condição de trabalho destes trabalhadores como: professores (as), gestores (as), merendeiras, auxiliares de limpeza, porteiros.

Foi possível demonstrar que a aquisição de conhecimentos de forma geral, pode contribuir para que o funcionário possa vir a compreender melhor o mundo contemporâneo em que vive. A oportunidade propiciou o fortalecimento de princípios que motivaram os trabalhadores da educação na luta pelo seu reconhecimento profissional e sua formação técnica, além do fomentar da discussão para que o funcionário compreendesse o seu papel na educação como transformação da presente realidade.

Apondo como resultado, que se trabalhou e foi discutida a conscientização sobre aspectos referentes ao mundo do trabalho na escola e comunidade, difusão de temas relacionados ao mundo do trabalho, como: direitos trabalhistas, consolidação das leis do trabalho e conquistas presentes na Constituição Federal de 1988.

Desta forma, no projeto foi manifestado o interesse por parte da comunidade escolar sobre conhecimento de seus direitos trabalhistas e aspectos referentes a projetos e políticas de valorização dos trabalhadores. Fazendo uso do modelo de abordagem dialógica trabalhada por Paulo Freire, foi possível conhecer, conversar e estar mais próximo destes profissionais, escutá-los em suas demandas e apontar possíveis possibilidades para seu trabalho na escola pudesse acontecer de forma dialógica e com a devida valorização profissional.

Um dos primeiros projetos trabalhados na região foi o de extensão *Educação e capoeira em Benjamin Constant*, realizado entre os meses de setembro a novembro de 2013. Nosso objetivo foi: trabalhar temas que dizem respeito à capoeira, além de atividades práticas, por trazer em seu cerne uma lógica altamente educativa.

O projeto possibilitou a atuação junto aos segmentos distintos de crianças e adolescentes, sujeitos que estão presentes na vida desportiva e cultural de Benjamin Constant e de outras cidades do alto Solimões. Como método, priorizou-se a realização de atividades práticas que foram desempenhadas em escolas de cidades, como: Atalaia do Norte e Tabatinga.

O projeto possibilitou a apresentação de conceitos sobre educação e capoeira e contato direto com a comunidade através do procedimento da entrevista, o que significou ser um fato novo para a comunidade. Como resultado o trabalho de conscientização sobre aspectos culturais da contribuição africana ao Brasil nas escolas trabalhadas.

Em certa medida, surgiu uma rica oportunidade de conscientização sobre a temática relacionada à cultura brasileira, principalmente a contribuição da capoeira neste gigantesco processo. A comunidade passou a perceber a relevância desta atividade, capoeira, como estando ligada ao campo da educação.

Uma das maiores dificuldades para desenvolvimento de projetos nos municípios foi a própria incompreensão e desinteresse dos administradores gestores locais, o que dificultou o desenvolvimento de novos projetos.

O projeto intitulado, *Levantamento histórico sobre migração de trabalhadores do Alto Javari para Atalaia do Norte e Benjamin Constant*, foi desenvolvido entre os meses de setembro de 2013 a janeiro de 2014.

O projeto discutiu a formação do modelo político vigente a partir do Brasil na fronteira. O projeto iniciou a partir dos municípios brasileiros de Benjamin Constant e Atalaia do Norte, ambos localizados em região próxima a República do Peru. Como método de trabalho foi usado o modelo dialético de abordagem junto a comuni-

dade, com procedimentos de entrevistas e aplicação de formulários.

Dentre os objetivos alcançados nesta atividade, elenco que foi possível: realizar levantamento histórico-documental sobre trabalhadores do Alto Javari; reuniões com os trabalhadores contatados; a identificação de trabalhadores que atuaram na região do Alto-Javari; discussão sobre a condição atual de trabalho destes atores sociais, o debate sobre este processo migratório.

Discutiu-se a articulação entre ações de ensino, pesquisa e extensão para realizar levantamento de informações sobre a memória e história de trabalhadores da região do Alto- Javari- Amazonas, na mesorregião Amazônica do Alto Solimões/AM.

A iniciativa tornou possível obter o conhecimento sobre demandas referentes a este segmento social. Foi possível também: mapear e diagnosticar a realidade do trabalho, através da memória, as condições socioeconômicas e reivindicações deste grupo de trabalhadores existentes na região; organizar banco de dados com informações sobre a realidade do trabalho, além de, propor a discussão sobre direitos sociais específicos, como: programas estatais, aposentadorias, fortalecimentos dos conselhos municipais do idoso e articulação com os movimentos sociais locais.

Uma das dificuldades encontradas foi o tempo disponível para as reuniões e principalmente com a colaboração da gestão municipal e responsáveis sobre as instituições sociais dos municípios, que dificultou o acesso a dados e registros.

O projeto possibilitou a apresentação de elementos presentes na história dos municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant, através de depoimentos, imagens, documentos, conversas sobre este painel histórico. Como resultado o trabalho de conscientização sobre a importância do registro histórico e da memória dos municípios, foi possível trabalhar e demonstrar a relevância dos elementos históricos e personagens que construíram esta história, os participantes manifestaram a dimensão da importância de se construir e sistematizar a história dos municípios.



Imagem 1: Atividade do projeto no dia internacional do idoso na cidade de Atalaia do Norte em 2014

. Fonte: Tharcisio Cruz, 2014.

O projeto *Levantamento do Folclore no Amazonas: aspectos do Plano Nacional de Cultura- lei nº12. 343/2010* oportunizou o debate sobre a relevância das tradições culturais: festividades populares, religiosas e brincadeiras populares e com isso mostrar o acervo de manifestações populares.

Objetivamente o projeto permitiu: identificar as manifestações folclóricas existentes em três municípios do interior do Amazonas (Atalaia do Norte, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença); bem como, ouvir e registrar os relatos e vozes daqueles que participaram e que mantem viva essas tradições culturais no Amazonas.

Há uma significativa necessidade no Amazonas de se difundir e trabalhar o respeito a esta lei nº 12.343/2010, bem como, ampliar os estudos de suas manifestações populares, prevalece entre as cidades do Estado, uma interpretação de que cultura popular se resume as festividades e brincadeiras, longe de minimizar a importância dessas manifestações, mas de demonstrar a importância e contribuição das produções escrita, fonográfica e audiovisual através dos vários gêneros.

Durante a realização de pesquisa e de etapas de levantamento bibliográfico percebemos a pouco material bibliográfico, tanto na Biblioteca Municipal de Manaus, Biblioteca Arthur César Fer-

reira Reis, biblioteca da Universidade Federal do Amazonas e demais bibliotecas municipais visitadas no interior do Estado. Ressalto que há um rico material de cunho científico, principalmente em teses e dissertações, mas uma visível carência de textos de outras categorias principalmente de produção literária entre estudantes nas escolas do Estado e Municípios.

Neste projeto houve a tentativa de fortalecer a discussão e práticas relacionadas ao fortalecimento do folclore do Amazonas, contribui para esta proposta respeito ao Plano Nacional de Cultura.

Como resultados alcançados, ressalto o conhecimento por parte da equipe e colaboradores sobre o Plano Nacional de Cultura e sua abrangência e com isto a tentativa de valorização e ênfase as manifestações culturais locais nos municípios em destaque. Também maior esclarecimento e conscientização dos discentes participantes sobre a relevância das manifestações folclóricas e culturais do Amazonas.



Imagens 2 e 3: Praça São Pedro e Dança do Cordão do Africano em São Paulo de Olivença, no Alto Solimões.

Acervo Tharcisio Cruz, 2014.

O projeto tinha como proposta o levantamento do folclore no Amazonas, como proposta é claro. O folclore é um tema dos mais presentes no Amazonas, o projeto foi ousado, mas possível de ser realizado e contou com o conhecimento de colaboradores nos municípios em questão.

A concepção do projeto já trazia uma estimativa de três municípios, um deles São Paulo de Olivença, foi visitado, mas não tínhamos recursos para continuar o andamento das entrevistas e re-

gistros, apesar de identificarmos e registramos a existência de uma manifestação folclórica local denominada de “Dança do Cordão do Africano”. Restringimo-nos a reuniões, conversas e explicações do Plano Nacional de Cultura, no Instituto de Natureza e Cultura e em algumas escolas municipais de Atalaia do Norte e Benjamin Constant.

As práticas de extensão carecem de um tratamento com maior ênfase por parte da instituição para que esta atenda estas comunidades. Percebemos que há uma expectativa positiva por parte de moradores locais para com os profissionais da universidade, principalmente para com os professores e seus projetos.

A perspectiva de Paulo Freire (1996) de um trabalho docente que unisse a teoria e prática de forma consciente e democratizante foi exercitada nestes projetos, assim,

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. (Freire, 1996, p.13)

A contribuição de Antônio Gramsci, está presente na reflexão sobre a necessidade de criar uma cultura da classe trabalhadora, além de, se trabalhar um novo tipo de educação que pudesse desenvolver intelectuais na e para a classe operária. Suas ideias, para um sistema educacional deste tipo, correspondem à noção de pedagogia crítica e educação popular, voltada para jovens e adultos dos segmentos sociais desfavorecidos econômica, política e culturalmente.

O pensamento de Gramsci, encontrou muitos adeptos na esquerda organizada, ele tornou-se também um personagem importante nas discussões acadêmicas que tratam de estudos culturais e teoria crítica. Teóricos, políticos do centro e da direita, também encontraram inspiração em seus conceitos, sua ideia de hegemonia, por exemplo, tornou-se amplamente citada.

Gramsci tem influência particularmente forte na pedagogia e ciência política contemporânea, no tema da prevalência do pensamento neoliberal entre as elites políticas. Seu pensamento também influenciou fortemente os estudos sobre cultura popular.

## **Considerações Finais**

Na sociedade brasileira, a educação e a própria escola refletem perspectivas de organização da sociedade, principalmente a divisão entre as classes, burguesa e proletariada, no sentido de que as instituições políticas, econômicas e culturais visam preparar o indivíduo burguês e o respectivo trabalhador que se submeta as exigências impostas por este modelo de sociedade.

Desta forma, a existência de modelos de formação universitária e educação: seja voltada para os pobres e ou para os ricos, resulta num processo educacional que afirma um caráter de desigualdade. Os que têm acesso aos melhores colégios e universidades, os filhos dos trabalhadores que têm acesso a uma educação de caráter profissional ou técnico em sua maioria, voltada para atender às exigências do mercado.

No alto Solimões lutamos contra este tipo de estrutura educacional e universitária meramente instrumental, por não permitir que o indivíduo desenvolva a consciência sobre sua condição de existência social, este tipo de educação da classe trabalhadora conduz ao conformismo e submissão ao capital.

Os projetos trabalhados demonstram outra perspectiva de universidade pública, na qual a ênfase é dada aos filhos de trabalhadores rurais, pescadores, trabalhadores informais, desempregados, jovens e adolescentes oriundos de escolas públicas que tem na universidade uma alternativa de inserção na universidade adquirindo uma consciência política e cultural de sua realidade e as possibilidades de tentar transformá-la para melhor.

Vários intelectuais, como Paulo Freire, Antônio Gramsci, Florestan Fernandes enxergam a educação como dinamizadora das transformações sociais, se avaliarmos a educação e o ensino superior pelo prisma da mobilidade social, devemos estar atentos para o instrumental presente no processo educacional, que a afasta da possibilidade de educação para a mudança social concreta.

Na sociedade capitalista, a ordem social que é competitiva institui modelos de mobilidade social, que na verdade funcionam como anteparos para os indivíduos das classes mais pobres, porém,

esses mecanismos não conseguem resolver os conflitos e contradições sociais. Esses mecanismos, na verdade, acirram mais a competição entre os indivíduos e classes sociais.

Os projetos demonstrados assumiram o compromisso docente nas diversas áreas, como: educação e trabalho, cultura, memória, capoeira, educação e cultura popular, forma possibilidades apresentadas e trabalhadas como oportunidades às consciências destes jovens e profissionais no alto Solimões.

### **Referências bibliográficas**

Declaração Mundial sobre Educação Superior para o século XXI. UNESCO, 1998.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, Antônio. A concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

Plano Nacional de Cultura-lei n ° 12.343 de dezembro de 2010.

# **A rigidez da legislação trabalhista em debate: um estudo comparativo entre o Brasil, os países da América Latina e da OECD**

*Juan Lucas Santiago de Souza<sup>1</sup>*

*Luciano Balbino dos Santos<sup>2</sup>*

*Kamilla Ingrid Loureiro e Silva<sup>3</sup>*

## **Introdução**

O presente trabalho faz uma análise comparativa do índice de rigidez trabalhista do Brasil com os países da América Latina e países da OECD, com os dados do relatório anual do Banco Mundial, DoingBusiness, entre os anos de 2004 até 2010. Por meio dessa comparação, o trabalho analisa o comportamento das variáveis: desemprego e ocupação informal. O índice de rigidez trabalhista é uma variável que mede o grau de rigidez, numa escala de 0 a 100, de uma legislação trabalhista de um país. Com base em Ferrettl et. al (2011), neste trabalho, um país apresenta uma rigidez alta quando o índice de rigidez de trabalho estiver mais próximo de 100.

Nos últimos meses, entrou em discussão nas principais mídias do Brasil a questão da reforma trabalhista. Aqueles que a defendem, acreditam que é uma alternativa para impedir o crescimento do desemprego no país, enquanto aqueles que são contra, creem que os trabalhadores perderão seus direitos com essa reforma. O presente trabalho não tem como objetivo marcar posição de defender ou de ser contra a reforma, mas apenas apresentar fatos. Esses fatos são as variáveis de estudo já citadas. E a principal contribuição desse trabalho deve apontar o comportamento das variáveis citadas com o intuito de aprofundar o debate, que ajudam a entender as principais consequências econômicas e sociais de optar por uma legislação trabalhista rígida ou flexível.

O trabalho está dividido em três seções. A primeira seção mostra a revisão literária, que está dividida em: legislação trabalhista

1 Economista.

2 Doutorando em Economia pela UCB/Brasília.

3 Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus

brasileira, produtividade do trabalhador e ocupação informal. A segunda seção mostra os resultados obtidos pela pesquisa. E a terceira seção está a conclusão do trabalho.

## **Metodologia**

O método utilizado no trabalho é dedutivo, que compreende uma regra geral para compreender os casos específicos. A regra geral, nesse caso, é a relação entre os países com a variável índice de rigidez trabalhista, os casos específicos é o comportamento dessa variável com a taxa de desemprego e ocupação informal no país. As variáveis que serão compradas são: rigidez trabalhista e desemprego, entre o Brasil e os países da América Latina e da OECD.

A variável regulamentação trabalhista mostra o nível de rigidez da legislação trabalhista de cada país, é composta por “índice de dificuldade de contratação, que diz respeito a duração máxima dos contratos de prazo determinado e o salário mínimo para trabalhador sem experiência”, “índice de rigidez de horas, que é a programação das horas extras e férias remuneradas”, “índice de dificuldade de demissão, que retrata as notificação e requisitos para rescisão do contrato de trabalho de um trabalhador ou grupo de trabalhadores, obrigação de recontratar e exigências legais relacionadas à demissão”; “índice de rigidez do emprego, que é a média simples desses três índices”. Os dados dessa variável são provenientes de 2004 até 2010. Os países são da América Latina e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). Por essa via estabelecer uma comparação do índice de rigidez trabalhista do Brasil com os países dos respectivos grupos citados. Os dados são dos Relatórios Anuais do DoingBusiness e a definição desses índices são referentes a Ferreti et al (2011).

Em relação à variável desemprego, o total (% da força de trabalho total), que será usada também como medida de comparação, os dados foram coletados do Banco Mundial, tanto dos países da OECD quanto dos países da América Latina.

O preço constante é de 2011, enquanto os números de pessoas ocupadas são dos anos correntes. Essa variável está presente no trabalho porque “numa situação de equilíbrio, se a oferta de trabalho

diminui, sua produtividade marginal aumenta e os salários se elevam. Se a oferta aumenta, a produtividade marginal cai e os salários diminuem”<sup>4</sup>. A alta produtividade do trabalho é frequentemente associada a altos níveis ou tipos particulares de capital humano que indicam prioridades para políticas específicas de educação e treinamento. Portanto, esse indicador mostra a efetividade do trabalhador e será usado para comparar os trabalhadores brasileiros com os trabalhadores dos países da OECD.

O grau de informalidade que será apresentado está presente nesse trabalho porque um grande número de trabalhadores brasileiros não possui garantia de direitos trabalhistas, o que funciona como questionamento das qualidades das leis trabalhistas. Os dados coletados são de 1992 a 2014, e foram retirados do *ipeadata*.

## **Revisão literária**

### **Legislação trabalhista brasileira**

O ordenamento do direito do trabalho brasileiro segue o modelo incorporado pelo Estado Novo. Criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) surgiu quando o Brasil passava por um período de transição, a economia brasileira estava mudando de agrária para industrial. Seu objetivo era suprir a necessidade constitucional após a criação da Justiça do Trabalho em 1939. Muito diferente de como é hoje, durante a globalização, onde grandes empresas capitalistas se instalam em diversos países em procura de regiões onde possam estabelecer suas atividades produtivas com facilidade, na década de 30 não era muito atraente para essas empresas fazer o processo de expansão mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos, logo, o desenvolvimento da indústria no país foi realizado através da ação estatal, e não da iniciativa privada:

Assim, na década de 1930, os capitais privados nacionais eram ainda frágeis, e não fazia parte da estratégia das grandes empresas capitalistas produzir em outros países, especialmente nos chamados países subdesenvolvidos. Portanto, a única possibilidade de implantar grandes projetos de indústrias de bens de produção concentrava-se na ação estatal, o que era exatamente a proposta de Vargas (LACERDA, 2010, p. 106).

---

4 Gennari, Adilson Marques (2009), *História do pensamento econômico*.

A CLT foi criada com o objetivo de proteger o trabalhador e de atenuar a sua exploração, o que resultou num modelo que garantiu o crescimento econômico, mas, por outro lado, surgiu em um período quando não havia ainda o conceito de globalização, e o resultado produziu altos custos para as empresas.

### **Produtividade**

Segundo as ideias do economista Alfred Weber, a mão de obra também é um fator determinante na escolha da firma para se estabelecer em uma região. E uma mão de obra exigente e pouca produtiva é algo que afasta as empresas estrangeiras do país.

De acordo com os dados do relatório realizado pela OECD, o número de população com ensino superior no Brasil é de apenas 14,79%, um número que está abaixo da média dos países da OECD, que é de 34,55%, no ano de 2015, comparando-se com os restantes países da OECD, o Brasil fica em último lugar nesse grupo. O importante disso é que a produtividade do trabalhador está diretamente ligada com o nível de educação do país.

De acordo com a nova regra proposta pela reforma trabalhista, “o pagamento do piso ou salário mínimo não será obrigatório na remuneração por produção. Além disso, trabalhadores e empresas poderão negociar todas as formas de remuneração, que não precisam fazer parte do salário”<sup>5</sup>. Ou seja, os salários sofrerão queda. Para resolver essa queda do salário, uma alternativa adequada é o aumento da produtividade, como sugere Gennari (2009), partindo das ideias do economista britânico, Alfred Marshall: “numa situação de equilíbrio, (...) produtividade marginal aumenta e os salários se elevam. (...) a produtividade marginal cai e os salários diminuem”.

### **Ocupação Informal**

O índice de rigidez trabalhista ganha muita importância em um cenário globalizado, porque aquele está relacionado com a mão de obra do país, e essa mão de obra é uma variável que influencia na determinação da localização da firma, como deixa claro a ideia do economista alemão Alfred Weber. Com a globalização,

---

<sup>5</sup> Publicado por [examedaoab.com](http://examedaoab.com)

as multinacionais procuram localizações onde podem ganhar vantagens lucrativas, e o custo da mão de obra é um fator importante. O PIB brasileiro sempre foi maior que o RNB, isso significa que boa parte da renda gerada aqui é enviada para o exterior, o que indica uma forte presença de empresas estrangeiras no país. Ou seja, os empregos gerados aqui dependem também dessas empresas, e como o custo (nesse caso o custo da mão de obra gerada por leis trabalhistas) influencia na determinação da localização da firma, uma forma de reduzir o desemprego seria reduzir a rigidez trabalhista, como forma de atração para essas multinacionais entrarem no país

Seguindo a lógica da determinação da localização da firma, Pastore (2005) elaborou um quadro para medir as despesas geradas pelos direitos trabalhistas da mão de obra brasileira, e chegou a uma conclusão de que o empregador paga cerca de 103,46% sobre o salário para o empregado. Com despesas elevadas há desincentivo de contratar, e a mão de obra desempregada migra para a ocupação informal.

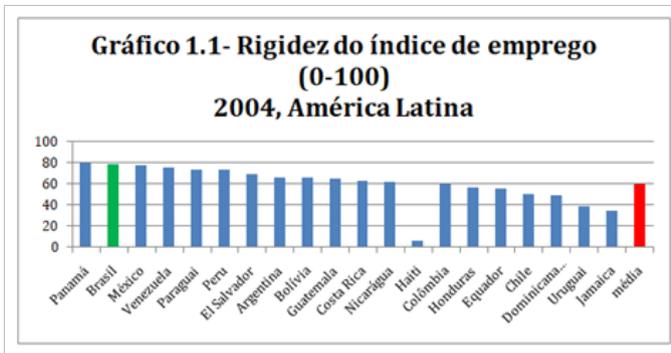
De acordo com Flori (2008), a explicação para essa relação direta entre a variável Rigidez do índice de emprego e Grau de informalidade é devido à forte competição internacional. As multinacionais se sentem pressionadas com a concorrência, assim elas buscam regiões onde podem estabelecer suas atividades econômicas com facilidade. Se o Brasil, que já é um país de alto risco econômico, não se adaptar com essas mudanças (que envolvem as novas tecnologias, a abertura da economia e a pressão da competição internacional) as empresas estrangeiras não se sentirão atraídas com o mercado de mão de obra brasileira. E o resultado disso será incentivo para o aumento da ocupação informal.

As mudanças em direção à flexibilização respondem a uma sensível queda dos custos de transação decorrente, em grande parte, de novas tecnologias e formas de produzir, à abertura da economia e à pressão da competição internacional. O aumento da concorrência foi, sem dúvida, um dos principais propulsores dos ensaios de flexibilização do mercado de trabalho brasileiro. A grande geração de emprego depende da lucratividade das empresas (relação custo-benefício) e da flexibilidade da legislação e da contratação para apoiar novas modalidades de trabalho. A rigidez da legislação constitui um

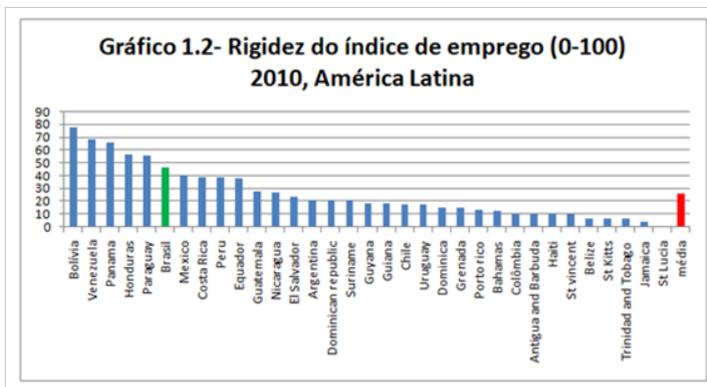
grande entrave na ampliação do emprego formal e do processo de flexibilização. O Parlamento no Brasil se mantém avesso à desregulamentação do quadro legal atual e as centrais sindicais continuam pleiteando mais regulamentação (FLORI, 2008, p. 10).

## Resultados obtidos

O índice de rigidez trabalhista é uma variável que mede o grau de rigidez, numa escala de 0 a 100, de uma legislação trabalhista de um país. Quanto mais próximo esse índice de 100, mais rígida é sua legislação. Em 2004, quando começou a pesquisa sobre a rigidez trabalhista pelo Banco Mundial, a posição do Brasil entre os países da América Latina foi o segundo mais rígido, com um índice de 78, apenas perdendo para o Panamá, a média entre esses países era 61,2

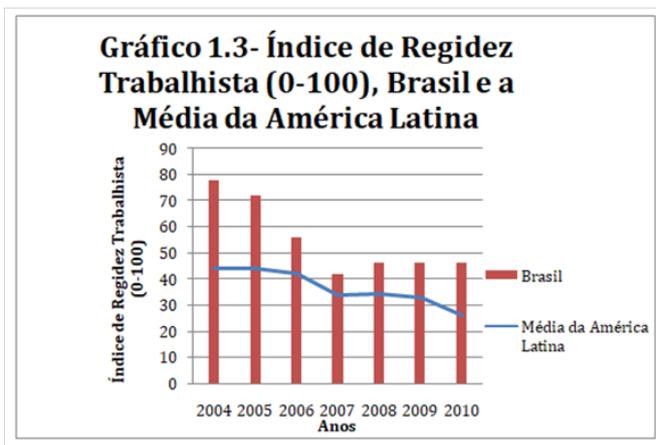


Fonte: doing business e elaborado pelo autor



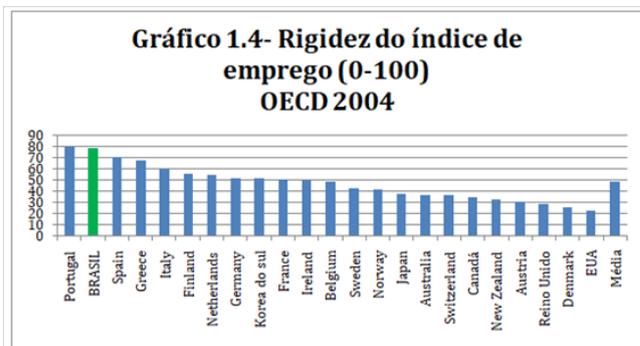
Fonte: doing business e elaborado pelo autor

Em 2010, o último ano em que Banco Mundial registrou sobre o índice de rigidez trabalhista, o Brasil tinha um índice de 46, conseguindo ser o sexto país mais rígido na América Latina, enquanto a média desse grupo era 26,2. Também é notável que o índice de rigidez diminuiu, comparando de 2004.



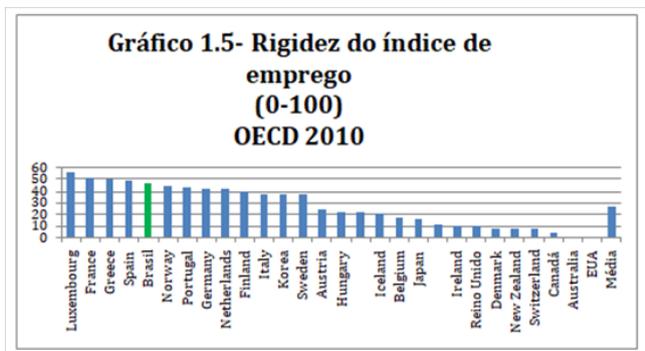
Fonte: doing business e elaborado pelo autor

No gráfico 1.3, é possível notar que em todos os anos coletados, o Brasil sempre ficou acima da média dos países da América Latina. As posições que o Brasil ficou em todos esses anos nesse grupo são as seguintes: 2º (2004), 1º(2005), 5º(2006), 7º(2007), 8º(2008), 9º(2009) e 6º (2010).



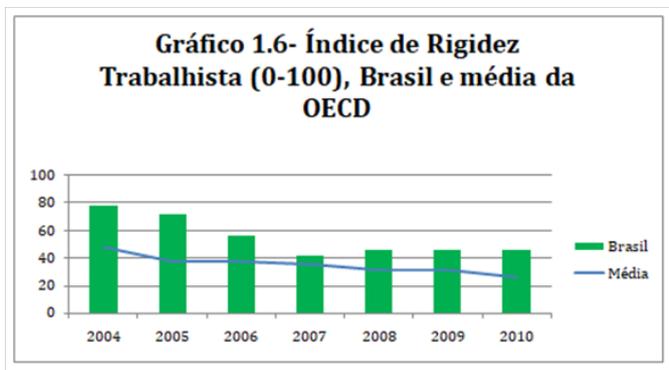
Fonte: doing business e elaborado pelo autor

Entre os países da OECD, em 2004, o Brasil com um índice de 78 conseguiu ficar em segundo lugar entre os mais rígidos, perdendo apenas de Portugal. A média desse grupo era de 47,8.



Fonte: doing business e elaborado pelo autor

Em 2010, ainda comparando com os países da OECD, o Brasil com índice de 46 conseguiu ficar na quinta posição entre os mais rígidos do grupo. A média da OECD era 26,3



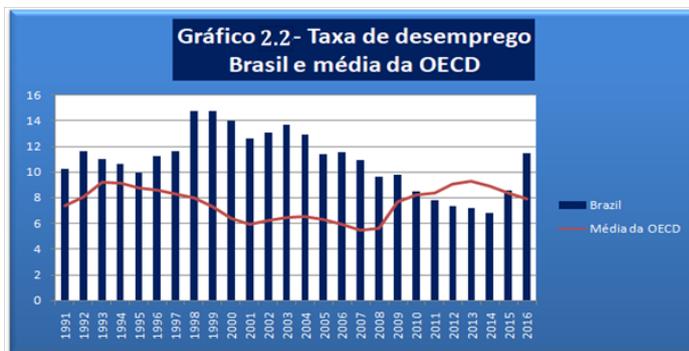
Fonte: doing business e elaborado pelo autor

Assim como na América Latina, em todos os anos o Brasil conseguiu ficar acima da média dos países da OECD, conforme o gráfico 1.6. Ao fazer uma comparação entre os países da OECD, as posições que o Brasil ficou, entre os anos de 2004 a 2010, são as seguintes: 2º(2004), 1º(2005), 6º(2006), 11º(2007), 7º(2008), 8º(2009) e 5º(2010).



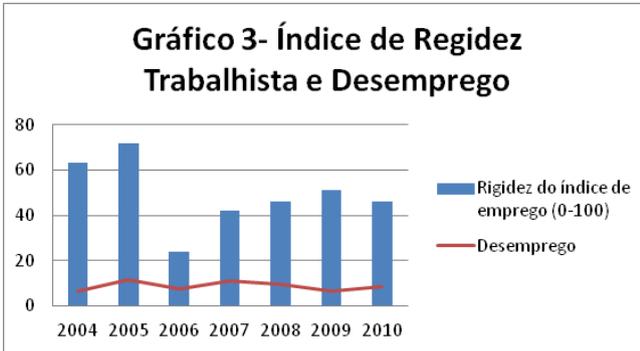
Fonte: Banco Mundial e elaborado por autor

Em relação à América Latina, o comportamento da taxa média desse grupo não é tão diferente em relação ao Brasil, como mostra o gráfico 2.1. Nesse gráfico, é possível notar que em boa parte dos anos coletados, o Brasil ficou acima da média em alguns anos e em outros a taxa de desemprego era igual a média do grupo. Apenas nos anos de 2010 a 2014, o país conseguiu ficar abaixo da média.



Fonte: Banco Mundial e elaborado por autor

É curioso como a taxa de desemprego do Brasil se comporta bem diferente em relação à taxa média da OECD. As diferenças entre elas são grandes como mostra o gráfico 2.2. É importante lembrar, que vários países da OECD possuem um índice de rigidez trabalhista semelhante com a do Brasil, como mostra o gráfico 1.5.



Fonte: Banco Mundial, doing business e elaborado pelo autor

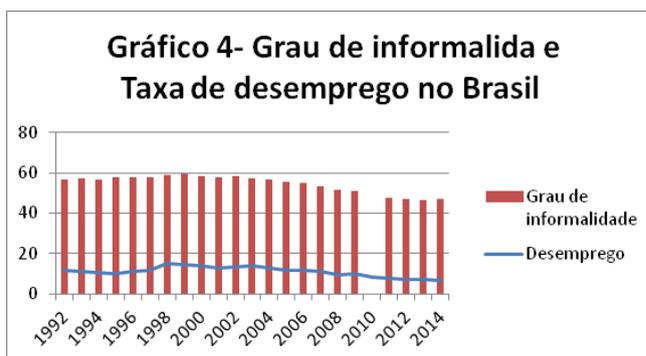
De acordo com as ideias do economista Alfred Weber, a mão de obra também é um fator determinante na escolha da firma para se estabelecer em uma região. E uma mão de obra exigente e pouca produtiva é algo que afasta as empresas estrangeiras do país. É importante notar que, ao longo dos anos, o Brasil vem diminuindo seu índice de rigidez, e ao mesmo tempo o desemprego vem caindo, como mostra o gráfico 3.

Quadro 1- Ganhos médios por hora e produtividade do trabalhador brasileiro

Brasil	Ganhos Médios por hora (R\$)	Produtividade
2004	4	27354
2005	5	26947
2006	5	27698
2007	6	28860
2008	6	29346
2009	7	28871
2010	7	30652
2011	9	31633
2012	10	31687
2013	12	32268
2014	12	31631

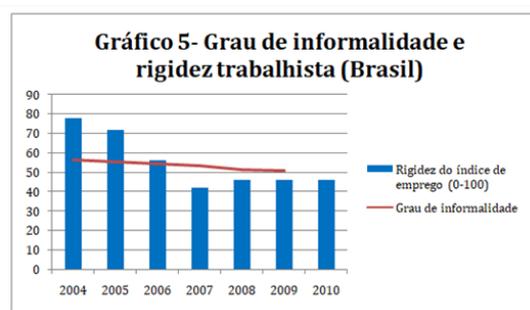
Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT) e elaborado pelo autor

No quadro 1, a produtividade do trabalhador brasileiro vem aumentando, tal como os ganhos médios por hora. Caso a reforma trabalhista cause uma queda nos salários, uma alternativa para que estes retornem a crescer novamente, é aumentando a produtividade do país.



Fonte: Banco Mundial, ipeadata e elaborado pelo autor

O gráfico 4 mostra que, no Brasil, existe uma relação entre desemprego e ocupação informal. Com a queda do desemprego, o grau de informalidade também diminui. Isso indica que há uma migração, aqueles que são desempregados migram para a ocupação informal. O contrário acontece quando há crescimento de emprego no país, as pessoas migram para a ocupação formal, assim, o grau de informalidade diminui. No gráfico 5, há também uma relação entre o índice de rigidez e o grau de informalidade, de 2004 a 2010 a rigidez do índice de emprego vem diminuindo assim como o grau de informalidade.



Fonte: doing business, ipeadata e elaborado pelo autor

## **Conclusão**

A análise comparativa revela que o Brasil possui uma rigidez na sua legislação trabalhista bem elevada, se comparada aos países da América Latina e países da OECD. Estes últimos possuem uma rigidez aproximada à do Brasil, mas, em contrapartida, eles apresentam uma produtividade mais elevada que a dos trabalhadores brasileiros e a taxa média de desemprego da OECD está bem abaixo da média do Brasil.

Portanto, o trabalho deixa, na forma de questionamento para pesquisas futuras, apontando para a necessidade de aprofundamento do debate. Será que baixa produtividade do trabalho alinhada a rigidez das leis trabalhistas aprofundam o problema do desemprego no Brasil?

Em momento de crise, as reformas tornam-se importantes, dentre elas, a reforma trabalhista com iniciativas que flexibilizam as leis trabalhistas, é necessário ampliar a discussão sobre o assunto. Com a reforma trabalhista que entrou em vigor em 2017, o comportamento da taxa de desemprego e grau de informalidade no Brasil deve ser observado nos anos seguintes.

## **Referências**

BRASIL. Consolidação das leis do trabalho. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex; coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

DOING BUSINESS – Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org>>. Acesso em: nov. 2017

FLORI, Priscilla Matias O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil e Reino Unido. Brasília: CNI, 2008

FUNCHAL, Bruno, FERRETTI, Renata Cardoso. O efeito da regulação trabalhista e tributária nos investimentos no Brasil. São Paulo, 2011

GENNARI, Adilson Marques et. al, História do pensamento econômico. São Paulo, 2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: nov. 2017

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA-DATA. Disponível: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: nov.2017

LACERDA, Antônio Corrêa et al. Economia Brasileira. 4. ed., São Paulo: SARAIVA, 2010

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO- OIT. Disponível: <<http://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: nov. 2017

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- OECD. Disponível: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso em: Nov.2017

PASTORE, José. O custo da demissão. O Jornal da Tarde, São Paulo, 20 nov. 2006. Disponível em: < [http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em\\_017.htm](http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_017.htm)>. Acesso em 30 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. País gasta muito com seguro desemprego. Disponível em <[http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em\\_148.htm](http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_148.htm)>. Acesso em: 30 dez. 2015

\_\_\_\_\_. O desemprego tem cura? Disponível em <[http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em\\_056.htm](http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_056.htm)>. Acesso em: 30 dez. 2015

\_\_\_\_\_. Desemprego e Informalidade no Brasil. Disponível em <[http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em\\_038.htm](http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_038.htm)>. Acesso em: 30 dez. 2015

\_\_\_\_\_. Trabalho, competitividade e escolhas do país. Disponível em <[http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em\\_149.htm](http://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_149.htm)>. Acesso: 30 dez. 2015

THE WORLD BANK- Banco Mundial- Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: nov. 2017



## **A construção vivencial de um quadro conceitual para a pesquisa com povos tradicionais sob invisibilização: O povo Xetá e sua memória coletiva atual<sup>1</sup>**

*Maria Angelita Silva<sup>2</sup>*

*Nerli Nonato Ribeiro Mori<sup>3</sup>*

O povo Xetá é originário do Estado do Paraná, na Região Sul do Brasil, já nos séculos XVIII e XIX há registros históricos de agrimensores, aventureiros e historiadores de sua ocupação numa vasta área do noroeste do Paraná. Contudo, há também registros do processo de colonização e invasão de seus territórios ancestrais e dispersão ao longo do tempo até os dias atuais (SAID, 2011). Com esse contexto histórico e sociológico, político e econômico, pôde-se observar diversas versões sobre sua condição, a mais dramática delas, a da extinção, por serem “passivos” e expressivamente “pacíficos” (CIOFFI, 1995).

Essas versões conjugam esses motivos como antropológicos e identitários, mas há um esforço em justificar e responsabilizá-los pela violência do contato e seus resultados até a contemporaneidade (SILVA, 2017a; 2019). O fato é que há anos o povo Xetá luta – antes com mais de duas mil e quinhentas pessoas (SILVA, 2017a, p.263), atualmente, só na TI São Jerônimo, município de São Jerônimo da Serra PR, há mais de 85 pessoas Xetá, só da família de Tikuein Mã, uma das oito crianças que sobreviveram à tentativa de extermínio (SILVA, 2017a, p.94) – por visibilidade e conquista de seus direitos historicamente violados pelo Estado, trabalhos acadêmicos, empresas colonizadoras e imprensa em geral que, através de seus recursos midiáticos, os define como povo extinto (SILVA; MORI, 2020).

---

1 Trabalho completo publicado nos Anais ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 6112. Trabalho completo – XIII Reunião Científica da ANPED SUL (2020). Eixo Temático 16: Relações Étnico-Raciais. ISBN: 2595-7945.

2 Doutora em Educação pela UEM/Maringá. Professora Adjunta da UFAM/Benjamin Constant

3 Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela USP. Professora Titular do PPGE da UEM/Maringá.

No caso da saga Xetá, há um adicional relevante, ao constataremos que esses heróis e heroínas, esses guardiões, guardiãs da memória, realizaram esses feitos quando eram ainda crianças (SILVA; MORI, 2020). Portanto, sua memória foi registrada a partir da memória da infância (SILVA, 2017a; 2017b): essa condição merece ainda mais atenção e respeito. É o que se pode extrair da saga do povo Xetá que, segundo a etnografia brasileira e trabalho de memória (SILVA, 1998; 2003), é fruto da experiência coletada de 8 sobreviventes à tentativa de extermínio. Nesse contexto, a cultura da infância (SILVA, 2017a; 2017b), (TOMAS, 2011), (SARMENTO, 2010), (FERNANDES, 2009) torna-se um conceito chave para compreender esse drama e essa trama.

Durante o caminho percorrido da pesquisa surgiu um problema de investigação: os conceitos que dispúnhamos para análise da história de resistência do povo Xetá não alcançavam a dramaticidade, muito menos, a criatividade desse povo que teimava em existir à revelia da tese de extinção. Não eram raras às vezes que as mídias e publicações os citavam como povo extinto. O trabalho de educação social aliado aos de pesquisa e extensão impunham uma nova forma de análise e a busca de novos conceitos, fundamentos que levassem a uma condição que pudesse contrapor invisibilização do povo Xetá (SILVA, 2019).

Foram inúmeras confrontações e protestos do povo Xetá em detrimento de versões que os condenavam à invisibilidade e extinção. Como lutar por direitos basilares [território, revitalização da língua, saúde, educação e habitação, promoção e manutenção de seu patrimônio cultural imaterial e intelectual] se, antes disso, precisam provar que existem? É como se os demais direitos fossem reduzidos ao fato de que não eram necessários, já que o povo Xetá já não gozava daquelas condições exigidas, cinicamente, como é o caso do marco temporal, ou serem falantes da língua, ou casamentos só entre Xetá (“Xetá puro”), para que fossem considerados de fato um povo, o povo Xetá. A história de dizimação e dispersão é tão violenta (SILVA, 1998) que elencar tais critérios é mais uma faceta da crueldade simbólica e imoral do Estado e seus agentes. A Comissão da Verdade

justifica (PACHECO, 2018), (LIMA; SILVA; PACHECO, 2017), (SILVA, 2017a) o contexto de que se pede indenizações e reparos à forma truculenta como a vida dessas pessoas e sua cultura foram afetadas pelo grande capital.

Foi nesse contexto de relação entre realidade militante e realidade acadêmica na elaboração de um artigo para conclusão de disciplina do doutorado que o documentário “As 100 maiores descobertas da Química” trouxe um insight: se os conceitos e teorias até então presentes em nossos esforços de análise e decifração da condição Xetá não eram suficientes para explicar a extinção e existência simultânea desse povo genuinamente paranaense, talvez fosse o caso de “emprestar” de outras gramáticas científicas instrumental para a leitura e interpretação dessa realidade conflituosa. Mais grave eram crianças Xetá, atualmente, para serem aprovadas na educação escolar formal, terem que estudar e aprender que elas próprias não existiam, por conta de conteúdos impressos em livros didáticos sobre a história e geografia do estado do Paraná (SILVA, 2017a). Seus direitos já eram vastamente violados, por serem minoria das minorias, por não terem aquilo que a legislação prevê como educação bilíngue, não estarem em seu território tradicional, seus conhecimentos ancestrais serem negados a elas e ainda tinham que conviver com o cotidiano escolar repleto de sinais de não pertencimento e não existência (SILVA, 2017b).

Por isso, pensar num modelo conceitual, que, muito embora fosse apenas possível enquanto analogia, pudesse fornecer novas contribuições para observar no invisível do microcosmo Xetá a possibilidade de uma defesa de sua existência, foi que encorajou a aventura, no melhor sentido da palavra, pelo mundo micro dos átomos e partículas fundamentais. Ora, mesmo não sendo observado a olho nu, ainda assim é difícil hoje contestar a realidade atômica (BORH, 1995), (HOBSBAWM, 1988), (ISAACSON, 2007), mesmo sem enxergar é possível constatar que o mundo macro é movido pelo micro, que o micro compõe o macro.

A analogia que permitia depreender que o povo Xetá, micro/invisível era parte da base para a formação da identidade para-

naense, brasileira, latino-americana no campo visível e macro, era possível. Que a formação da identidade local era composta desse invisível, dessa memória coletiva que compõe nossos esforços de pertencimento e historicidade nesse contexto e esforço teórico, também era possível (BORH, 1995), (EVANGELISTA, 2011). Que pensar numa história e identidade paranaense (macro) sem observar a memória coletiva Xetá (micro) é ter uma visão limitada, reduzida e precária da realidade que nos cerca e à qual pertencemos. Foi, portanto, possível refletir, a partir do documentário sobre as descobertas do mundo da química e, a partir daí, trazer novas possibilidades de relação entre as diversas linguagens da ciência, e, inclusive, observar outros autorxs, pensadorxs, cientistas que, ao longo da história da ciência, fizeram o mesmo.

Para ilustrar podemos lembrar de Comênio e a Didática Magna (1649) que, se baseando em analogias extraídas das recentes ciências naturais, propôs um novo modelo de educação que não fosse pautado na punição, até então difundida, mas num novo modelo teórico baseado na observação da natureza e seus fenômenos; Marx e Engels com temas da Filosofia sendo aplicados à Economia; Canclini e suas Culturas Híbridas (2008), com conceitos da biologia e botânica aplicados nas ciências sociais. Bohr (1885-1962) e Heisenberg (1901-1976) problematizam a questão conectando as novas descobertas no campo da física quântica e a possibilidade de aplicação na filosofia e sociologia. Hobsbawm (1917-2012), historiador marxista inglês, discute sobre o atraso da aplicação desses conceitos no pensamento ocidental, já que a assimilação de novas tecnologias que se beneficiaram desses conhecimentos fora abundante durante o século XX (SILVA, 2019), o que acentua a suspeita de que a ciência não goza da tão exaustivamente proclamada neutralidade científica.

No caso Xetá, o debate e desconforto conceitual foi reforçado quando, por necessidade e angústia, houve o esforço de estabelecer novas relações para entender e, na sequência, explicar a simultaneidade entre extinção e existência desse povo atualmente. O que nos levou a elaborar um novo conceito: a transfiguração epistemológica. Assim, o conceito de transfiguração epistemológica foi fruto de

uma reflexão que derivou de uma situação problema conceitual; as teorias – ao menos as que dispúnhamos, até aquele momento de investigação – não alcançavam a dinâmica prática e militante por existência do povo Xetá, pela etnografia brasileira (SILVA, 1998, 2003).

A transfiguração epistemológica, que nasceu de um esforço de conexão, por analogia, entre ciências humanas e ciências exatas, arriscamos dizer, não estava em discordância com outros esforços teóricos que também se utilizaram de tal artifício: “[...] a sociologia francesa, com Halbwachs (1877-1945), por exemplo, já começara a tirar as consequências da revolução einsteiniana na primeira metade do século XX (HALBWACHS, 1990, p.13).

Halbwachs (1990) num momento em que, no contexto da Segunda Guerra Mundial, as pseudociências como a eugenia que, segundo Black (2003), compunham “pensadores e cientistas influentes do início do século XX” – Hobsbawm (p.353, 1998) confirma a análise de Black quando arremata: “Os eugenistas extremistas acreditavam que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas *apenas* através da melhoria genética da espécie humana.” – se amparou em teorias de outro campo teórico, a Física, para elaborar um novo conceito capaz de confrontar versões hegemônicas: o conceito de memória coletiva, importante nos estudos da Psicologia Social e também utilizado durante a pesquisa como parte da sua base teórica e dos esforços para a coleta de dados.

Evangelista, na esteira de Halbwachs e de outros cientistas de antes e de agora, afirma que “[...] os últimos desenvolvimentos científicos têm revelado a existência de amplos setores de abordagens comuns entre diversos ramos do saber científico: a ciência é um todo.” (EVANGELISTA, 2011, p.20). W. Heisenberg (1901- 1976), também seguindo o pensamento de outros pensadores e cientistas, afirma por sua vez: “É bastante provável que na história do pensamento humano os desenvolvimentos mais fecundos ocorram, não raro, naqueles pontos para onde convergem duas linhas diversas de pensamento” (HEISENBERG, 1983, p 10). Bohr (1885-1962) também contribui quando analisa que “o estudo da constituição atômica da matéria revelou que a abrangência das ideias da física clássica apresentava uma limitação insuspeita e lançou nova luz sobre as de-

mandas de explicação científica incorporadas na filosofia tradicional” (BOHR, 1995, p.1).

Nesse sentido, Hobsbawm, num esforço de reunir elementos para sua análise a respeito das motivações que podem ter oferecido resistência ao empreendimento de diálogo multidisciplinar para resolução de problemas da sociedade, mas que, ao contrário, segue mistificando-a e garantindo que teorias e conceitos mantenham-se distantes e mudos a uma grande parcela da sociedade, apresenta:

[...] uma reflexão baseada nos interesses em jogo, para o atraso de pelo menos um século de popularização das descobertas científicas do campo da física teórica, o que modificaria consideravelmente a compreensão da realidade, podendo inclusive, ameaçar a manutenção e promoção de uma visão de mundo que justifica, por exemplo, a exploração como estágio mais elevado do desenvolvimento da sociedade: o sistema capitalista e sua ideologia. (SILVA, 2019, p.57)

Silva (2019) propõe, nesse contexto, captando a realidade do seu campo de investigação, onde o povo Xetá, considerado extinto, inclusive passando pela validação de outras teorias, como é o caso o das “sociedades exterminadas” (SILVA, 1998; 2003) ousa pensar numa “[...] mudança na episteme das diversas ciências apontando para novas formas de relação entre os diversos campos do conhecimento.” (2019, p. 58). A transfiguração epistemológica que, pensada a partir da reflexão sobre o conceito de *transfiguração étnica* (RIBEIRO, 1989) e as *operações epistemológicas* (CANCLINI, 2008), não se detém à transfiguração ética como estágio último de aculturação e derrocada étnica, como previa Ribeiro (1989), mas que, para além de operações epistemológicas, como propõe Canclini (2008) e, se valendo de analogias com a física quântica, observa com uma nova lente uma episteme indígena que existe como:

[..] Forma de relação de conhecimento do indígena com o mundo não-indígena - é utilizada como ferramenta para lidar com as realidades deste mundo em relação com o seu - resistindo à aculturação e assimilação na manutenção, promoção e formação de sua identidade. (SILVA, p.48)

A proposta de Silva (2019) é que

[...] o indígena, ao se confrontar com elementos culturais de uma cultura adjacente ele não simplesmente os assimila, por pressão de uma cultura superior ou pela injunção do tempo, mas ele os ressignifica, os reedita, os atualiza, usando como lente a própria episteme. (SILVA, 2019, p.51)

A partir dessa reflexão buscamos, primeiramente, compor as unidades temáticas – representação de si: “Quem eu fui; “Quem eu sou?”; “Quem eu serei?”; Memória como formação da identidade; Identidade Xetá na vida atual e expectativas – essas quatro unidades representaram nossos esforços para coleta de dados e, na sequência, buscamos selecionar para a pesquisa seis sujeitos, constituintes de uma família Xetá – mãe, filha, cônjuge e netos – que vivem no espaço urbano, na cidade de Umuarama, PR. Foram três técnicas de investigação de procedimentos metodológicos qualitativos que utilizamos: Foto-elicitação (PRADO, 2016), Técnica de Interpretação por Desenhos (TID) e Caixa da Memória, que produziram documentos orais (depoimento e história de vida), visuais (desenhos e fotografias) e escritos (textos) (SILVA, 2019).

As unidades temáticas derivaram dos nossos estudos e investigação empírica, pois mais de uma vez foi possível observar a episteme Xetá se desvelando de uma realidade insuspeita, como foi o caso de uma oficina de literatura Xetá organizada pela professora Xetá, primeira na história do Paraná, em parceria com DEX/PEC/UEM em junho de 2017, quando crianças Xetá, ao serem confrontadas com temas para produção textual, se utilizaram de recursos linguísticos locais – da Terra Indígena de origem Kaingang, onde residem na companhia de mais um povo: o Guarani (SPENASSATTO, 2016) –, midiáticos e identitários de sua cultura, atribuindo aos mitos Xetá centralidade em suas narrativas.

Outra ilustração para compreender a formação da identidade através da memória coletiva Xetá, que se dá por uma episteme própria, foi o caso de Tiquein – um dos sobreviventes à tentativa de extermínio nas décadas de 1959-1969 – ao recitar, enquanto ato narrativo, processo educativo desse povo (SILVA, 2003), um cardápio para uma festa de casamento. Como policial militar “[...] apesar de

ter passado 30 anos na cozinha do regimento, ao ser provocado a elaborar um cardápio – (29 de agosto de 2017), a menos de três meses de seu falecimento [...]” (SILVA; MORI, 2020, p.564)

Nossa hipótese, confirmada pela análise dos dados coletados, foi que a identidade Xetá resiste ao tempo e ao processo ininterrupto de colonização (SAID, 2011) através da memória coletiva (HALBWACHS, 1990), (BOSI, 1985) enquanto instrumento de construção e reconstrução na formação da identidade (MORI, 1998). “A relação com a sociedade não-indígena, desenvolvida no quadro da dispersão, no qual se produz essa resistência e essa memória, se dá a partir de uma episteme própria” (SILVA, 2019, p.9) num processo de etnogênese (BARTOLOME, 2006), (HILL, 1996).

A dispersão, sob a batuta dos conceitos que aqui utilizamos, se transforma em possibilidades: o que poderia ser associado à extinção oficial permite ao povo saltar de uma condição de invisibilidade e/ou inexistência” (SILVA, 2019, p.264) transformando-a em resistência criativa e teimosa. A dispersão não revela apenas a formação da identidade Xetá e sim a formação de identidades Xetá. Como não se valer desse aprendizado de quem realmente somos no estado do Paraná?

## **Referências**

BARTOLOME, Michel A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. 2006. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132006000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100002).

BLACK, Edwin. Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante; tradução Tuca Magalhães. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BOHR, Niels. Física atômica e conhecimento humano: ensaios 1932-1957; tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiróz, 1987.

CANCLINI, Néstor G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de

São Paulo, 2008.

CIOFFI, Helena. *Cianorte: sua história contada pelos pioneiros*. Maringá: Gráfica Ideal, 1995.

EVANGELISTA, Luiz R. *Perspectivas em História da Física - Vol I - Dos Babilônios à Síntese Newtoniana*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

FERNANDES, Natália. *Infâncias, direitos e participação: representação, práticas e poderes*. Porto: Afrontamento, 2009.

ISAACSON, Walter. *Einstein, sua vida, seu universo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HEISENBERG, Werner. *A parte e o todo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

HILL, Jonathan. *History, power and identity: ethnogenesis in the Americas 1492- 1992*. Iowa City: University of Iowa Press., 1996.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos e Hyolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Edilene Coffaci; SILVA, Maria Angelita da; PACHECO, Rafael. *Xetá: a renitente batalha*. In: *Povos Indígenas no Brasil 2011-2016*, editado por Fany Ricardo e Beto Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2017. p. 781-784.

MORI, Nerli. N. R. *Memória e identidade: a travessia de velhos professores através de suas narrativas orais*. Maringá: EDUEM, 1998.

PACHECO, Rafael. M. *Os Xetá e suas histórias: memória, estética, luta desde o exílio*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PRADO, Francieli. M. *Fazendo antropologia na rua: a gênese da produção social da marginalidade entre os “flanelinhas”*. Universidade Estadual de Maringá. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Maringá, 2016.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. 1 ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto; VEIGA, Fátima. Pobreza Infantil: realidades, desafios, propostas. Famacião: Humus, 2010.

SILVA, Carmen L., Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SILVA, Carmen. L. Em busca da sociedade perdida: O trabalho da memória Xetá. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SILVA, Maria. Angelita Djapoterama da. Criança Xetá: da memória da infância à resistência de um povo. 1. ed. Maringá: Massoni, 2017a. 326 p.: Il. Coleção Memória Xetá.

SILVA, Maria Angelita da. Criança Xetá no contexto latino-americano: memória, identidade e fronteira. In: MÜLLER, Verônica Regina Müller (Org.). Crianças em fronteiras: Histórias, Culturas e Direitos. Curitiba: CRV, 2017b. p. 69-87.

SILVA, Maria Angelita da. Vulnerabilidade na Infância e Adolescência e as Políticas Públicas de Intervenção. Maringá: NEAD/UNICE-SUMAR, 2017c.

SILVA, Maria Angelita da. Memória e identidade do Povo Xetá: narrativas visuais e memória coletiva no quadro da dispersão. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

SILVA, Maria Angelita da. MORI, Nerli Nonato Ribeiro. QUERO OS MEUS BRINCOS: Memória da Infância, Patrimônio e Identidade na Saga do Povo Xetá. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica 05, mai/ago. 2020, (14): 560-572.

SPENASSATTO, Josiéli A. Os lados da mistura: desafios da coabi-

tação e dos intercassamentos na Terra Indígena São Jerônimo (PR/Brasil). Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

TOMÁS, Catarina. Há muitos mundos no mundo: cosmopolitismo, participação e direitos da criança. Porto: Afrontamento, 2011.



## **Sobre as e os autoras (es)**

### **Andreoara Deschamps Schmidt**

Graduada em Oceanografia (UNISUL), mestre e doutora em Geografia (UFSC). Foi coordenadora do Programa de Visitação e Conservação da Ilha do Campeche (2005 – 2012). Participou do “Projeto Escolas” (IPHAN) entre 2012 e 2018, o qual coordena atualmente na condição de diretora do ICC - Instituto Ilha do Campeche. Atua como coordenadora do Curso de Formação para Monitores da Ilha do Campeche. Endereço eletrônico: [institutoilhadoampeche@gmail.com](mailto:institutoilhadoampeche@gmail.com)

### **Andrés Giovanni Cortés Bernal**

Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Libre da Colômbia, Especialista em Estudos Amazônicos da Universidade Nacional da Colômbia. Advogado e Analista Jurídico do Palácio da Justiça, Departamento Amazonas, Colômbia. E-mail: [andresc307@hotmail.com](mailto:andresc307@hotmail.com)

### **Antônia Costa da Silva**

Doutora em comunicação pela Unisinos. Professora do curso de Comunicação Social – UFRR.

### **Antoniél Neves Cruz**

Graduado em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP). E-mail: [antonielnevescruz@gmail.com](mailto:antonielnevescruz@gmail.com)

### **Antônio Carlos Batista de Souza**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente de Geografia do Instituto Federal do Amazonas

– IFAM Campus Manaus Centro. Doutorando do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

### **Diego Coelho de Souza**

Mestre em Ensino das Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Amazonas. Pedagogo do Instituto Federal de Educação do Amazonas – IFAM, Campus Tabatinga, E-mail: diego.coelho@ifam.edu.br

### **Gercicley Rodrigues dos Santos**

Discente na Pós-graduação em Meio Ambiente e suas Tecnologias (PGMAST) no Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Especialização em Saúde Ambiental pelo Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane (FIOCRUZ). Graduada em Engenharia Ambiental no Centro Universitário Luterano de Manaus (ULBRA). Bolsista no Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e interseccionalidades (GESECS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). gercy\_clei@hotmail.com.br

### **Iraildes Caldas Torres (org.)**

Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia, Teologia, Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1987); Bacharelado em Teologia pelo Instituto Superior de Filosofia Teologia Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1989); Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (1991); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (1998) e doutorado em Ciências Sociais/ Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, na França (2015) com a tese A experiência estética da poiesis Sateré-Mawé, a face aurática/ancestral de sua cultura sob orientação do professor Dr. Jorge Santiago. Atualmente é professora titular da Universidade Federal

do Amazonas - UFAM. Possui experiência nas áreas de Sociologia, Antropologia, Etnologia Indígena e Serviço Social atuando principalmente nos temas de gênero e manifestações simbólicas; trabalho, movimentos e práticas sociais na Amazônia. Coordenou a pesquisa Gênero, etnicidade, práticas sociais e corporais das mulheres Sateré-Mawé em duas comunidades indígenas no Amazonas com financiamento da Fapeam, 2013-2015. Exerceu o cargo de Diretora da Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA) no período de 2009 à 2013. É Membro da Academia de Letras do Brasil. É Vice-Presidente da ABEPPA - Associação Brasileira de Escritores e Poetas da PAN- Amazônia. Atualmente exerce o cargo de coordenadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

### **Jefferson Rodrigues Quadros**

Doutorando em Estudos Amazônicos na Universidade Nacional da Colômbia, Sede Amazonas, Colômbia. Mestre em Direito ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Advogado e professor pela UEA, Tabatinga-AM. E-mail: quadros.jefferson@gmail.com

### **João Clovis de Oliveira Costa.**

Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA (2015), Economista pelo Conselho Regional de Economia da 13ª Região – CORECON/AM (2015), Especialista do MBA em Gestão Empresarial com Estratégia de Mercado Industrial pela Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB (2017), Curso Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – PPGSCA/UFAM (2022). Atualmente é Professor Voluntário (Mediado por Tecnologia) no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Foi Professor Tutor (Mediado por Tecnologia) na Universidade Metropolitana de Manaus – FAMETRO. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Sócioeconomia, atuando principalmente

nos seguintes temas: Universidade, Educação, Civilização, Territorialização/Desterritorialização, Unidades de Conservação, Comunidades Ribeirinhas, Amazônia 4.0, Indústria 4.0. Bioeconomia, Economia Circular e Desenvolvimento Sustentável. E-mail: jarteverde@hotmail.com

### **Joel Gonzaga de Souza**

Jornalista, médico infectologista, mestrando em comunicação na UFRR.

### **Juan Lucas Santiago de Souza**

Graduado em ciências econômicas. E-mail: Lucassantiago.jls@gmail.com

### **Kamilla Ingrid Loureiro e Silva.**

Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2008). Especialização em Logística Empresarial pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2009) e Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Atuou como Professora no SENAC (2009 a 2011) e (2018 a 2019), Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas do Ensino Mediado por Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (2011 a 2015), Professora de Pós Graduação em Matemática na Faculdade Karlos e no ensino Regular do Curso de Economia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA de fevereiro a julho de 2016, atuou também como Conselheira Efetiva do Conselho Regional de Economia no ano de 2016 e como Professora de Ensino Superior na UNINORTE de fevereiro de 2019 a agosto de 2020. E-mail: Kamila.loureiro@gmail.com

### **Luciano Balbino dos Santos**

Doutorando em Economia de Empresas pela Universidade Católica

de Brasília (UCB - 2016 a 2018). Mestre em Economia de Empresas pela UCB (2012). E-mail: santosluciano1926@hotmail.com

### **Lupuna Córrea Souza**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia e Mestre em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia, ambas na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Graduada em Licenciatura e Bacharel em Geografia pela Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Amazônia – NEPECAB/UFAM e Grupo de Estudos em Comunicação, Turismo, Amorosidade e Autopoiiese – AMORCOMTUR/UCS. lupunasouza6@gmail.com

### **Maria Angelita Silva**

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM; Professora Adjunta do Instituto Natureza e Cultura – INC, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa Cultura, Ciência e Linguagem na Floresta e na Fronteira – ICEFAM/INC/UFAM, em Benjamin Constant, Amazonas, Brasil. E-mail: angelita@ufam.edu.br OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-9774-9007>

### **Maria Auxiliadora Coelho Pinto**

Mestre em Estudos Amazônicos pela Universidad Nacional de Colômbia – UNAL. Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

### **Maria Francisca Nunes de Souza**

Professora da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, no Instituto de Natureza e Cultura/INC; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFAM; Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (2004);

Especialista em Didática do Ensino Superior e Supervisão Escolar; Pós Graduação Lato Sensu, LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais pela Faculdade Única: PROMINAS; Estudante do Curso Técnico em Tradução e Interpretação em LIBRAS; Pós Graduação Lato Sensu, Interpretação da Língua Brasileira de Sinais, pela UNIP; Tem experiência na área de Educação, Educação do Campo. Educação Especial /LIBRAS; Desenvolve projeto para capacitação de professores do Ensino Básico em LIBRAS; Coordenadora da Comissão de Acessibilidade Inclusão INC/UFA.

### **Mariane Júlia dos Santos**

Graduada em História (UDESC) e possui mestrado em Educação com ênfase em Educação Patrimonial (UFSC). Atuou como pesquisadora na Ilha do Campeche em suas pesquisas de monografia (2014) e dissertação (2018), sendo nesta última, o “Projeto Escolas na Ilha do Campeche” tema central. Atualmente segue desenvolvendo pesquisas/trabalhos acadêmicos voltados às seguintes temáticas: Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural e Comunidades; Memória e Identidade. Endereço eletrônico: [ane.hst.arq.ep@gmail.com](mailto:ane.hst.arq.ep@gmail.com).

### **Manuel de Jesus Masulo da Cruz**

Possui doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: várzea, Amazônia, agricultura camponesa, organização da produção camponesa.

### **Michel Justamand (Org.)**

Pós-Doutor em História, Doutor em Ciências Sociais/Antropologia, Mestre em Comunicação e Semiótica, Bacharel e Licenciado em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Pós-Doutor em Arqueologia Pré-Histórica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Pós-Doutor em Sociedade e

Cultura pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Licenciado em Pedagogia pela UniNove/SP; Professor Associado 1 do Curso de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: micheljustamand@yahoo.com.br

**Nerli Nonato Ribeiro Mori**

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – USP. Profa. Titular do Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Estadual de Maringá/UEM, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: nnrkori@uem.br ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-6798-5225>

**Ronald Rosa de Lima**

Mestre em Ciências e Meio Ambiente – UFPA. ITEGAM-UFPA. E-mail: ronaldrlima123@hotmail.com

**Tharcisio Santiago Cruz (org.)**

Professor de sociologia do Instituto de Natureza e Cultura – INC, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM.

**Valery Nicolas de Brito Bacellar**

Mestrando em Estudos Amazônicos na Universidade Nacional da Colômbia, Sede Amazonas, Colômbia; Bacharel e especialista em Direito. Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Brasil. EMAIL: [valery.bacellar@ifam.edu.br](mailto:valery.bacellar@ifam.edu.br)



## Sugestões de leitura

disponíveis em alexaloja.com

### Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

1 - Antropologia no Alto Solimões.

*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012*

2 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

*Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012*

3 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2.

*Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015*

4 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016*

5 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016*

6 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

*Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016*

7 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017*

8 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017*

9 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9.

*Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017*

10 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10.

*Carmen Junqueira, Michel Justamand e Renan Albuquerque (orgs.), 2017*

11 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11.

*Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*

12 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12.

*Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018*

13 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13.

*Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*

14 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14.

*Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes e Michel Justamand (orgs.), 2018*

15 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15.

*Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018*

- 16 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16.  
*José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 17 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17.  
*Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araújo Soares e Michel Justamand (orgs.), 2018*
- 18 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18.  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018*
- 19 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 19.  
*João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019*
- 20 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 20 - O pensamento dissidente/ divergente e as questões amazônicas  
*Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza (orgs), 2019*
- 21 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 21  
*Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina C. de Andrade (orgs), 2019*
- 22 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 22  
*Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina Cantuário de Andrade (orgs), 2019*
- 23 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 23  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019*
- 24 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 24  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019*
- 25 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 25  
*Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos, 2019*
- 26 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 26  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020*
- 27 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 27  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020*
- 28 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 28  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020*
- 29 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 28  
*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Vânia Cristina Cantuário de Andrade 2020*

**Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses**

*Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand*

- 1 - Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú.  
*Carmen Junqueira. 2018*

2 - Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada.

*Thereza Menezes, 2018*

3 - Órfãos das letras no contexto amazônico: memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

*Maria de Nazaré Corrêa da Silva, 2019*

4 - Os Rikbaktsa: mudança e tradição.

*Rinaldo Sergio Vieira Arruda, 2019*

5 - Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.

*José Lino do Nascimento Marinho, 2019*

6 - O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant.

*Ana Maria de Mello Campos, 2019*

7 - Espaço e tempo na cidade de Manaus: processo de verticalização (1970 a 2010),

*Lupuna Corrêa de Souza, 2020.*

8 - Memória e identidade do povo Xetá. narrativas visuais e memória coletiva no quadro de dispersão, 2020.

*Maria Angelita Djapoterama da Silva*

9 - Corpo negro e saúde. um estudo sobre afrobrasileiros (as), AIDS e ações afirmativas, 2020.

*Adailton da Silva*

10 - Mitopoética dos Muyaquitás, Porandubas e Moronguetás: ensaios de Antropologia, Estética e Etnologia Amazônica, 2021.

*Harald Sá Peixoto Pinheiro.*

### **Coleção Arqueologia Rupestre**

*Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand*

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental

*Michel Justamand, 2006*

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

*Michel Justamand, 2007*

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres

*Michel Justamand, 2007*

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar

*Michel Justamand, 2012*

5 - A mulher rupestre

*Michel Justamand, 2014*

6 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI.

*Michel Justamand, 2015*

7 - Arqueologia da Sexualidade

*Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2016*

8 - Arqueologia do Feminino *Michel Justamand,*

*Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2017*

9 - Arqueologia da Guerra.

*Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e Pedro Paulo A. Funari, 2017*

10 - Arqueologia e Turismo.

*Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez, 2018*

11 - Uma história do povoamento do continente americano pelos seres humanos: a odisseia dos primeiros habitantes do Piauí.

*Gabriel Frechiani de Oliveira, Michel Justamand e Pedro Paulo A. Funari, 2019*

12 - Caçadores da pré-história: recorrências temáticas na pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara - PI

*Vanessa da Silva Belarmini, 2019*

13 - Luta corporal na Pré-História: ensaio antropológico e histórico

*Leandro Paiva, 2019*

14 - Grafismos rupestres no Abrigo do Índio em Palestina de Goiás: espacialidade e visibilidade

*Grazieli Pacelli Procópio, 2020*

15 - Pinturas rupestres: o cinema na pré-história

*Cidiclei Alcione Biavatti, 2020*

### **Coleção Diálogos Interdisciplinares**

*Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand*

1 - É possível uma escola democrática?

*Michel Justamand (org.), 2006*

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand, 2007*

3 - Diálogos Híbridos.

*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2016*

4 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

*Michel Justamand, 2017*

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa, 2017*

- 6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.  
*Êmerson Francisco de Souza (org.)*, 2017
- 7 - História e representações: cultura, política e gênero.  
*Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.)*, 2017
- 8 - Diálogos Híbridos II.  
*Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.)*, 2018
- 9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM.  
*Sebastião Melo Campos*, 2018
- 10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM.  
*Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza*, 2018
- 11 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica.  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org)*, 2018
- 12 - Tabatinga e suas Lendas.  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta*, 2018
- 13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos  
*Eliane Aparecida Faria de Paiva*, 2018
- 14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM.  
*Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloísa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.)*, 2018
- 15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vol. 2.  
*Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org)*, 2018
- 16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si.  
*Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org)*, 2018
- 17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia.  
*Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org)*, 2018
- 18 - Diálogos Híbridos III - Agroecologia.  
*Camilo Torres Sanchez (org.)*, 2018
- 19 - Processos psicossociais na Amazônia.  
*Marcelo Calegare e Renan Albuquerque (org.)*, 2018
- 20 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis I: intercâmbios nordestinos.  
*Antoniel dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (orgs)*, 2018
- 21 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis II: intercâmbios nordestinos.  
*Antoniel dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (orgs)*, 2018

22 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação.

*Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Schwamborn (orgs), 2018*

23 - Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial.

*Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busabello (orgs), 2018*

24 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste do Brasil.

*Miguel Ângelo Silva de Melo, 2018*

25 - Reflexões sobre violência e justiça.

*Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima, 2018*

26 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de ensino de Benjamin Constant-AM.

*Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos (orgs), 2019*

27 - Tradução cultural e processos socioculturais na Amazônia,

*Alexandre de Oliveira (org), 2019*

28 - Balbina, vidas despedaçadas

*Renan Albuquerque, 2019*

29 - Olhares comunicacionais

*Renan Albuquerque, Noélio Martins Costa e Georgio Ítalo Oliveira (orgs), 2019*

30 - Saberes Amazônicos

*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Júnior Peres de Araújo e Ismael da Silva Negreiros (orgs), 2019*

31 - As Primeiras-Damas e a assistência Social: relações de gênero e poder

*Iraildes Caldas Torres, 2019*

32 - Imagens e imaginários na Amazônia

*Alexandre de Oliveira (org), 2019*

33 - Amazônia: prospecção de múltiplas lentes

*Liliane Costa de Oliveira, Viviane de Oliveira Lima Zeferino e Israel Pinheiro (orgs), 2019*

34 - Amazônia e educação na região do Médio Juruá

*Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019*

35 - Amazônia saúde e ambiente na região do Médio Juruá

*Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019*

36 - Educação em pauta

*Fátima Aparecida Kian e Ailton Paulo de Oliveira (orgs), 2019*

37 - Tecnologias na formação inicial de professores

*Luis Carlos Rabelo Vieira, 2019*

- 38 – Produções teórico-práticas nos contextos de saúde,  
*Nazaré Maria de Albuquerque Hayasida e Gisele Cristina Resende, 2019*
- 39 – Protagonismo Internacional do Brasil na Agenda de Segurança Alimentar,  
*Shigeaki Ueki Alves da Paixão, 2019*
- 40 – Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade  
*Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro, Lidiany de Lima Cavalcante e Marinez Gil Nogueira Cunha, 2019*
- 41 – Diálogos interdisciplinares em educação profissional,  
*Alexandre de Oliveira e Xênia de Castro Barbosa, 2019*
- 42 – Corpos, sociedade e extensões.  
*Ártemis de Araújo Soares, Shigeaki Ueki Alves da Paixão e Ghislaine Raposo Bacelar (org.), 2020*
- 43 – Canumã – Memórias vivas de um povo  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*
- 44 – Ticuna – Guardiões da Floresta  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*
- 45 – Ticuna – Saberes e práticas educacionais,  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*
- 46 – Oleiros da vida,  
*Hamida Assunção Pinheiro, 2020*
- 47 – Estudos a partir da teoria de Norbert Elias  
*Gláucio Campos Gomes de Matos, 2020*
- 48 – Práticas educacionais no contexto amazônico  
*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte e Michel Justamand, 2020*
- 49 – Práticas educacionais no contexto amazônico II  
*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte, Vandrezza Souza dos Santos e Michel Justamand, 2020*
- 50 – Práticas educacionais no contexto amazônico III  
*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Vandrezza Souza dos Santos e Taciana de Carvalho Coutinho, 2020*
- 51 – Educação – Discursos midiáticos sobre as provas de redação do ENEM  
*Fátima Aparecida Kian, 2020*
- 52 – Associativismo e cooperativismo rural em Parintins, *Sandra Helena da Silva e José Carlos Martins Brandão, 2020*
- 53 – Campo Minado: as investidas do capital contra Seguridade Social Brasileira  
*Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro e Kátia de Araújo Lima Vallina, 2020*
- 54 – Geografia física da Amazônia, vol. 1  
*Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira e Deivison Carvalho Molinari, 2020*
- 55 – Violências vulnerabilidades e violação de direitos, vol. 1  
*Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020*

- 56 – Violências, epistemologias, práticas e possibilidades de prevenção, vol. II  
*Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020*
- 57 – O ser e fazer das mulheres cultivadoras nas várzeas amazônicas  
*Sandra Helena da Silva, 2020*
- 58 – Prevenção do abuso sexual na educação infantil  
*Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2020*
- 59 – Leituras sobre educação – a voz do professor  
*Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020*
- 60 – COVID – 19: aspectos multidisciplinares – Educação  
*Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020*
- 61 – Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola  
*Amor António Monteiro, 2020*43 – Canumã – Memórias vivas de um povo,  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*
- 44 – Ticuna – Guardiões da Floresta,  
*Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*
- 45 – Ticuna – Saberes e práticas educacionais, *Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*
- 46 – Oleiros da vida, *Hamida Assunção Pinheiro, 2020*
- 47 – Estudos a partir da teoria de Norbert Elias,  
*Gláucio Campos Gomes de Matos, 2020*
- 48 – Práticas educacionais no contexto amazônico  
*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte e Michel Justamand, 2020*
- 49 – Práticas educacionais no contexto amazônico II, T  
*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte, Vandrezza Souza dos Santos e Michel Justamand, 2020*
- 50 – Práticas educacionais no contexto amazônico III,  
*Tales Vinícius Marinho de Araújo, Vandrezza Souza dos Santos e Taciana de Carvalho Coutinho, 2020*
- 51 – Educação – Discursos midiáticos sobre as provas de redação do ENEM,  
*Fátima Aparecida Kian, 2020*
- 52 – Associativismo e cooperativismo rural em Parintins,  
*Sandra Helena da Silva e José Carlos Martins Brandão, 2020*
- 53 – Campo Minado: as investidas do capital contra Seguridade Social Brasileira,  
*Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro e Kátia de Araújo Lima Vallina, 2020*
- 54 – Geografia física da Amazônia, vol. 1,  
*Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira e Deivison Carvalho Molinari, 2020*
- 55 – Violências vulnerabilidades e violação de direitos, vol. 1,  
*Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020*
- 56 – Violências, epistemologias, práticas e possibilidades de prevenção, vol. II,  
*Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020*

57 – O ser e fazer das mulheres cultivadoras nas várzeas amazônicas ,  
*Sandra Helena da Silva, 2020*

58 – Prevenção do abuso sexual na educação infantil ,  
*Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2020*

59 – Leituras sobre educação – a voz do professor,  
*Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 020*

60 – COVID – 19: aspectos multidisciplinares – Educação,  
*Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020*

61 – Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola,  
*Amor António Monteiro, 2020*

# Coleção FAAS

## Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



ALEXA  
CULTURAL



EDUA  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

